Relatório e Contas 2018

BCA
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

Relatório e Contas 2018

BCA
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

Índice

1. ÓRGÃOS SOCIAIS 4
2. DIREÇÕES E REDE COMERCIAL 5
3. CAPITAL SOCIAL 8
4. PRINCIPAIS INDICADORES 9
5. MENSAGEM DO PRESIDENTE 10
6. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL 13
    6.1. INTERNACIONAL 13
    6.2. NACIONAL 16
        6.2.1. Dados Gerais 16
        6.2.2. Sistema Financeiro 20
        6.2.3. BCA no Sistema 21
7. VISÃO ESTRATÉGICA 24
8. ATIVIDADE COMERCIAL 26
    8.1. RECURSOS 26
    8.2. CRÉDITO 28
        8.2.1. Análise do Crédito Concedido 28
        8.2.2. Análise da Carteira de Crédito 28
9. OUTRAS ATIVIDADES 31
    9.1. RECURSOS HUMANOS 31
    9.2. GESTÃO DO RISCO, AUDITORIA E CONTROLO INTERNO 34
    9.3. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS 40
    9.4 GESTÃO INTERNACIONAL E DE LIQUIDEZ 42
    9.5. OUTRAS ATIVIDADES DE SUPORTE 44
10. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA 46
    10.1. EVOLUÇÃO DO BALANÇO 46
    10.2. CONTAS DE RESULTADOS 49
    10.3. ANÁLISE DE RÁCIOS 51
    10.4. RÁCIOS PRUDENCIAIS 52
11. APLICAÇÃO DE RESULTADOS 54
12. BANCOS CORRESPONDENTES 55
13. ANEXOS 57

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Na Assembleia-Geral Ordinária do Banco Comercial do Atlântico (BCA), realizada a 25 de abril de 2015, foram eleitos, nos termos do Artigo 13º dos seus Estatutos, a maior parte dos membros dos Órgãos Sociais, que ficaram completos com a eleição verificada na Assembleia-Geral extraordinária de 29 de outubro de 2015. Os Órgãos Sociais ficaram assim constituídos:

Assembleia-Geral

Presidente**:** Dr. Miguel António Ramos

Vice-Presidente: Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Secretário: Dra. Dulce Patricia Dias Lopes Chantre

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é nomeado pela Assembleia-Geral e é constituído por um Presidente e seis Administradores, quatro dos quais sem funções executivas:

Presidente Prof. Doutor António José de Castro Guerra
(até 4 julho 2018)

Presidente Dr. Francisco Pinto Machado Costa
(a partir de 5 julho 2018)

Administrador Dr. Francisco Pinto Machado Costa
(até 4 julho 2018)

Administrador Dr. Filipe Lamego
(a partir de 26 fevereiro 2018)

Administrador Dr. David Hopffer Cordeiro Almada

Administrador Dra. Carla Maria Moniz Brigham Gomes

Administrador Dr. José Rui Cruz Lopes Gomes

Administrador Dr. Manuel José Dias Esteves

Conselho Fiscal

Presidente: Eng. António José Nascimento Ribeiro

Vogal: Dra. Maria de Fátima Oliveira de Melo Fernandes Sanchas

Vogal: Dr. José Ricardo Vaz Fernandes Benoliel

Vogal Suplente: Dr. Francisco Sebastião Correia Teixeira

Vogal Suplente: Dr. Adelino Vital Fonseca

A Comissão Executiva é nomeada pelo Conselho de Administração e é composta por três elementos:

Prof. Dr. António José de Castro Guerra
Presidente até 4 julho 2018

Dr. Francisco Pinto Machado Costa
Presidente a partir de 5 julho 2018

Dr. Francisco Pinto Machado Costa
Administrador até 4 julho 2018

Dr. Filipe Lamego
Administrador a partir de 26 fevereiro 2018

2. DIREÇÕES E REDE COMERCIAL

Direção Comercial Norte – DCN
Gilda Monteiro
Diretora

Direção Comercial Sul - DCS
Herminalda Rodrigues
Diretora

Direção Financeira e Internacional – DFI
Amélia Figueiredo
Diretora

Direção Gestão de Risco –DGR
Filomena Figueiredo
Diretora

Direção de Meios e Canais – DMC
Américo Andrade
Diretor

Direção de Organização e Inovação - DOI
Águeda Monteiro
Diretora

Direção de Sistemas Informáticos - DSI
Luís Barbosa
Diretor

Direção de Segurança e Logística – DSL
Adalberto Melo
Diretor

Direção de Suporte Operacional - DSO
Anibal Moreira
Diretor

Gabinete Recuperação Crédito – GRE
Nuno Cabral
Coordenador

Direção de Recursos Humanos – DRH
Niva Barbosa – **Chefe Divisão**
Jacqueline Cruz **– Chefe Divisão**

Gabinete Jurídico e Contencioso – GJC
Dulce Lopes
Coordenadora

Direção de Auditoria Interna – DAI
Emanuel Miranda
Diretor

Gabinete Suporte à Função Compliance – GFC
Monica Sanches
Coordenadora

Gabinete de Marketing e Relações Públicas – GMR
Paula Martins
Coordenadora

Gabinete de Estudos e Análises
Evaldo Lima
Coordenador

GABINETES EMPRESAS NORTE

Gabinete Empresas Norte – GEN
Virgínia Correia
Coordenadora

Gabinete Empresa Sal – GESA
Vera Zego
Coordenadora

GABINETE EMPRESAS SUL

Gabinete Empresas Sul I – GES I
Zara Vicente
Coordenadora

Gabinete Empresas Sul II – GES II
Nelson Moreira
Coordenador

AGÊNCIAS DA ZONA NORTE

Elisa Santos
Coordenadora

Agências Tipo I

Agência de São Vicente – ASV
Maísa Sancha Crisóstomo
Gerente

Agências Tipo II

Agência Boa Vista – ABV
Valdina Monteiro
Gerente

Agência da Praça Nova - PNA
Lídia Pereira
Gerente

Agência do Porto Novo – APN
Elder Rodrigues
Gerente

Agência Ribeira Grande – ARG
Osvaldina Espírito Santo G. Brito
Gerente

Agência do Sal – ASA
Balcão do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral
Carla Santos
Gerente

Agência de São Nicolau – ASN
Prolongamento Tarrafal de São Nicolau – ATS
Augusta Benilde Cruz
Gerente

Agências Tipo III

Agência Fonte Filipe – AFF
António Evora
Gerente

Agência Monte Sossego – AMS
Nelson Gomes
Gerente

AGÊNCIAS DA ZONA SUL

Luis Ramos
Coordenador

Celmira Mendes
Coordenadora

Agências Tipo I

Agência da Praia – APA
Sofia Barbosa
Gerente

Agência de Santa Catarina – ASC
Miguel Ângelo Tavares Landim
Gerente

Agências Tipo II

Agência Achada Santo António I – ASTI
Romina Tavares
Gerente

Agência Avenida – AVE
Admar Frederico
Gerente

Agência de São Filipe - FOGO – AFG
Luis dos Reis
Gerente

Agência do Tarrafal – ATA
Isabel Costa
Gerente

Agências Tipo III

Agência Achada Santo António II – ASTII
Dulce Santos
Gerente

Agência da Brava – ABR
Ângela Rosa
Gerente

Agência de Ponta do Sol – APS
Balcão Paúl – APL (Prolong. ARG)
Osvaldina Espirito Santo G. Brito
Gerente

Agência Santa Maria – ASM
Elizabeth Alexandre
Gerente

Agência de Achada S. Filipe - ASF
Prolongamento São Domingos - PSD
Maria Borges
Gerente

Agência Assomada – ADA
Claudio Filipe Barros Mendonça
Gerente

Agência do Maio – AMA
Alexandrino Anes
Gerente

Agência dos Mosteiros – AMO
Luis dos Reis
Gerente

Agência Palmarejo Grande – APG
Joaquina Lopes Tavares
Gerente

Agência de Santa Cruz – STC
José Moniz
Gerente

Agência Chã de Areia – ACA
Neusa Melo
Gerente

3. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social do BCA ascende a 1.324.765.000$00 (mil trezentos e vinte e quatro milhões, setecentos e sessenta e cinco mil escudos) e, em 31 Dezembro de 2018 era detido pelos acionistas constantes do quadro seguinte, em que se pode constatar que as participações do Agrupamento Caixa Geral de Depósitos, SA/Banco Interatlântico, SA, do INPS - Instituto Nacional de Previdencial Social, da Caixa Geral de Depósitos, da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo-Verde, SA e da ASA – Aeroporto e Segurança Aérea, SA, são superiores a dois por cento (2%).

Quadro 1 - Capital Social do BCA

CVE

Accionista	Valor	Percentagem
CGD/INTERATLÂNTICO	697.446.000	52,65%
INPS	166.078.000	12,54%
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	89.504.000	6,76%
GARANTIA	76.322.000	5,76%
ASA - AEROPORTO E SEGURANÇA AÉREA, SA	28.780.000	2,17%
TRABALHADORES	27.418.000	2,07%
OUTROS ACCIONISTAS	239.217.000	18,05%
TOTAL	**1.324.765.000**	**100,00%**



4. PRINCIPAIS INDICADORES

Quadro 2 - Principais Valores e Indicadores de Actividade e Resultados

Variáveis	Unidades	2017	2018	Variação
BALANÇO				
Activo Total	mil contos	89.106	91.167	2,3%
Crédito Total Líquido	mil contos	46.181	49.262	6,7%
Passivo Total	mil contos	83.663	85.987	2,8%
Recursos De Clientes	mil contos	75.862	77.953	2,8%
Situação Liquida	mil contos	5.442	5.180	-4,8%
CONTA DE EXPLORAÇÃO				
Margem Financeira	mil contos	2.027	2.511	23,9%
+Margem Complementar	mil contos	742	671	-9,6%
=Produto Bancário	mil contos	2.769	3.182	14,9%
-Custos Administrativos	mil contos	1.926	3.215	66,9%
=Cash-Flow de Exploração	mil contos	843	(33)	-103,9%
+ Resultados Filiais Excluidas Cons. Assoc.	mil contos	47	56	21,1%
-Amortizações do Exercício	mil contos	208	190	-8,5%
-Imparidade/Provisões Líquidas do Exercício	mil contos	390	(44)	-111,4%
-Impostos s/Lucros	mil contos	57	(11)	-118,5%
=Resultados Líquidos do Exercício	mil contos	235	(112)	-147,8%
RÁCIOS				
Crédito Vencido/Crédito Clientes	%	14,6%	11,7%	
Crédito Vencido a + 90 dias/Crédito a Clientes	%	13,4%	11,2%	
Imparidade Crédito/Crédito Vencido	%	75,2%	75,2%	
Imparidade Crédito e Obrigações/Crédito Vencido	%	74,5%	74,4%	
Crédito Clientes/Depósitos Clientes	%	50,3%	47,2%	
Resultado Líquido/Capitais Próprios (ROE)	%	4,4%	-2,1%	
Resultado Líquido/Activo (ROA)	%	0,3%	-0,1%	
Rácio Solvabilidade	%	16,17%	15,18%	
FUNCIONAMENTO				
(Cost-to-Income) com Fundo Pensões	%	77,1%	107,0%	
(Cost-to-Income) sem Fundo Pensões	%	67,3%	57,4%	
Activo Total /Total Empregado no Activo	mil contos	194	201	3,7%
Crédito e Depósito Total/Nº Empregados Activo	mil contos	246	252	2,5%
Crédito e Depósito Total/ Nº de Balcões	mil contos	3.323	3.359	1,1%
Número Empregados Activos Totais	Unidade	460	453	-1,5%
Número Empregados Activos do Quadro	Unidade	379	370	-2,4%
Número de Balcões	Unidade	34	34	0,0%

5. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores

O Relatório e Contas, referente ao ano de 2018, carece, mais do que em qualquer outro dos últimos anos, de uma nota explicativa por parte do Presidente do Conselho de Administração a todos os *stakeholders* do Banco Comercial do Atlântico. Com efeito, as contas de 2018 refletem um evento extraordinário que, por si só, implicou a apresentação de Resultados Líquidos negativos face à sua magnitude e à obrigatoriedade de o registar como custo do exercício. O evento extraordinário é referente ao Acórdão do Tribunal da Relação de Sotavento que julgou como improcedente o recurso do BCA em relação à reclamação dos Trabalhadores, na sequência da alteração das condições de reforma dos beneficiários do Sistema Privativo de Segurança Social, que foi decidida pelo BCA em 2013.

Apesar da decisão do Tribunal ter ocorrido em janeiro de 2019 condenando o Banco à materialização daquela responsabilidade, resultando num acréscimo de responsabilidades do Fundo de pensões, por contrapartida de resultados do Banco no montante de 1.142.309 de contos, com referência a 31 de dezembro de 2018.

O Resultado Liquido do Banco, no montante de -112.025 contos reflete um aumento de Custos com Pessoal de 1.287.513 contos face a 2017, proveniente da decisão do Tribunal da Relação, e que, tendo um caráter pontual e não repetível, faz antever um ano de 2019 muito positivo, ao nível da Conta de Exploração e de Resultados Líquidos. De facto, não fora este "acontecimento" e o Resultado Liquido de 2018 traduziria as melhorias verificadas ao nível do Produto Bancário que atingiu os 3.181.652 contos, registando um crescimento de 412.569 contos (+14,9%) face a 2017, e traduziria igualmente a não necessidade de reforço das imparidades face à melhoria do Crédito Vencido que durante o ano de 2018 registou um decréscimo no montante de -1.131.541 contos (-20,9%). Era expectativa do Conselho de Administração, antes da decisão do Tribunal, que o ano de 2018 terminasse com um Resultado Liquido na ordem dos 750.000 contos.

Efetivamente, o ano de 2018 em termos de Exploração Corrente (excluindo o fator referido) foi muito positivo, fruto da proatividade comercial do Banco, acompanhada de um apertado controlo de custos, mas igualmente suportada numa conjuntura macroeconómica favorável, da qual se destaca o seguinte:

De acordo com o Relatório de Política Monetária de Abril de 2019, a economia nacional registou um crescimento em volume de 5,5%, superior aos 4,0% registados em 2017. Segundo o mesmo Relatório, o crescimento económico foi determinado, sobretudo, pela dinâmica do sector público (impostos líquidos de subsídios e administração pública) e pelos desempenhos positivos do comércio, indústria transformadora, imobiliária e outros serviços e eletricidade e água. Faz ainda notar o Relatório que se verificou uma recuperação assinalável da construção e uma redução do contributo positivo do alojamento e restauração.

As previsões do negócio do BCA para o corrente ano de 2019 são positivas, prevendo-se que o crescimento do Crédito à Economia passe de 2,2% em 2018 para 5,1%, depois da dissipação dos efeitos da liquidação de um grande crédito no início do ano, beneficiando também da implementação dos

mecanismos públicos de partilha de riscos e de redução do custo de financiamento, previstos no Orçamento de Estado para 2019.

Entretanto, a expetativa do BCV é de manutenção do contexto de baixas pressões sobre os preços e sobre a balança de pagamentos, sem efeitos substanciais sobre o nível de reservas, considerado necessário para acomodar a estabilidade do regime cambial de *peg* unilateral do escudo cabo-verdiano ao euro. Neste contexto, o Banco Central prevê a manutenção da atual orientação acomodatícia da política monetária, o que poderá favorecer a atividade bancária.

No contexto internacional, as perspetivas do FMI para 2019 e 2020 apontam para um crescimento global de 3,5% e 3,6% respetivamente, entretanto ainda muito condicionadas pelo desfecho das tensões comerciais entre os EUA e a China, as incertezas sobre os efeitos do *Brexit*, bem como o processo de normalização da Política Monetária dos principais Bancos Centrais do mundo, que deverá ganhar maior ímpeto em 2020.

Assim, em suma, as perspetivas do Banco Comercial do Atlântico para 2019 são otimistas, quer por via da conjuntura económica positiva a nível nacional, quer pela tendência crescente do produto bancário dinamizada em 2018 e que se deverá manter em 2019, criando assim as condições para que 2019 seja um ano favorável para o BCA.

No que se refere a 2018, importa dizer que na atividade corrente do Banco, os recursos de clientes continuaram a registar um crescimento positivo, pese embora as taxas mais baixas, com os recursos totais do BCA a crescerem 3,1%, contra os 4,5% registados em 2017. Os depósitos à ordem foram tal como em 2017, os grandes responsáveis pelo crescimento global dos recursos, com os depósitos à ordem das empresas a registarem taxas de crescimento superiores a 14%.

A base de depósitos do BCA continua a estar suportada nos clientes particulares, os quais são responsáveis por 80% dos depósitos totais, com os cabo-verdianos na diáspora a contribuírem para mais de 48% do total dos depósitos.

No que respeita ao crédito, importa referir que o valor final da carteira normal de 2018 reflete a continuação da estratégia de apoio às famílias e às PME presentes nas 9 ilhas habitadas do País, com o crédito às famílias a crescer 4,9% face a 2017, para o qual contribuíram os novos produtos lançados para este segmento, onde se destacam o BCA Nôs Kasa e o BCA Crédito Automóvel. O crédito a empresas registou um decréscimo, pois apesar do forte apoio às PME com o reforço da linha PME em mais 2,5 Milhões de contos, atingindo os 7,5 Milhões no total, não foi possível compensar a liquidação de uma operação de elevado valor logo no início de janeiro de 2018.

O foco na melhoria da qualidade do crédito teve resultados, com a carteira de crédito vencido a decrescer mais de 1.100.000 contos, passando de 5.398.431 contos em 2017 para 4.266.800 contos em 2018, fixando-se o rácio de incumprimento em 11,7% da carteira contra os 14,3% de 2017. Para este facto contribuiu a estratégia de redução de *Non Performig Loans* (NPL) definida para o quadriénio 2018/2021, e uma política consistente e rigorosa de abate ao ativo.

No que respeita aos custos operativos, cuja contenção e redução tem sido igualmente um foco de preocupação do banco nos últimos anos, registaram em 2018 um crescimento de 59,6% face a 2017, resultado do impacto do Acórdão do Tribunal da Relação, pois expurgando este efeito o seu crescimento teria sido nulo face a 2017.

Reiterando uma vez mais a importância do impacto da decisão do Tribunal de Relação do Sotavento, face à magnitude dos valores envolvidos, nas contas do BCA que implicaram o registo de resultados líquidos negativos, é relevante ressaltar que o Banco conseguiu acomodar um custo superior a 1.577.608 contos no exercício de 2018, não pondo em causa a sua solidez, mantendo um rácio de solvabilidade de 15,18% muito acima do mínimo legal exigido de 12%.

A capacidade de acomodar este impacto só foi possível porque a exploração corrente (excluindo este fator) foi muito positiva em 2018, graças à qualidade, empenho, dedicação e profissionalismo de todos os colaboradores do Banco, pelo que lhes é verdadeiramente merecido, nesta sede, o reconhecimento e agradecimento em meu nome pessoal e em nome de todo o Conselho de Administração.

Igualmente, o Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento e apreço a todos os Acionistas, à Mesa da Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal, ao Auditor Externo, ao Banco de Cabo Verde, à Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários e à Bolsa de Valores de Cabo Verde por toda a colaboração prestada ao longo dos anos.

Aos nossos clientes, o nosso agradecimento especial pelo privilégio da sua confiança e da sua preferência, reiterando o nosso empenho em procurar garantir a satisfação das suas expectativas através de uma cada vez melhor qualidade de serviço e estreitamento de laços que possibilitem a longevidade das nossas relações, pois os clientes são a razão da nossa existência.

6. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL

6.1. INTERNACIONAL

O FMI no seu update do World Economic Outlook (WEO) publicado em janeiro de 2019 fez a revisão das estimativas do crescimento económico da economia global.

O crescimento médio da economia global para 2018 manteve-se inalterado nos 3,7%, apesar de alguns sinais de desaceleração no segundo semestre, que conduziram a revisões para baixo em algumas economias europeias e asiáticas.

O crescimento médio da economia global foi projetado em 3,5% para 2019 e em 3,6% para 2020 (0,2 p.p. e 0,1 p.p. abaixo das projeções do WEO de outubro), refletindo um crescimento aquém do previsto em algumas economias no segundo semestre de 2018, incluindo a Alemanha e a Itália, bem como uma contração mais significativa do que o previsto na Turquia.



O crescimento das economias avançadas deverá desacelerar, passando de uma estimativa de 2,3% em 2018 para 2% em 2019 e 1,7% em 2020. A taxa de crescimento estimada para 2018 e a projeção para 2019 ficaram 0,1 p.p. abaixo das projeções do WEO de outubro de 2018, principalmente devido a revisões em baixa para a área do euro.

A previsão de crescimento para os Estados Unidos permanece inalterada. O crescimento estimado para 2018 mantém-se nos 2,9%, caindo posteriormente para 2,5% em 2019 e 1,8% em 2020, reflexo da reversão do efeito da política de redução da carga fiscal sobre o Investimento e o Consumo. Espera-se que a tensão comercial, visando essencialmente a China, também pese sobre a atividade económica.

Na Zona Euro a previsão para 2018 foi revista em -0,2 p.p. Projeta-se um crescimento do PIB de 1,8% (-0,6 p.p. face a 2017). Para 2019 projeta-se um crescimento de 1,6% (-0,3 p. p. face às projeções iniciais).

A revisão em baixa das estimativas iniciais justifica-se por um abrandamento do ritmo de crescimento das maiores economias europeias. Na Alemanha a desaceleração é explicada pelo fraco consumo privado, fraca produção industrial após a introdução de novos padrões de emissão de combustível para os veículos e procura externa moderada. Na Itália é devido à fraca procura doméstica e maiores custos dos empréstimos, uma vez que os juros da dívida soberana permanecem elevados e na França devido ao impacto negativo dos protestos de rua (coletes amarelos) e da ação industrial.

Em Portugal, um dos nossos maiores parceiros económicos, as estimativas permaneceram inalteradas. O PIB cresceu 2,7% em 2017, e projeta-se um crescimento de 2,3% para 2018. Para 2019 espera-se um crescimento de 1,8%, revelando um abrandamento do ritmo de crescimento, justificado pelo efeito repercussão, resultante do desempenho menos favorável do bloco económico em que se encontra inserido.

Existe uma incerteza substancial em torno da projeção de base de cerca de 1,5% de crescimento no Reino Unido em 2019 e 2020. A projeção inalterada em relação ao WEO de outubro de 2018 reflete o efeito negativo da incerteza prolongada sobre o resultado do Brexit e o impacto positivo do estímulo fiscal anunciado no orçamento de 2019. Esta projeção pressupõe que o acordo Brexit seja alcançado em 2019 e que o Reino Unido transite gradualmente para o novo regime. No entanto, com o chumbo da proposta apresentada pela Primeira-ministra Britânica Theresa May, a forma que o Brexit assumirá é cada vez mais incerta.

Dados publicados no WEO de out18 apontam para a redução da taxa de desemprego na Zona Euro para 8,3% em 2018 (-0,8 p.p. comparativamente a 2017) e 8% em 2019.

No Reino Unido a taxa deverá baixar para os 4,1% em 2018 (-0,3 p.p. comparativamente a 2017) e aumentar ligeiramente para 4,2% em 2019.

Nos EUA também, espera-se que a taxa de desemprego irá baixar para 3,8% em 2018 (-0,6 p.p. comparativamente a 2017) e 3,5% em 2019, reflexo do aumento da produção resultante dos estímulos fiscais iniciados em 2017.

No que tange ao comportamento dos preços no consumidor, na Zona Euro, prevê-se uma ligeira aceleração de 1,5% em 2017 para 1,7% em 2018 e manutenção da mesma taxa em 2019.

No Reino Unido as previsões apontam para 2,7% em 2017 e redução para 2,5% em 2018 e 2,2% em 2019, resultado da diluição dos efeitos da desvalorização da Libra que ainda fazia-se sentir em 2017.

Nos EUA projeta-se 2,1% para 2017 e um aumento para 2,4% em 2018, voltando novamente para 2,1% em 2019.

Para o **mercado emergente** e o grupo das economias em desenvolvimento, o crescimento deve cair para 4,5% em 2019 (4,6% em 2018), antes de subir para 4,9% em 2020. A projeção para 2018 e 2019 é de 0,1 p.p. e 0,2 p.p. abaixo do projetado no WEO de outubro de 2018, respetivamente.

O bloco das economias emergentes da Ásia apresentam maior contributo para essa projeção. As estimativas permaneceram inalteradas face a projeção do WEO de outubro de 2018, com um crescimento estimado de 6,5% em 2018 e 6,3% em 2019, destacando-se a China (6,6% em 2018 e 6,2% em 2019) e a Índia (7,3% em 2018 e 7,5% em 2019).

Apesar do estímulo fiscal que compensa parte do impacto da subida das tarifas nos EUA, o crescimento da economia da China deverá desacelerar devido à influência combinada de regulação mais apertada no sistema financeiro e das tensões comerciais com os EUA. A economia indiana deve recuperar em 2019, beneficiando-se dos preços mais baixos do petróleo e do ritmo mais lento do que o esperado do aperto monetário, à medida que as pressões inflacionistas diminuem.

Na África Subsaariana, espera-se um crescimento de 2,9% em 2018, 3,5% em 2019 e de 3,6% em 2020 (0,2 p.p., 0,3 p.p. e 0,2 p.p. abaixo das projeções iniciais, respetivamente), uma vez que a descida dos preços do petróleo provocou revisões em baixa para Angola e Nigéria. Os números principais para a região disfarçam um desempenho assimétrico, em que mais de um terço das economias subsaarianas irá crescer acima de 5% em 2019 e 2020.

No quadro 1 apresenta-se o resumo dos principais indicadores macroeconómicos internacionais.

Quadro 3 - Evolução dos principais indicadores macroeconomicos internacionais

	PIB				Inflação				Desemprego		
	Estimado		Projeção		Estimado		Projeção				
	2017	2018	2019	2020	2017	2018	2019	2020	2017	2018p	2019p
Economia Global	3,8%	3,7%	3,5%	3,6%	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d.	n.d.	n.d.
Economias avançadas	2,4%	2,3%	2,0%	1,7%	1,7%	2,0%	1,7%	2,0%	n.d.	n.d.	n.d.
EUA	2,2%	2,9%	2,5%	1,8%	2,1%	2,4%	2,1%	n.d	4,4%	3,8%	3,5%
Zona Euro	2,4%	1,8%	1,6%	1,7%	1,5%	1,7%	1,7%	n.d.	9,1%	8,3%	8,0%
Alemanha	2,5%	1,5%	1,3%	1,6%	1,7%	1,8%	1,8%	n.d	3,8%	3,5%	3,4%
Itália	1,6%	1,0%	0,6%	0,9%	1,3%	1,3%	1,4%	n.d.	11,3%	10,8%	10,5%
França	2,3%	1,5%	1,5%	1,6%	1,2%	1,9%	1,8%	n.d	9,4%	8,8%	8,5%
Japão	1,9%	0,9%	1,1%	0,5%	0,5%	1,2%	1,3%	n.d.	2,9%	2,9%	2,9%
Reino Unido	1,8%	1,4%	1,5%	1,6%	2,7%	2,5%	2,2%	n.d	4,4%	4,1%	4,2%
Economias Emergentes	4,7%	4,6%	4,5%	4,9%	4,3%	4,9%	5,1%	4,6%	n.d.	n.d.	n.d.
Brasil	1,1%	1,3%	2,5%	2,2%	3,4%	3,7%	4,2%	n.d	12,8%	11,8%	10,7%
Russia	1,5%	1,7%	1,6%	1,7%	3,7%	2,8%	5,1%	n.d.	5,2%	5,5%	5,3%
Ásia emergente	6,5%	6,5%	6,3%	6,4%	2,4%	3,0%	3,2%	n.d	n.d.	n.d.	n.d.
China	6,9%	6,6%	6,2%	6,2%	1,6%	2,2%	2,4%	n.d.	3,9%	4,0%	4,0%
Índia	6,7%	7,3%	7,5%	7,7%	3,6%	4,7%	4,9%	n.d	n.d.	n.d.	n.d.
África Sub-sahariana	**2,9%**	**2,9%**	**3,5%**	**3,6%**	**11,0%**	**8,6%**	**8,5%**	**n.d.**	**n.d.**	**n.d.**	**n.d.**

Fontes: WEO - Word Economic Outlook - update Janeiro 2019

O balanço de riscos para o crescimento continua inclinado para o lado negativo, como no WEO de outubro, por isso o FMI reviu em baixa as projeções iniciais de crescimento médio da economia global para 2019 e 2020.

As principais fontes de risco para as perspetivas globais são o resultado das negociações comerciais e a direção que as condições financeiras tomarão nos próximos meses. Se os países resolverem suas diferenças sem aumentar ainda mais as barreiras comerciais, e as expetativas do mercado financeiro melhorarem, poderão elevar o crescimento para cima da previsão.

No entanto os resultados finais das negociações dos Estados Unidos com a China e a ratificação do acordo UMSCA entre os Estados Unidos e o México (substitui a NAFTA) permanecem uma incógnita. O shutdown do governo dos EUA no final de 2018 contribui também para uma perspetiva mais negativa.

Na Europa os spreads italianos diminuíram o ritmo de crescimento de outubro e novembro, mas continuam elevados. Um período prolongado de juros elevados pode colocar maior pressão sobre os bancos italianos, pesando na atividade económica e piorando a dinâmica da dívida. Outros fatores específicos da Europa que podem dar origem a uma maior aversão ao risco incluem a possibilidade crescente de um Brexit desordenado, com repercussões transfronteiriças negativas.

Uma segunda fonte de risco de estabilidade financeira sistémica é uma desaceleração mais profunda do que a prevista na China, com implicações negativas para os parceiros comerciais e os preços globais das *commodities*. A economia da China desacelerou em 2018, principalmente devido a regulação mais apertada no sistema financeiro para conter a atividade bancária paralela e o investimento do governo local fora do orçamento, e em resultado da crescente disputa comercial com os EUA, que intensificou a desaceleração no final do ano. Prevê-se uma desaceleração adicional para 2019. As autoridades reagiram ao abrandamento limitando o aperto regulamentar financeiro, injetando liquidez através de cortes nos requisitos de reservas bancárias, aplicando estímulos fiscais e retomando o investimento público.

6.2. NACIONAL

6.2.1. Dados Gerais

O último Relatório de Política Monetária publicado em outubro de 2018 pelo Banco de Cabo Verde refere que o enquadramento externo favoreceu uma assinalável dinâmica da economia nacional no primeiro semestre de 2018.

Note-se que entre 2012 e 2015 o PIB cresceu em média 1,46% por ano, testemunhando um período de crescimento muito fraco da economia de Cabo Verde. Contudo em 2016 registou-se um crescimento de 4,7% (contas definitivas do INE) e em 2017 as estimativas apontam para um crescimento de 4%.

As mais recentes estimativas do INE publicadas em janeiro de 2019 apontam para um crescimento homólogo trimestral do PIB de 5% no terceiro trimestre de 2018. A evolução do Valor Acrescentado Bruto foi impulsionada sobretudo por desempenhos muito positivos da Pesca (+53%), Eletricidade e Água (+20,8%), Indústria Transformadora (+19,6%), Serviços Financeiros (+16%) e Construção (+10,3%).

A escassez de chuvas em 2017, que manteve-se em 2018, embora com menos intensidade, continuou a condicionar negativamente a performance da Agricultura (-24%). A contração dos negócios da telefonia móvel e fixa impactou negativamente o setor das Telecomunicações e Correios (-6%), destacando-se assim nos contributos negativos para o crescimento do PIB no terceiro trimestre de 2018.

Do lado da procura destaca-se sobretudo os contributos positivos do Consumo Final e do Investimento. Esta evolução resultou do maior contributo das Despesas de Consumo Final (crescimento YoY de 4,2% no 2ºT18, aumentou para 4,7% no 3ºT18). A aceleração do Consumo Final resulta principalmente das Despesas de Consumo Privado (crescimento YoY de 0,3% no 2ºT18 aumentou para 5,8% no 3ºT18) uma vez que o Consumo Público registara um crescimento YoY de 21,2% no 2ºT18, diminuindo para 0,4% no 3ºT18. Os Investimentos registaram um crescimento YoY de 5% no 2ºT18, aumentou para 8,1% no 3ºT18.

Note-se que o indicador qualitativo de clima económico inverteu o perfil descendente no 2ºT18 e continuou a melhorar no 3ºT18, refletindo a melhoria da confiança dos empresários dos setores do turismo, transporte e serviços auxiliares e comércio em estabelecimento. Entretanto, em termos agregados, o índice de confiança no comércio decresceu pela primeira vez desde 2015, devido à redução da confiança dos empresários do comércio em feira. As expetativas dos empresários da construção e da indústria também pioraram no 3ºT18

Relativamente à inflação manteve-se a tendência de recuperação dos preços no consumidor iniciada em janeiro de 2017, com o valor médio anual a situar-se nos 1,2% em novembro de 2018, contra -1,4% em 2016 e 0,8% em 2017, refletindo a subida dos preços das matérias-primas energéticas no mercado internacional, bem como alguma influência da fraca campanha agrícola de 2017.

No referente às contas externas, evidencia-se uma situação desfavorável no terceiro trimestre de 2018 (conforme os Indicadores Económicos e Financeiros de novembro 2018 do BCV), resultante do

aumento do défice da conta corrente em 85% em termos homólogos (passou de -2,6 milhões de contos no 2ºT para -4,8 milhões de contos no 3ºT18), em função do crescimento das importações de bens (+18,2%), redução das transferências oficiais (-67,7%), e do aumento dos dividendos distribuídos aos investidores externos (+95,5%).

A Balança de Capital registou uma diminuição de excedente (de 317,4 mil contos no 3ºT17 diminuiu para 89,7mil contos no 3ºT18), justificado pela redução dos donativos de capital resultante do término da execução do segundo compacto do Millenium Challenge Account.

A Balança Financeira registou um excedente de CVE 1.81 milhões de contos no 3ºT18, que compara com o défice de CVE -599,7mil contos do mesmo período do ano anterior, explicado pela diminuição do stock da dívida pública externa e de influxos do IDE – Investimento Direto Estrangeiro no país.

O aumento do défice da conta corrente aliado à diminuição dos influxos líquidos de financiamento resultou na queda das Reservas Internacionais de 57,1 milhões de contos em dezembro de 2017 para 56,18 milhões de contos em setembro 2018. O stock de Reservas Internacionais Líquidas passou a garantir 5,4 meses de Importação, continuando ainda dentro dos parâmetros considerados adequados para e economia de Cabo Verde e para a estabilidade do Peg do CVE face ao Euro.

Em outubro de 2018 a Massa Monetária cresceu 6,1%, em termos homólogos (menos 0,5 p.p. que em dezembro de 2017). O crescimento mais contido da oferta monetária foi determinado pelo abrandamento significativo do crédito ao setor privado e pela redução dos Ativos Externos Líquidos dos Bancos.

Face a dezembro de 2017, até outubro 2018 o Crédito à Economia e ao Sector Privado cresceram respetivamente 1,2% e 0,2% (7,5% e 6,8% em dezembro 2017,YoY). O Crédito Líquido ao Setor Público Administrativo cresceu 3% no mesmo período, impulsionado pelo aumento do crédito ao Governo Central em 11%.

O Crédito à Economia em outubro 2018 cresceu num ritmo superior ao Crédito ao Setor Privado devido a um maior contributo do Crédito às Empresas Públicas Não Financeiras.

Em termos de componentes, o comportamento da Massa Monetária refletiu a contração dos passivos quase monetários, em particular os depósitos em divisas de residentes (-24,5%) e depósitos a prazo e de poupança dos emigrantes (-1,8%). É de destacar também a queda das moedas em circulação (pertencente ao agregado monetário M1) em -8,9% de dezembro 2017 a outubro 2018, fruto de uma maior utilização dos meios de pagamentos eletrónicos.

Para 2019 espera-se um défice orçamental de 3,0% do PIB, financiado essencialmente com recursos provenientes da ajuda orçamental. O Rácio do Stock da Dívida deverá atingir os 126,3% do PIB, com a consolidação Orçamental e a sustentabilidade da dívida a continuar a representar uma grande preocupação e um grande desafio.

O BCV projeta um crescimento do PIB na ordem dos 4,5% em 2018, em linha com as projeções do FMI de Outubro de 2018 e o intervalo projetado no Orçamento de Estado de 2019 [4,0%;5,0%].

Para 2019 espera-se uma aceleração do crescimento para 4,7% do PIB, assente na "expetativa de evolução benigna do enquadramento externo e na ausência de constrangimentos infraestruturais e comerciais à produção nacional e ao financiamento externo dos investimentos no país", também em linha com as projeções do FMI de outubro 2018 e o intervalo projetado no Orçamento de Estado de 2019 [4,5%-5,5%].

O quadro 2 sintetiza as principais informações divulgadas no Relatório de Política Monetária de outubro de 2018 e no Orçamento de Estado para 2019.

Quadro 4 - Indicadores Macroeconomicos Nacionais

			Previsão	
	Unidades	**2017**	**2018**	**2019**
PIB Real	%	4,0	4,5	4,7
Inflação	Variação média anual	0,8	1,3	1,4
Massa Monetaria	Variação anual em %	6,6	5,6	5,5
Reservas Cambiais	Meses de importação	5,9	5,8	5,8
Crédito à Economia	Variação (%)	7,5	5,0	5,1
Stock da Divida Global	Em % do PIB	131,9	127,9	126,3
Saldo Orçamental	Em % do PIB	3,2	3,1	3,0

Fonte : Orçamento Estado 2019 e Relatório Política Monetária do BCV out18

Em janeiro de 2019, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) publicou o Africa Economic Outlook, onde analisa o desempenho macroeconómico dos países africanos.

O BAD estima um crescimento do PIB real de 3,9% em 2018, 4,1% em 2019 e 4,8% em 2020, e prevê que o crescimento seja impulsionado pela entrada de remessas, pela indústria transformadora, pelo crescimento contínuo do turismo e pelo aumento da despesa em infraestruturas públicas, não esquecendo o investimento privado, impulsionado por condições favoráveis de crédito internas. Estas perspetivas são menos otimistas do que as apresentadas pelas Instituições Cabo-verdianas, mas

também são mais recentes e posteriores à confirmação de visões menos positivas sobre o comportamento da economia mundial.

Dada a forte ligação económica entre Cabo Verde e a Zona Euro, a revisão em baixa do crescimento económico desse bloco poderá ter reflexos negativos nas perspetivas de crescimento apresentadas pelo BCV em outubro de 2018 e pelo Orçamento de Estado para 2019. Além disso, o aumento das incertezas acerca do desfecho do BREXIT e o seu impacto na economia Britânica representa um risco acrescido para a economia de Cabo Verde, tendo em conta o crescente peso do Reino Unido nos fluxos de Investimento Direto Estrangeiro e no fluxo de turistas.

6.2.2. Sistema Financeiro

O Banco de Cabo Verde – BCV, com o objetivo de estabilização das taxas de juros do mercado monetário, e proporcionando uma maior regulação dos níveis de liquidez existentes no sistema, em janeiro de 2018, através do Aviso nº 01/2018, determinou um novo regime de constituição das Disponibilidades Mínimas de Caixa.

No âmbito da Lei nº 07/IX/2017, de 27 de janeiro que cria o FGD - Fundo de Garantia de Depósitos, e com vista a minimizar o impacto das contribuições para o referido fundo e considerando a conjuntura macrofinanceira prevalecente no país, o BCV deliberou diminuir o coeficiente das Disponibilidades Mínimas de Caixa em 2 pp de 15% para 13%. Esta medida visa, sobretudo, possibilitar à banca libertar-se de um determinado montante de fundos que estão em forma de reservas obrigatórias, para poder compensar os custos de *funding* associados à constituição do FGD, bem como diminuir o custo implícito nas reservas obrigatórias

Em 2018, de entre os diplomas legais e regulamentares que foram publicados, destacam-se:

- Aviso nº 1/2018 Disponibilidade mínimas de Caixa: Aviso vem determinar o regime da constituição de reservas mínimas, bem como os requisitos a que deverão obedecer, a base de incidência das disponibilidades mínimas de caixa, o seu apuramento, o coeficiente de disponibilidades mínimas de caixa e de reservas mínimas de caixa e os deveres a que as instituições sujeitas estão adstritas. Já em dez-17, o BCV tinha comunicado a redução do coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa de 15% para 13%.
- Lei 22/IX/2018 que procede à primeira alteração da Lei nº 61/VIII/2014, de 23 de Abril, que define as bases, os princípios orientadores e o quadro normativo de referência para o sistema financeiro;

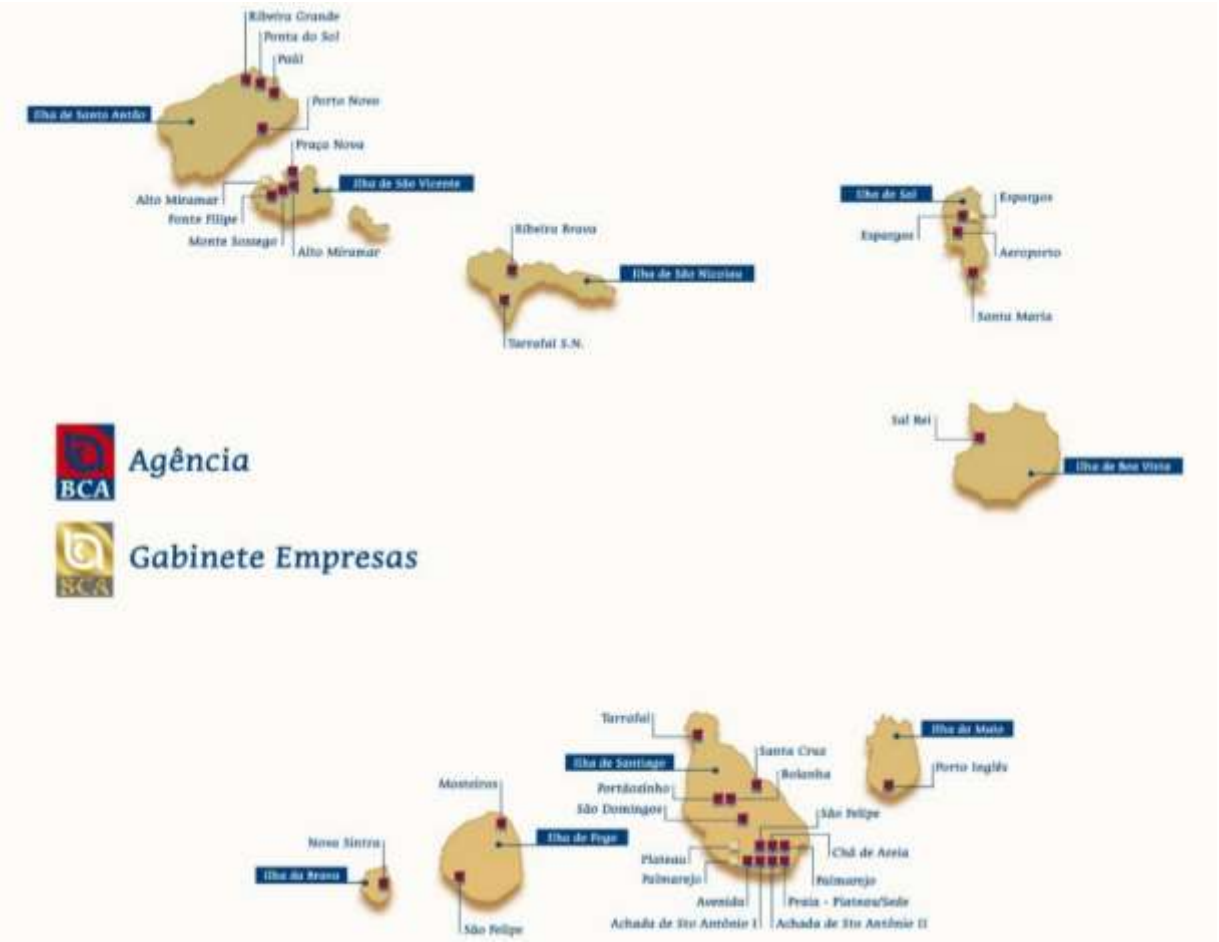
- Aviso nº 2/2018 sobre Regras do Preçário e deveres de Informação que procede à alteração e republicação do Aviso nº1/2013;
- Decreto-legislativo nº 3/2018 que regula o regime jurídico das Operações económicas e financeiras com o exterior e das operações cambiais no território nacional;
- Portaria nº 19/2018, de 13 de Julho 2018 - documento que aprova o modelo de declaração de informação relativa a informação financeira, constante do anexo à Portaria;
- Aviso nº 5/2018 do BCV, de 27 de Julho de 2018 - Plano de Contas do Fundo de Garantia de Depósitos;
- Aviso 6/2018, de 27 de Agosto que estabelece o dever de Informação das Operações com o Exterior e das Operações Cambiais (dever de informação de natureza estatística e o dever de conservação dos seus respetivos elementos, tendo em perspetiva, a atuação do Banco de Cabo Verde enquanto autoridade monetária do país);
- Aviso 7/2018, de 27 de Agosto que lista operações económicas e financeiras com o exterior, antes publicados sob anexos I (operações de capitais), do decreto-lei nº 26/98, de 29 de Junho;
- Decreto-Legislativo 7/2018, de 28 de Novembro que estabelece o regime jurídico aplicável à regulação, à gestão e ao funcionamento do Sistema de Pagamentos Cabo-Verdiano, visando o cumprimento de objetivos de política pública, nomeadamente a eficiência e a segurança dos sistemas, e a estabilidade do sistema financeiro geral;
- Decreto-Legislativo 8/2018, de 28 de Novembro que estabelece o regime jurídico que regula a prestação de serviços de pagamento e a emissão, distribuição e reembolso de moeda eletrónica em Cabo Verde pelas entidades legalmente autorizadas;
- Decreto-Legislativo 9/2018, que estabelece o regime jurídico que regula o acesso à atividade das instituições de pagamento e de moeda eletrónica.

6.2.3. BCA no Sistema

O sistema financeiro cabo-verdiano continua competitivo com 7 Bancos Comerciais a operarem no país.

A quota de mercado do BCA no crédito diminuiu de 33,7% em 2017 para 32,3% em 2018 (dados de Novembro) e manutenção nos Depósitos, em 38,1% em 2018 (dados de Setembro).

O BCA manteve inalterada a sua rede comercial em 2018 com 34 balcões, incluindo 4 Gabinetes de Empresas.



A produção de cartões Vinti4 (cartões de débito) representou 39% de toda a produção da rede em 2018 com um aumento de 1.085 cartões (+2%) em relação às emissões de 2017. Em relação aos cartões ativos em circulação, com referência a 31 de Dezembro de 2018 o BCA contava com 80.120 unidades, totalizando 32% de toda a rede (34% em 2017).

No ano de 2018 continuou-se com a estratégia de consolidação dos serviços associados aos canais remotos (BCADirecto Telefone (Contact Center) e do BCADirecto Mobile), com uma atenção especial à questão da segurança nesses canais, e também deu-se continuidade à estratégia de implementação de serviços que promovem a "eletronização" dos produtos e serviços do BCA, mediante a identificação de novos canais eletrónicos de distribuição.

Em 2018, o BCA registou cerca de 7.511 utilizadores/aderentes ao serviço BCADirecto Multicanal (Internet, Mobile e Telefone), representando um crescimento de 4% em relação ao ano anterior. O serviço BCADirecto finalizou o ano com 52.057 utilizadores, representando um crescimento na ordem dos 9% em relação ao ano anterior.

No tocante às transações realizadas no Canal BCADirecto, o ano de 2018 foi igualmente positivo, tendo sido realizado cerca de 660.246 operações que requerem a movimentação de fundos no canal

BCADirecto Internet e Mobile, representando um crescimento de 22% face ao ano anterior e os valores transacionados no canal ultrapassaram os 16,3 mil milhões de escudos, evidenciando também um crescimento de 22% face ao ano anterior.

Em 2018 o parque de máquinas ATM's do BCA cresceu a uma taxa de 5% comparativamente ao ano anterior, tendo terminado o ano com 64 máquinas instaladas e ativas na rede vinti4. Em termos de quotas de mercado, manteve-se igual a 2017, ou seja, 34%.

O parque de terminais de pagamento automático (POS) apoiados pelo BCA manteve a tendência crescente, tendo atingido os 2.246 equipamentos instalados e ativos, o que representou um crescimento de 9% face ao ano anterior. Entretanto a quota de mercado manteve-se nos 31% tanto no tocante aos equipamentos instalados na rede Vinti4, bem como no que se refere á quantidade de transações realizadas no canal POS, tendo porém diminuído a quota em termos de montantes transacionados em 2 p.p.



O parque das Máquinas de depósitos aumentou para 12 máquinas colocadas em Agências (+6 que o ano de 2017) localizadas nas ilhas de Santiago, São Vicente e Sal.

Esse canal continuou a ter uma aceitação muito positiva junto dos clientes comprovado pelo crescimento verificado tanto na quantidade de depósitos efetuados (+71%) bem como nos valores depositados (+80%), tendo sido realizado cerca de 145 mil depósitos num total de 3,1 milhões de contos.

O BCA continuou a ser o único Banco no país a oferecer aos seus clientes este canal complementar para a realização dos seus depósitos com rapidez, segurança e comodidade.

7. VISÃO ESTRATÉGICA

As perspetivas de relativa estabilidade da envolvente internacional e de melhoria da envolvente nacional, a par da aceleração do ritmo de aproximação da supervisão nacional do BCV aos padrões internacionais, configuram o quadro em que o BCA vai ajustando a sua estratégia.

Neste contexto, a atuação estratégica do BCA continua a passar pelos vetores seguintes:

1. **Objetivos Estratégicos Finais:**

   a. *Aumento da **Rentabilidade do Negócio** através:*

      I. *Da melhoria da **Margem Financeira** das operações de crédito*
      II. *Do aumento da **Taxa de Transformação***
      III. *De um maior contributo da **Margem Complementar***

   b. *Redução do **Cost-to-Income**, pela via:*

      I. *Do aumento do **Produto Bancário***
      II. *De melhorias na **Eficiência Técnica e Operacional***

   c. *Reforço da Solvabilidade assente*

      I. *Numa **Política Comercial** atenta ao risco e ao consumo de capital das operações*
      II. *Numa prudente **Política de Dividendos***

2. **Objetivos Estratégicos Instrumentais**

   a. *Crescimento da **Carteira Normal,** pela via:*

      I. *De uma maior **Proatividade Comercial**, sem prejuízo da ponderação do risco e do consumo de capital das operações*
      II. *Da melhoria da **Qualidade do Atendimento** nos balcões*
      III. *De melhores **Articulações Funcionais** entre a rede comercial (balcões) e os serviços centrais*
      IV. *Da redução do **Tempo de Resposta** aos clientes internos e externos*

   b. *Redução da **Carteira em Incumprimento**, através:*

      I. *De uma particular atenção aos **Primeiros Indícios de Incumprimento***

II. *De **Reestruturações** mais Sustentáveis*

III. *De uma melhor **Articulação Funcional** entre o GRE e o GJC*

c. *Mais **Proatividade (interna e externa)** na gestão e alienação dos ativos em carteira (dações e execuções judiciais)*

d. *Melhoria da **Eficiência Técnica e Operacional***

I. Melhorias Organizacionais

II. *Controle e redução dos **Custos Operacionais***

III. *Redução do **Risco Operacional***

IV. *Melhoria do **Controle Interno***

V. ***Novos investimentos**, numa base business-case*

VI. *Qualificação dos **Recursos Humanos***

8. ATIVIDADE COMERCIAL

8.1. RECURSOS

A orientação para a qualidade de serviço prestado aos clientes, a inovação de produtos, o reconhecimento pelos cabo-verdianos no país e na diáspora, e a eleição do BCA como Marca de Confiança, continuam a fazer do Banco uma referência no mercado bancário nacional.

O saldo dos Depósitos de Clientes atingiu 77,5 milhões de contos, o que representa um aumento de 3,1% em relação a 2017, e continua a demonstrar a confiança depositada na marca BCA. Esta evolução foi suportada pelo aumento dos Depósitos à Ordem em 10,7% e dos Depósitos de Poupança em 4,6%. Os Depósitos a Prazo decresceram 3,8%.

O quadro que se segue ilustra a evolução dos Recursos de Clientes de 2017 a 2018.

Quadro 5 - Depósitos de Clientes

(mil contos)

Modalidades	2017	2018	Variação	
			Absoluta	Relativa
Depósitos	**75.178**	**77.503**	**2.325**	**3,1%**
Depósitos à Ordem	33.383	36.944	3.562	10,7%
Depósitos a Prazo	37.520	36.088	-1.432	-3,8%
Depósitos de Poupança	4.275	4.471	196	4,6%

Por segmento de clientes, os Depósitos no BCA pertencem, na sua maioria, a clientes Particulares com um peso de 79,9% (81,4% em dezembro 2017), traduzindo um acréscimo de 1,2%. Os depósitos de empresas aumentaram a taxas a rondar 11,2% em relação a 2017. Os Depósitos Totais de Emigrantes representam 48,3% (49,2% em 2017) do total da Carteira de Depósitos do BCA e cresceram 1,1% em relação a dezembro de 2017.

Quadro 6 - Depósitos de Clientes por Modalidades

(mil contos)

Modalidades	2017	2018	Variação Absoluta	Variação Relativa
Depósito à Ordem				
Residentes	21.319	23.482	2.163	10,1%
Emigrantes	9.136	10.416	1.280	14,0%
Não Residentes	2.927	3.046	119	4,1%
Total	**33.383**	**36.944**	**3.561**	**10,7%**
Depósito a Prazo				
Residentes	12.434	12.193	-241	-1,9%
Emigrantes	27.857	26.988	-869	-3,1%
Não Residentes	1.504	1.378	-126	-8,4%
Total	**41.795**	**40.559**	**-1.236**	**-3,0%**
Total de Depósitos	**75.178**	**77.503**	**2.325**	**3,1%**

Quadro 7- Depósitos de Clientes por Segmento

(mil contos)

Segmentos	2017	2018	Variação Absoluta	Variação Relativa
Empresas				
Depósitos à Ordem	10.983	12.543	1.560	14,2%
Depósitos a Prazo	2.989	2.997	8	0,3%
Total	**13.972**	**15.539**	**1.567**	**11,2%**
Particulares				
Depósitos à Ordem	22.399	24.401	2.002	8,9%
Depósitos a Prazo	34.531	33.091	-1.440	-4,2%
Depósitos de Poupança	4.275	4.471	196	4,6%
Total	**61.206**	**61.964**	**758**	**1,2%**
Total de Depósitos	**75.178**	**77.503**	**2.325**	**3,1%**

8.2. CRÉDITO

8.2.1. Análise do Crédito Concedido

A atividade do BCA em 2018 continua a ser influenciada pela retoma da dinâmica económica, com algumas oportunidades de negócio sustentada nas boas perspetivas de mercado, com impacto a nível da procura do crédito e na concorrência entre os bancos pelas boas operações que vão surgindo.

O total de novos financiamentos concedidos em 2018, incluindo os créditos reestruturados, atingiu aproximadamente 8,7 milhões de contos, superior a 2017 em 4,1% (348 mil contos) com o crédito concedido às famílias durante o ano a aumentar 20,1%, se comparado ao ano de 2017. De salientar o aumento de 65,8% e 15,3% nas novas produções dos créditos para Habitação Própria Permanente e de Rendimento e nos créditos para Outros Fins.

De referir porém a diminuição ocorrida no segmento das empresas, apesar da forte aposta nos créditos concedidos às PME no âmbito da linha de crédito lançada em 2014, e que tem vindo a ser reforçada todos os anos desde então, face à boa aceitação por parte do mercado.

O quadro seguinte mostra a evolução do crédito novo concedido por segmentos de clientes.

Quadro 8 - Crédito Concedido inclui reestruturados por Segmento Clientes

(mil contos)

Segmentos	2017	2018	Variação		Estrutura	
			Absoluta	Relativa	2016	2017
Empresas	**4.694**	**4.288**	**-406**	**-8,6%**	**55,6%**	**48,8%**
Curto Prazo	2.764	1.771	-993	-35,9%	32,7%	20,1%
M/LPrazo	1.930	2.517	587	30,4%	22,9%	28,6%
Particulares	**3.752**	**4.505**	**754**	**20,1%**	**44,4%**	**51,2%**
Crédito à Habitação	1.248	2.068	820	65,8%	14,8%	23,5%
Crédito ao Consumo	2.504	2.437	384	15,3%	29,6%	27,7%
Total Crédito Concedido	**8.446**	**8.794**	**348**	**4,1%**	**100,0%**	**100,0%**

8.2.2. Análise da Carteira de Crédito

O saldo da carteira de Crédito Vivo, sem os créditos titulados às empresas, ascendeu a 32,3 milhões de contos, mantendo praticamente o mesmo valor do ano de 2017. A evolução favorável no stock de

crédito às famílias em 4,9% é reflexo do aumento das operações novas, quer no crédito para habitação própria permanente quer no crédito para outros fins. Nas empresas, verificou-se uma variação da carteira em -6,4%, justificada pela diminuição nas operações novas e também nas amortizações normais e antecipadas de alguns créditos de valores significativos.

Quadro 9 - Carteira de Crédito Vivo por Segmentos

(mil contos)

Segmentos	2017	2018	Variação		Estrutura	
			Absoluta	Relativa	2017	2018
Empresas	**13.754**	**12.876**	**-878**	**-6,4%**	**42,6%**	**39,8%**
Curto Prazo	1.586	1.652	65	4,1%	4,9%	5,1%
M/LPrazo	12.168	11.224	-944	-7,8%	37,7%	34,7%
Particulares	**18.541**	**19.441**	**900**	**4,9%**	**57,4%**	**60,2%**
Habitação Própria	11.906	12.550	644	5,4%	36,9%	38,8%
Arrendamento	1.618	1.463	-156	-9,6%	5,0%	4,5%
Crédito Consumo	5.016	5.428	412	8,2%	15,5%	16,8%
Total do Crédito Vivo	**32.295**	**32.317**	**22**	**0,1%**	**100,0%**	**100,0%**

Incluindo o Crédito e Juros Vencidos, os Proveitos a Receber e as Obrigações Públicas e Privadas, a Carteira de Crédito Total a Clientes aumentou 4,4% face ao período homólogo. Os títulos da dívida pública cresceram 37,1% e 3,3 milhão de contos. O saldo das obrigações públicas e privadas retraiu-se em 33 mil contos, justificado pela liquidação das prestações de algumas obrigações, superior à entrada de novas subscrições.

Quadro 10 - Carteira de Crédito a Clientes

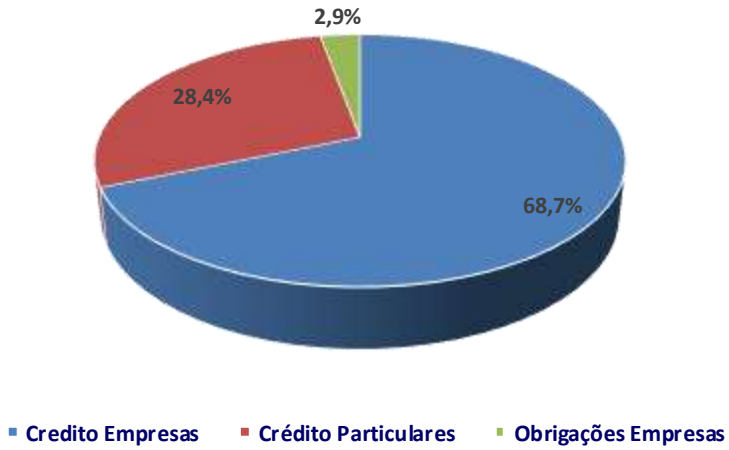
(mil contos)

Crédito	2017	2018	Variação	
			Absoluta	Relativa
Crédito Vivo	**32.295**	**32.317**	**22**	**0,1%**
Curto Prazo	2.213	2.164	-49	-2,2%
Médio e Longo Prazo	30.082	30.153	71	0,2%
Crédito e Juros Vencidos	**5.525**	**4.393**	**-1.131**	**-20,5%**
Obrigações Públicas/Privadas	**3.460**	**3.426**	**-33**	**-1,0%**
Titulos da Divida Publica	**9.004**	**12.343**	**3.339**	**37,1%**
Proveitos a Receber	**256**	**275**	**19**	**7,5%**
Receitas c/Rendim. Diferido	**-242**	**-227**	**15**	**-6,2%**
Carteira de Crédito Total	**50.297**	**52.528**	**2.231**	**4,4%**

O esforço acrescido na gestão prudente do risco, da adoção de medidas preventivas e no acompanhamento permanente dos clientes com maiores exposições, com vista à otimização da qualidade da carteira de crédito, refletiu-se no crédito em incumprimento que diminui em 1,1 milhão de contos e -20,5%, atingindo um saldo acumulado em dezembro 2018 de 4,3 milhões de contos.

O decréscimo do Crédito Vencido ocorreu tanto no segmento Empresas como nos Particulares em -20,7% e -21,6% respetivamente. A representatividade de cada segmento em 2018 encontra-se no gráfico seguinte.

Gráfico 1 - Crédito em Incumprimento em 2018



O saldo acumulado da Imparidade de Crédito, que inclui a imparidade para as obrigações das empresas privadas, atingiu 3,3 milhões de contos, traduzindo uma variação de -19,3% e 798 mil contos e uma cobertura do Crédito Vencido pela Imparidade de 75,5%.

9. OUTRAS ATIVIDADES

9.1. RECURSOS HUMANOS

Em 31 dezembro 2018 o quadro do pessoal apresentava um total de 453 colaboradores no ativo, sendo 370 do quadro efetivo e 83 contratados a termo certo. Contava, ainda, com 11 colaboradores em situação de inatividade. Foram admitidos 9 novos colaboradores e ocorreram 12 desvinculações (3 por iniciativa do Banco e 9 por iniciativa do colaborador). De referir que passaram à situação de reforma um total de 7 colaboradores, sendo que 1 por incapacidade.

Quadro 11 - Distribuição dos Colaboradores

	ACTIVOS			INACTIVOS	
	2017	2018		2017	2018
Quadro Permanente	379	370	Aposentados	173	181
Contratos a Prazo	81	83	Desvinculados/Indeminizados	6	12
			Comissão de Serviço		1
			Licença	9	9
			Ausência por Doença	1	1
			Ausência Outros Motivos	1	0
TOTAL	**460**	**453**	**TOTAL**	**190**	**204**

As Mulheres em número de 287 correspondiam a 63,3% e os 166 Homens a 36,6% do total dos colaboradores no ativo. No que se refere à distribuição por Grupos Funcionais, 107 (23,6%) colaboradores exerciam cargos de Chefia. De realçar um aumento do número de colaboradores detentores de Licenciatura, passando a 51,7% do total do efetivo em 2018.

Quadro 12 - Habilitações Literárias

	2017		2018	
	Quant.	%	Quant.	%
Ensino Básico	68	14,8%	64	14,1%
Ensino Secundário	127	27,6%	121	26,7%
Ensino Técnico Profissional	27	5,9%	24	5,3%
Ensino Superior Politécnico	10	2,2%	10	2,2%
Ensino Superior Universitário	228	49,6%	234	51,7%
TOTAL	**460**	**100%**	**453**	**100%**

Formação e Capacitação Profissional

Em 2018 o BCA investiu em 61 ações de formação atingindo um total de 984 participantes, com uma carga horária total de 7.338 horas.



Foram realizadas formações em várias áreas e com grande impacto na atividade do Banco das quais destacam-se as seguintes: Norma contabilística IFRS9; Basileia III e CRR/CRG; Financiamento e crédito bancário; Seminário Operational Risk; Coaching Project COSO Model in Cape Verde; Lavagem de Capitais e Financiamento do Terrorismo; Código de Conduta e Compliance; Novos requisitos do sistema de controlo interno; Bancassurance; Formação em auditoria informática; Formação On The Job – CGD; Formação KEY USER's BANKA 3G; Seminário Sobre Reforma Sistema Financeiro em Cabo Verde; Desenvolvimento de Talentos e Capital Humano; Novos Requisitos do Sistema de Controlo Interno; Estágios na Caixa Geral de Depósitos; Avaliação financeira de projetos e Contabilidade bancária.

De entre as ações de formações realizadas, 22 foram no país (out empresa) abrangendo 108 colaboradores, com uma carga horária de 1.456 horas, enquanto no país (in empresa) realizaram-se 36 ações abrangendo 869 participantes, com uma carga horária de 5.513 horas.



Relativamente ao exterior, participaram 7 colaboradores em 3 ações de formação on the job e Workshop sobre Compliance officer na Caixa Geral de Depósitos e ainda visitas de trabalho. Comparativamente ao ano 2017 registou-se um aumento em termos do número de ações de formação e da carga horária.

Durante o ano de 2018 foram proporcionados um total de 18 estágios profissionais, prevalecendo o papel do BCA enquanto parceiro do desenvolvimento do país na criação do emprego, sobretudo na camada jovem.

BCA vencedor do “Global Management Challenge - CGD Internacional 2017/2018

Em 2018, na 2ª Edição do “Global Management Challenge - CGD Internacional 2017/2018”, a equipa do BCA sagrou-se vencedora. A competição foi organizada pela Caixa Geral de Depósitos (CGD).

O Global Management Challenge (GMC) é um jogo de simulação de gestão que funciona num ambiente de competição entre empresas virtuais, sendo sobretudo uma ferramenta de formação que possibilita aos participantes terem oportunidade de desenvolver competências no âmbito da gestão, mas também comportamentais, tais como o trabalho em equipa e aprendizagem interativa. É necessário planear e decidir sobre as mais diferentes variáveis que afetam o dia-a-dia de uma empresa, como sejam preços, investimentos, salários, publicidade, entre outros, sem descurar o balanceamento dos interesses, muitas vezes conflituantes, dos gestores e dos donos da mesma. Para tal, o espírito de equipa, as diferentes competências e a coordenação entre os seus membros são aspetos fundamentais.

Esta mesma equipa do BCA representou Cabo Verde, no Dubai, na Final Internacional do Global Management Challenge (GMC). Esta é a segunda vez, que o BCA representa Cabo Verde no Concurso Internacional da GMC. A primeira foi em 2017, em Qatar, quando uma equipa de colaboradores venceu a 1ª edição do Global Management Challenge, dirigido às Empresas e Universidades, realizada em Cabo Verde.



Apoio Social aos Trabalhadores

Os colaboradores do Sistema Privativo de Segurança Social do Banco, colaboradores reformados, bem como os seus agregados familiares beneficiaram no país de consultas, exames clínicos de diagnóstico, fornecimento de próteses oculares e estomatológicas, tratamentos de enfermaria, cirurgias e internamentos hospitalares.

Ainda beneficiem de tratamento no exterior no âmbito do protocolo existente entre o BCA e os SAMS - Serviços de Apoio Médico e Social dos Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas, de Portugal.

O Banco continuou a apoiar os seus colaboradores e reformados através da política de concessão de créditos, nomeadamente, para aquisição ou construção de habitação própria permanente.

9.2. GESTÃO DO RISCO, AUDITORIA E CONTROLO INTERNO

Gestão do Risco

O papel da Função Gestão de Risco (FGR) é o de assegurar que o sistema do banco é adequado e eficaz, garantindo que todos os riscos materiais decorrentes da atividade desenvolvida são devidamente identificados, avaliados, acompanhados e controlados, bem como o de aconselhar e apresentar informação completa e pertinente aos órgãos de administração e fiscalização sobre os riscos relevantes associados à atividade desenvolvida numa base individual e consolidada.



Neste contexto, de modo a garantir a efetividade da FGR, o BCA, entre outros aspetos, levou a cabo em 2018 um conjunto de ações, nomeadamente:

- Nomeação do *Chief Risk Officer* (CRO), adicionalmente ao Responsável Local da FGR do BCA;
- Revisão da Estrutura do BCA, com a separação da função da análise de risco de crédito para a tomada de risco, da função de controlo de risco;
- Implementação da Declaração de Apetência pelo Risco e determinação das métricas a acompanhar;
- Implementação de todas as políticas corporativas e adaptação de normas corporativas, abrangendo os diversos riscos;
- Reunião mensal com o CRO Central, cobrindo todas as áreas de risco, acompanhando-se a evolução das métricas do RAS (*Risk Appetite Statement*);
- Revisão de algumas métricas do RAS, designadamente, *Non-Perfoming Exposure* (NPE) e *Non-Performing Loan* (NPL), em julho 2018;
- Promoção da capacitação dos técnicos da área de risco, quer com formação interna, quer dirigida pelo IFB e/ou formação on-the-job na CGD/DGR.

Risco de Crédito, Recuperação de Crédito e Risco Operacional

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das suas respetivas obrigações financeiras nos termos contratados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Do ponto de vista organizacional, importa referir que a partir de 01 de setembro de 2018, o BCA procedeu à criação do Gabinete de Risco de Crédito, que é um órgão de staff da estrutura do Banco, com funções de analisar e emitir parecer sobre o risco de crédito, de acordo com o normativo de crédito e a delegação de competências em vigor.

Com a criação deste gabinete, a análise independente de proponentes, garantes e operações, com vista à emissão de pareceres de risco, deixou de estar sob a alçada da Direção de Gestão de Risco (DGR), que focou a sua orgânica, entre outros, no desenvolvimento da Função de Gestão de Risco e na conceção, implementação e controlo de vários indicadores de risco e de modelos de apoio àquela análise.

Vale, igualmente, enaltecer o processo de implementação da norma IFRS 9 no BCA, o qual culminou com a passagem à produção, em julho 2018, da ferramenta informática de suporte ao cálculo das perdas por imparidade da carteira de crédito do Banco, denominado LIVE (Loan Impairment Valuation Engine), sendo que desde daquela data todo o processo de cálculo é assegurado pelos técnicos da DGR. No decorrer da implementação procedeu-se ao recálculo dos fatores de risco (PD -Probabilidade de Default, LGD - Loss Given Default) e respetivo backtesting. Em complemento e, tal como previsto, todo o processo de imparidade foi documentado e divulgado em Ordem de Serviço.

Procedeu-se também à implementação dos novos conceitos de default, com a marcação no sistema core Banka, nomeadamente RDF – Reestruturação por Dificuldades Financeiras, ICDF – Indicador de Clientes com Dificuldades Financeiras, NPE's – Non-Performing Exposure e Default. Na sequência, em fevereiro 2018, deu-se início ao projeto corporativo denominado Repositório de Informação Integrada do Grupo (RIIG) ao nível do sistema central da CGD que, grosso modo, agrega dados detalhados por operação e cliente, permitindo assim classificar a carteira de crédito em conformidade com os conceitos de risco acima expressos. Neste particular, vale realçar o papel do Gabinete de Gestão de Risco (GGR) na validação do RIIG.

Em 2018 o BCA decidiu afetar ao Gabinete de Recuperação Créditos (GRE) a responsabilidade de acompanhar os processos de recuperação pela via judicial, na sequência de uma cada vez mais evidente

e profícua intervenção nos mesmos (sempre em sintonias com os demais órgãos de estrutura com intervenção nos processos).

Essa aproximação permitiu a identificação de oportunidades de intervenção que resultaram em tomadas de decisões estratégicas, nomeadamente em processos em contencioso e com longo historial de incumprimento, com impacto muito positivo na carteira de créditos vencidos do BCA.

De referir que o Gabinete de Recuperação de Crédito tem sido capaz de recuperar as operações nas quais tem intervenção, com reestruturações, praticamente sem reincidências e complementadas com propostas de dações em pagamento que permitem de um modo geral recuperar o capital. Com efeito o crédito vencido registou redução expressiva em 2018, fruto de medidas e/ou estratégias previamente delineadas, o que traduz a melhor performance do BCA nesta matéria.

No 1º trimestre de 2018 iniciou-se o processo de implementação da Política de Acompanhamento e Recuperação de Crédito (PARC), o que culminou, uma vez mais, com a aprovação definitiva do normativo, pelo Conselho de Administração do BCA, no último trimestre de 2018. Este documento tem por objetivo definir e harmonizar, em documento único, as práticas de acompanhamento, reestruturação e recuperação de crédito, onde é estabelecido a delegação de competências de cada Órgão de Estrutura participante do ciclo de vida do crédito, sendo de destacar a segmentação de cores no sistema core, conforme previsto na PARC.

Outro aspeto digno de registo, do ponto de vista organizacional, é a transição, no 3º trimestre de 2018, da área de Risco Operacional da Direção de Organização e Inovação (DOI) para a DGR, mais concretamente para o GGR, tendo como objetivo o perfeito alinhamento corporativo com a CGD nesta matéria, ou seja, de concentrar as áreas de risco na DGR.

Risco de Mercado

A gestão do risco de mercado é orientada pelo objetivo de focar-se a atividade em produtos e serviços que estejam de acordo com a estratégia de negócio do banco e limitar a complexidade de produtos e posições, garantindo que estão em linha com as capacidades existentes de monitorização do risco.

Adicionalmente estão definidos na declaração de apetência pelo risco, limites, quer na perspetiva de risco de mercado quer na perspetiva do risco cambial do balanço, que por sua vez encontram-se decompostos em limites aplicados à carteira do BCA através de guidelines de risco de mercado e guidelines de risco da posição cambial.

A nível de mercado, a carteira de instrumentos financeiros do BCA resume-se a obrigações e ações. O BCA tem uma carteira de ativos financeiros com alguma representatividade, mas que não foi constituída para negociação, sendo na sua maioria não cotada e com expressão reduzida face ao total do ativo. De frisar que pode-se considerar que a carteira é quase estática, sem muita variabilidade, na medida em que as aplicações praticamente mantêm o seu valor até à maturidade.

O risco de mercado do BCA é imaterial pelo que na monitorização do risco faz-se o acompanhamento da carteira, garantindo a uniformização dos preços utilizados para valorização dos títulos classificados a justo valor ou com cotações disponíveis em mercados oficiais ativos.

A nível de risco da posição cambial, já com alguma materialidade, faz-se o acompanhamento e controlo diário dos limites das posições cambiais instituídos e aplicáveis, de modo a identificar, de forma preventiva, as condições significativas e emergentes de risco que possam fazer incorrer o banco em perdas financeiras, tendo sempre a preocupação de defender a saúde financeira do BCA.

As métricas de monitorização e reporte da posição cambial continuam garantindo a fiabilidade das estimativas das perdas potenciais e as posições e os indicadores mantêm-se dentro dos níveis de tolerância definidos na estratégia da gestão do risco cambial. As posições cambiais raramente ultrapassaram os limites definidos para as diversas moedas que compõem a carteira, e quando ultrapassam são prontamente justificados, corrigidos e reportados à Administração, garantindo um processo de gestão do risco cambial sem sobressaltos.

Com a liberalização das operações cambiais, afiguram-se oportunidades de compras e vendas de divisas com mais frequência, onde a gestão e controlo da posição cambial deve continuar a ser prudente.

Risco de Liquidez

O BCA tem estado em situação de excesso de liquidez, consequência da diminuição da carteira de crédito versus aumento da carteira de depósitos. O excesso de liquidez conduziu a uma maior competitividade por via das taxas, fazendo que estas sofressem diminuições.

A exposição do BCA ao Risco de Liquidez é acompanhada através da monitorização mensal de indicadores de liquidez a nível nacional e a nível da supervisão europeia, como parte integrante do grupo CGD. Aumentou-se a frequência do acompanhamento da evolução dos depósitos e a sua caracterização, procedendo-se ao reporte diário da posição de liquidez.

Dada a fraca variedade de opções para aplicações a médio prazo, o Banco seguiu a estratégia de aplicações em Instituições Financeiras Nacionais e Estrangeiras e nos Títulos da Dívida Pública, mantendo um buffer de ativos líquidos muito confortável, acima do limite e fora da zona de tolerância, para fazer face a quaisquer eventos de liquidez de maior gravidade.

Risco de Taxa de juro

O financiamento de ativos de médio e longo prazo por passivos de curto prazo coloca grandes desafios ao setor financeiro. O objetivo da monitorização do risco de taxa de juro tem sido minimizar a exposição aos choques e movimentos das taxas de juro com cálculos de impactos de alterações na taxa de juro sobre a margem financeira e o valor económico do capital.

As alterações significativas das condições do mercado, a análise da evolução dos indexantes internos e externos, bem como do Gap de Repricing têm permitido mitigar efeitos mais pronunciados na margem financeira, tornando o risco de taxa de juro, em termos líquidos, como não material.



Risco Compliance

A legislação bancária bem como as recomendações internacionais na matéria, apontam para o imperativo de os bancos terem formalmente instituídos uma Função Compliance que se carateriza por ser uma função independente, permanente e efetiva, de controlo do cumprimento das obrigações que emanam de leis, regulamentos, regras de conduta, princípios éticos e outros deveres a que os Bancos se encontram sujeitos.

Neste sentido, o BCA possui uma Função Compliance que preenche estes requisitos e que fomenta a mitigação de riscos de Compliance e a implementação de medidas adequadas para a resolução de deficiências ou incumprimentos detetados, em estreita colaboração com os restantes Órgãos de Estrutura do BCA e da CGD.

A gestão do Risco Compliance é da responsabilidade de todos os Órgãos de estrutura, sob a coordenação do Gabinete de Suporte à Função Compliance (GFC). Esta unidade é, também, responsável pela salvaguarda da boa execução dos procedimentos em matéria de prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como da prevenção de crimes de abuso de mercado e prevenção da corrupção e infrações conexas.

A garantia da conformidade com a legislação e regulamentação é também uma das preocupações do Compliance pelo que paralelamente à divulgação interna desses diplomas, foi feita a identificação das medidas necessárias a implementar, visando a prevenção dos riscos de incumprimento dos deveres legais e regulamentares neles consagrados.

No que toca à salvaguarda da boa execução dos procedimentos em matéria de prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo, em 2018 avançou-se no sentido de uma maior implementação da ferramenta informática de controlo bem como a revisão e reforço dos procedimentos de prevenção.

Auditoria e Controle Interno

As atividades da Direção de Auditoria Interna (DAI), durante o ano de 2018, além da execução das ações de auditoria e inspeção de rotina a agências, gabinetes empresas, órgãos de estrutura dos serviços centrais e processos, centraram-se essencialmente em três eixos:

- Consolidação das ações com vista a implementação cabal da função de auditoria;
- Reforço do capítulo organizacional;
- Ações de auditoria de acompanhamento/à distância.

Face às novas exigências decorrentes da implementação da função de auditoria, a Direção fez uma aposta importante na formação e no reforço de competências de todos os seus colaboradores, através de cursos ministrados no país por iniciativa do BCA e do Banco de Cabo Verde em coordenação com os seus parceiros externos, mas também, de cursos ministrados pelo Institute of Internal Auditors (IIA)-USA através de plataformas online.

Um facto a destacar em 2018 é a inscrição do BCA e oito colaboradores da Direção de Auditoria Interna como membros coletivo e efetivos, respetivamente, no Instituto Português de Auditoria Interna (IPAI) e, por conseguinte, como membros do IIA

Entretanto, a maior ênfase vai para a criação da Comissão de Auditoria e Compliance, cuja implementação terá lugar em 2019. Com o início de funções dessa comissão o BCA estará a cumprir um requisito importante para a garantia da total independência da função de auditoria. No que tange ao controlo interno, registou-se em 2018 uma atenção e um empenho cada vez mais crescentes da parte dos órgãos de estrutura do banco na implementação dos planos de correção das deficiências e na melhoria contínua dos mecanismos de controlo interno.

9.3. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS

Linha PME



O enfoque estratégico e o posicionamento da marca em 2018 consubstanciam as orientações definidas para o segmento empresarial, nomeadamente de apoio às PME e ao microcrédito. Assim, dando continuidade à estratégia definida para esse segmento, foi reforçada a Linha para as PME, em mais 2,5 Milhões de contos, totalizando um montante global da linha de 7,5 milhões de contos disponibilizados às pequenas e médias empresas e às associações de microcrédito, privilegiando o crédito de curto/médio prazo, para diferente setores. Neste âmbito, foram concedidos cerca de quatrocentos e cinquenta créditos (450), no valor médio de 3.000 contos, aproximadamente, contribuindo assim para o desenvolvimento desse segmento fundamental para o país

Ecossistema de Financiamento à Economia

O BCA reforçou o seu apoio ao desenvolvimento da economia nacional, ao assinar, juntamente com outros Bancos Comerciais do mercado, o Protocolo do Ecossistema de Financiamento à Economia, com o Estado de Cabo Verde, as Câmaras de Comércio, Indústria e Serviços e a Câmara do Turismo, visando, entre outros objetivos, criar as condições de facilitação do financiamento, através de um conjunto de mecanismos de apoio financeiro às empresas cabo-verdianas.

Crédito Habitação, Crédito Automóvel, Crédito Consumo e Bancaseguros



Em 2018 foram lançadas novas soluções de financiamento para Particulares, destacando-se as soluções de Crédito Consumo com Seguro de Vida, para determinadas categorias profissionais, bem como o Crédito Automóvel, adaptado às novas necessidades dos clientes.

Foi também dado continuidade ao estímulo ao Crédito Habitação, através da Linha de Crédito Nôs kasa, um dos produtos estratégicos do Banco – que oferece condições especiais e diferenciadoras de preço e oferta dirigida às necessidades de aquisição de habitação própria.

Na área de bancaseguros, o BCA em parceria com a Seguradora Garantia, aprofundou a estratégia relacional, permitindo colocar à disposição dos clientes do BCA, nos próprios balcões, toda a oferta de seguros disponibilizados pela Garantia.

Apoios

O BCA esteve presente em diversos eventos associados ao sector empresarial, apoiando e promovendo o debate entre vários intervenientes, com especial destaque para os seguintes:

- Declaração Pública do Protocolo Ecossistema de Financiamento à Economia
- Encontro com Empresários organizado pela Câmara Municipal de São Miguel
- XXII Edição da Feira Internacional de Cabo Verde – FIC
- Gala da Câmara de Comércio, Industria e Serviços de Sotavento

Campanhas

No âmbito do reforço das vendas dos produtos ativos e com a finalidade de auxiliar a rede comercial a concretizar os objetivos definidos, foram desenvolvidas iniciativas de promoção, nomeadamente do Crédito Automóvel e da Linha PME.

Nesse sentido, no que concerne à Linha PME foi desenvolvida uma campanha de comunicação que esteve presente em diferentes meios de comunicação social no 2º semestre de 2018 – televisão e jornais, bem como nas redes sociais e nas Agências. Foi igualmente lançada uma campanha para divulgar as novas condições do Crédito Automóvel.

Programa de Literacia Financeira

O Programa de Literacia Financeira – que tem por objetivo partilhar conhecimentos na área de gestão do orçamento pessoal e familiar – teve o seu início, em São Vicente, com uma palestra interna com o tema Educação Financeira do Sector Bancário - "As Boas Práticas na Gestão do Orçamento Familiar.

Patrocínios

Ao longo de 2018, foram vários os projetos e iniciativas apoiadas pelo BCA, conforme de seguida se sistematizam:

- Gala Somos Cabo Verde;
- Na área da Literatura, a edição da Obra "Itinerários de Amílcar Cabral", contou com o patrocínio do BCA;





- AME – neste âmbito o BCA apoiou a participação da Escala Maior – organização formada por um grupo de jovens de um bairro carenciado da Cidade da Praia – nos palcos do AME, procurando, com isso, valorizar as iniciativas que visam a promoção da inclusão social através da cultura.

Responsabilidade Social

Nesta área o apoio foi direcionado para escolas e para o combate ao Alcoolismo.

- Campanha Menos Álcool Mais Vida"
- Apoio Escolar

Voluntariado

A componente solidária manifestou-se igualmente através dos colaboradores do BCA, nomeadamente no apoio a lares de idosos, com base na recolha de donativos financeiros, feita internamente, na época do Natal.

Gestão de Reclamações

Em 2018, registou-se uma diminuição do número total de processos de reclamação de 6% quando comparado com o número apurado em 2017, para o que contribuiu a introdução de melhorias em alguns processos reclamados.

Atendendo à qualidade, transparência e rigor que o BCA deve imprimir na comercialização dos seus produtos e serviços, o GMR promoveu, de forma continuada, ao longo do ano, ações de sensibilização e propostas de melhoria de processos, tendentes a eliminar, na génese, as causas das reclamações apresentadas.

9.4 GESTÃO INTERNACIONAL E DE LIQUIDEZ

Relações com Bancos Correspondentes

Os bancos correspondentes continuam a ter um papel muito importante com vista à satisfação das necessidades de negócio das empresas e particulares, no que respeita à viabilização de operações de comércio externo, fator relevante no contexto de reforço da internacionalização da economia do país.

Nestes termos, a sua gestão tem permitido a manutenção e em alguns casos a melhoria das condições oferecidas para a execução do negócio a nível internacional, procurando garantir a cobertura dos principais mercados no mais curto espaço de tempo e a custos mais racionais.

O BCA encerrou o ano de 2018 com 17 correspondentes e 184 RMA's - Relationship Management Agreement., o que permite dar cobertura às pretensões dos clientes ao nível do negócio internacional.

Seguem os aspetos mais relevantes que marcaram 2018:

- Renovação da LEI - Legal Entity Identifier - um código alfanumérico que relaciona informações referenciais importantes que permitem uma identificação clara e única das entidades jurídicas participantes dos mercados financeiros globais;
- Submissão de Self-attestation em dezembro, que faz a autoavaliação das infraestruturas e a sua submissão ao SWIFT, no âmbito do CSP (Customer Security Programme);
- Passagem da gestão da plataforma SWIFT em cabo-Verde do BCV- Banco de Cabo Verde para a SISP-Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos.

Gestão da Liquidez

Em 2018 o BCA continuou a manter excedentes de liquidez e com poucas alternativas de aplicação em ativos de maior rentabilidade. A gestão tem sido feita adotando uma política de secagem da liquidez, com preferências para aplicações de curto prazo, nomeadamente os Bilhetes do Tesouro a taxa de 1% e operações de mercado monetário tais como os Títulos de Intervenção Monetária - TIM's e Títulos de Regularização Monetária -TRM's cujas taxas mantiveram nos 1,5%. Ainda neste capítulo destaca-se as Obrigações do Tesouro em que verificou-se uma tendência de diminuição, sendo que a taxa média ponderada passou de 4,49% em 2017 para 4,2% em 2018.

De referir que as aplicações em Instituições Financeiras Nacionais e Estrangeiras e nos Títulos da Divida Publica constituem um *"buffer*" de ativos líquidos bastante confortável, acima do limite estabelecido pelo *RAS- "Risk Appetite Statement*", o que permite fazer face a quaisquer eventos de liquidez de maior gravidade.

O BCA aumentou a frequência do acompanhamento da evolução dos depósitos, a sua caracterização e concentração, transmitindo, sempre que necessário, os alertas e as recomendações à Comissão Executiva. Pelo facto de integrar o grupo CGD, anualmente, no âmbito das práticas de simulação de crise de liquidez conduzidas pelo Banco Central Europeu, é realizado durante um período de 05 dias, o designado SSM Crisis Management Liquidity Exercise, cujo reporte é integrado posteriormente ao do

Grupo CGD, tendo por objetivo assegurar-se o acesso rápido à informação granular de liquidez do Banco.

A exposição do BCA ao Risco de Liquidez é acompanhado através de reportes diários e mensal da posição e dos seus indicadores. Neste sentido foi elaborado um plano de contingência de liquidez com vista a absorver os eventuais incidentes de liquidez.

9.5. OUTRAS ATIVIDADES DE SUPORTE

A Direção de Organização e Inovação (DOI), com o âmbito de atuação focalizada nas iniciativas com impacto relevante na organização e nos processos, bem como no acompanhamento da Gestão da Continuidade de Negócio e do HelpDesk, promoveu melhoria do estágio de maturidade do Banco perante a proteção de dados pessoais de clientes, trabalhadores e fornecedores com a publicação de normativos internos sobre a política de proteção e de privacidade de dados; Neste âmbito foi criado o Data Protection Officer para garantir a sensibilização dos responsáveis do Banco sobre a problemática de proteção de dados, entre outros.

A Direção de Segurança e Logística (DSL) manteve a política de gestão prudente dos investimentos em infraestruturas de suporte ao normal funcionamento do Banco, destacando-se as obras e remodelações assim como os investimentos em sistemas de segurança eletrónica e a gestão dos imóveis recebidos em virtude de execuções de garantias e dações em cumprimento, focando a identificação de oportunidades de contenção de custos.

Entretanto, no ano 2018 merece destaque a consolidação de um dos mais importantes projetos do BCA referente à Centralização e Digitalização do Arquivo e a melhoria da capacidade de resposta da DSL, resultante dos frutos da adequação da estrutura orgânica e funcional implementada em 2017, sobretudo, a nível da Seção de Negociações e Compras.

Em linha com a missão do BCA de providenciar produtos e serviços financeiros com recurso a tecnologias avançadas e seguras, alinhadas obrigatoriamente com os requisitos de Compliance e Segurança a Direção de Sistema de Informação acompanhou de muito perto as atividades inerentes à implementação de todo um conjunto de novos procedimentos nas áreas de Gestão do Risco e Compliance, por vezes, suportados por plataformas informáticas especificas.

Destaque-se a realização de uma série de ações ligadas ao desenvolvimento e implementação de ferramentas próprias para responder a diversos pedidos de reporte, demanda esta, proveniente tanto das Instituições Supervisoras Nacionais como da própria Caixa Geral de Depósitos, culminando na

instalação de uma plataforma informática destinada a alimentar um repositório centralizado na sede do Grupo.

Importantes medidas foram encetadas também na vertente segurança tecnológica, como resultado de uma ação de Auditoria desencadeada em Dezembro de 2017, cujo objetivo, numa primeira fase, foi a de implementar um processo global de Auditoria enquadrado com a análise de risco às TI's e em seguida de estabelecer as best-pratices do ISO/IEC 27001/27002 ao nível das políticas corporativas, visando, no seu término, a certificação.

Nesta senda, grandes investimentos foram feitos na aquisição de hardware como forma de melhorar os nossos backups, ações de consultoria para melhorar as parametrizações dos equipamentos de comunicação e de segurança, novas plataformas adquiridas para automatização dos updates, e softwares de monitorização, entre outros.

É também pertinente, no capítulo incremento de segurança, realçar a conclusão do nosso PCN vertente Disaster Recovery, conjunto de procedimentos que foram postos em prática com sucesso.

Contudo, o mais importante projeto do ano foi a migração do Core Bancário. Passamos da versão Banka 2.03 para a versão 3G. Este processo apesar de comportar elevado risco foi devidamente acompanhado e conduzido sem sobressaltos.

Finalmente, realçamos um conjunto de medidas, algumas ainda em curso, que estiverem alinhadas com a política implementada de contenção de custos

- Implementação parcial da telefonia VOIP.
- Maximização da infraestrutura partilhável.
- Potenciação do projeto arquivo digital, visando a redução de papéis e consequentemente impressão.
- Implementação do conceito de servidores Virtuais.

10. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

10.1. EVOLUÇÃO DO BALANÇO

Em dezembro de 2018 o Ativo Líquido do BCA atingiu 91,1 milhões de contos, o que corresponde a um aumento de 2,3% (+2 milhões de contos) em relação ao valor registado em dezembro de 2017. Para esta evolução contribuíram fundamentalmente os acréscimos na rubrica Crédito a Clientes Líquido em 6,7% (+3 milhões de contos), nas Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito em 410,3% (2,4 milhões de contos) e na Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais em 36,6% (2,3 milhões de contos).

Quadro 13- Balanço Consolidado

(mil contos)

	2017	2018	Variação	
			Absoluta	Relativa
Activo				
Caixa e Disponibilidades no Banco Central	6.325	8.637	2.312	36,6%
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	603	3.078	2.475	410,5%
Activos Financeiros Disponíveis p/Venda líquida	6.535	0	-6.535	-100,0%
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	6.573	6.573	100,0%
Aplicações em Instituições de Crédito	23.586	17.592	-5.994	-25,4%
Crédito a Clientes Líquido	46.181	49.262	3.081	6,7%
Outros Activos Tangíveis Líquidos	2.050	1.932	-118	-5,8%
Activos Intangíveis	62	72	10	16,7%
Propriedade de Investimento	1	1	0	42,5%
Investimentos Filiais/Associadas/Empreend.Conjunto	321	359	38	11,7%
Activos por Impostos Correntes	14	34	20	144,2%
Activos por Impostos Diferidos	3	80	77	100,0%
Outros Activos	3.425	3.546	121	3,5%
Total	**89.106**	**91.167**	**2.062**	**2,3%**
Passivo				
Recursos de Outras Instituições de Créditos	1.553	372	-1.181	-76,0%
Recursos de Clientes e Outros Emprésitimos	75.862	77.953	2.091	2,8%
Provisões Passivas	5.309	7.042	1.733	32,6%
Passivos por impostos correntes	67	26	-41	-61,9%
Passivos por Impostos Diferidos	206	188	-18	-8,5%
Outros Passivos Subordinados			0	
Outros Passivos	666	406	-260	-39,0%
Total Passivo	**83.663**	**85.987**	**2.324**	**2,8%**
CAPITAIS PRÓPRIOS	**5.442**	**5.180**	**-262**	**-4,8%**
Dos quais : Resultado Líquido	**235**	**-112**	**-347**	**-147,7%**
TOTAL	**89.106**	**91.167**	**2.062**	**2,3%**

Crédito a Clientes

A Carteira Global de Crédito a Clientes líquida de imparidades atingiu 49,2 milhões de contos, superior ao saldo registado em Dezembro de 2017 em 6,7% e cerca de 3 milhões de contos, refletindo em parte a recuperação iniciada no último trimestre de 2017 com o aumento das novas operações financiadas no ano. Para este crescimento contribui a Carteira de Títulos da Dívida Pública cabo-verdiana que cresceu 37,1% em 2018 e regista um saldo acumulado de 12,3 milhões de contos, o que corresponde a 13,5% do ativo líquido do BCA.

O saldo acumulado da Imparidade de Crédito, que inclui a imparidade para as obrigações das empresas privadas, atingiu 3,2 milhões de contos (4,1 milhões de contos em 2017) e representando uma taxa de cobertura de 75,2%.

Carteira de Títulos

O saldo da carteira de Aplicações em Títulos, que inclui os Ativos Financeiros ao Justo Valor Através de Outro Rendimento Integral, nomeadamente os TCMF's - Títulos Consolidados de Mobilização Financeira, e as participações na Promotora e nas empresas não supervisionadas pelo BCV – Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, Sita, Fundo Gari e Visa, rondou os 6,5 milhões de contos.

Recursos de Clientes

A carteira de Recursos de Clientes incluindo os juros a pagar apresentou um crescimento homólogo de 2,8% e 2 milhões de contos, traduzindo a preferência da sua ampla e estável base de clientes, atingindo um saldo acumulado de 77,9 milhões de contos. O peso dos Recursos de Clientes no ativo líquido do banco em Dezembro de 2018 passou para 85,5%, contra 85,9% em 2017.

Os depósitos de emigrantes cresceram 410 mil contos (+1,1%) em relação a 2017, tendo passado de 36,9 milhões de contos para 37,4 milhões de contos. Este crescimento reflete a fidelização da nossa diáspora à Marca BCA e reforça o nível de confiança existente. O aumento nos Depósitos à Ordem de emigrantes em 14% e 1,2 milhões de contos foi determinante para o crescimento verificado. De referir que o peso do Depósitos dos Emigrantes no Total dos Depósitos do Banco diminui passando de 49,2% em 2017 para 48,3%.

Quadro 14- Depósitos de Emigrantes

(mil contos)

Rúbricas	2017	2018	Variação	
			Absoluta	Relativa
Depósitos à Ordem	9.136	10.416	1.280	14,0%
Depósito Poupança	3.131	3.316	186	5,9%
Depósitos a Prazo	24.726	23.671	-1.055	-4,3%
Total Emigrantes	**36.993**	**37.403**	**410**	**1,1%**
TOTAL DEPOSITOS	**75.178**	**77.503**	**2.325**	**3,1%**
Peso Emigrante/Total	**49,2%**	**48,3%**		

Provisão para Riscos e Encargos

A Provisão para Encargos com o Fundo de Pensões de Reforma e Sobrevivência atingiu um total de 6,7 milhões de contos (5 milhões de contos em 2017), um aumento de + 1,7 milhões de contos. Em janeiro de 2019 o Tribunal da Relação de Sotavento julgou improcedente o recurso interposto pelo BCA referente à reclamação dos trabalhadores na sequência da alteração das condições de passagem à situação de reforma dos beneficiários do Sistema Privativo de Segurança Social. Esta decisão do tribunal e respetivo cumprimento obrigou o Banco a ter que registar uma contribuição adicional para este sistema, no montante de 1,1 milhões de contos com impacto diretamente no resultado líquido do exercício de 2018. Por outro lado, em 2018, houve alteração de pressupostos (diminuição de taxa de desconto que passou de 5% em 2017 para 4% em 2018 e da taxa de crescimento dos salários de 2,5% em 2017 para 2% em 2018) contribuindo para o referido aumento. Com este reforço o fundo de pensões encontra-se totalmente coberto com um saldo de 6,7 milhões de contos.

A contribuição normal dos trabalhadores e do BCA para os Encargos com as Pensões de Reforma e Sobrevivência ascende a 43,6 mil contos, sendo 16,2 mil contos dos trabalhadores e 27,4 mil contos do banco. As utilizações para pagamento aos reformados e pré-reformados totalizaram 230,6 mil contos.

No quadro que se segue encontram os movimentos ocorridos na Provisão para o Fundo de Pensões de Reforma e Sobrevivência de dezembro 2017 a dezembro 2018.

Quadro 15 - Valor Patrimonial da Provisão p/Fundo de Pensões de Reforma e Sobrevivência

		Movimento no Periodo				(mil contos)
Exercício	Valor do Fundo dez18	Custos do Banco	Utilização Provisões	Comparticipação dos Trabalhadores	Desvios Actuariais	Valor do Fundo dez18
2017	**5.017**	1.605	(231)	16	326	**6.734**

Capitais Próprios

Os Capitais Próprios do Banco diminuíram 4,8% e 262,2 mil contos em 2018, pese embora a incorporação em reservas de 75% do Resultado Líquido de 2017 e o impacto positivo de transição para a IFRS9 de 128,8 mil contos. A diminuição no resultado líquido em 347,2 mil contos e o desvio atuarial de pensões e de saúde resultante das alterações de pressupostos num total de 326,3 mil contos impactaram negativamente o capital próprio do banco.

10.2. CONTAS DE RESULTADOS

Quadro 16 - Demonstração de Resultados

(mil contos)

	2017	2018	Variação Absoluta	Variação Relativa
Juros e Rendimentos Similares	3.469	3.563	94	2,7%
Juros e Encargos Similares	1.442	1.053	(389)	-27,0%
Margem Financeira	**2.027**	**2.511**	**483**	**23,8%**
Rendimentos de Instrumentos de Capital	12	37	25	221,2%
Rendimentos de Serviços e Comissões	464	462	(2)	-0,5%
Encargos de Serviços e Comissões	55	61	6	11,0%
Resultados de Reavaliação Cambial	110	162	53	48,1%
Resultados de Alienação de Outros activos	(8)	18	26	331,3%
Outros Resultados de Exploração	219	53	(166)	-75,8%
Margem Complementar	**742**	**671**	**(71)**	**-9,6%**
Produto Bancário	**2.769**	**3.182**	**413**	**14,9%**
Custos com Pessoal	1.288	2.575	1.288	100,0%
Gastos Gerais Administrativos	638	640	2	0,2%
Amortizações do Exercício	208	190	(18)	-8,5%
Custos Operativos	**2.134**	**3.405**	**1.271**	**59,6%**
Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	(64)	(27)	38	100,0%
Imparidade Líquida de Outros Activos Financeiros	454	(18)	(437)	-96,1%
Resultados de filiais Excluídas de Consolidação	47	56	10	21,1%
Resultados Antes de Impostos	**292**	**(123)**	**(450)**	**-30,1%**
Impostos Correntes	57	(11)	(67)	-118,5%
Resultado Líquido	**235**	**(112)**	**(347)**	**-147,6%**

Resultado Líquido

O BCA apresentou em 2018 um Resultado Líquido de -112 mil contos e uma variação negativa de 147,6% e cerca de 347,2 mil contos, devido ao impacto do reforço do Fundo de Pensões dos trabalhadores do sistema privativo de segurança social. Foi contabilizado em 2018 o montante adicional de 1,5 milhões de contos para que o fundo ficasse totalmente coberto.

Margem Financeira

A Margem Financeira aumentou 483 mil contos e 23,8% relativamente ao período homólogo, situando-se em 2.511 mil contos, justificado pela diminuição significativa dos Juros e Encargos Similares aliado ao aumento dos Juros e Rendimentos Similares. É de salientar as diminuições nos juros recebidos de créditos em 4,4% e (-115,2 mil contos), nos créditos titulados em 3,7% e (- 6,1 mil contos) e nos juros de crédito vencidos em 12,9% (-2 mil contos). Pela positiva destaca os juros de aplicações overnigt e nas instituições de crédito em +34,2% e (16,1 mil contos), nos juros de títulos do tesouro em 9,1% (40,2 mil contos) e nas comissões associadas ao crédito em 15,4% (18 mil contos). De se referir ainda os juros recebidos do Estado sobre as dividas reconhecidas em 78,9 mil contos contribuindo também para a evolução favorável desta margem.

Margem Complementar

A Margem Complementar atingiu 671 mil contos, uma queda de -9,6% e 70 mil contos relativamente a dezembro de 2017. Esta evolução é resultado do reconhecimento da divida pelo Estado relativo ao imposto fiscal cujo impacto foi de 171 mil contos em 2017, e também na ligeira diminuição nas comissões líquidas em 2,1% e 8,4 mil contos. Destaque para o aumento nos resultados de gestão cambial em 48,1% e 52,7 mil contos.

Produto Bancário

Pese embora a evolução negativa na Margem Complementar a evolução positiva ocorrida na Margem Financeira, traduziu-se num Produto Bancário de 3.181 mil contos em 2018, superior ao ano anterior em 14,9% e cerca de 412,5 mil contos, refletindo a boa performance do negócio do BCA durante o ano transato.

Custos Operativos

Os Custos Operativos aumentaram 59,6% e 1,2 milhão de contos, totalizando 3.405 mil contos. O aumento nos Custos com o Pessoal foi reflexo sobretudo do reforço adicional feito para o fundo de pensões de reforma na sequência da decisão do tribunal de relação que considerou improcedente o recurso interposto pelo BCA concernente à reclamação dos trabalhadores na sequência da alteração das condições de passagem à reforma. Em passaram para a situação de reformados 7 colaboradores.

Os Gastos Gerais Administrativos mantiveram-se controlados e atingiram 640 mil contos, apesar dos novos custos com projetos associados às áreas de proteção do banco (Compliance, Risco e Auditoria). Os custos adicionais suportados com os projetos ligados a essas áreas foram na ordem dos 28,8 mil contos.

As Amortizações do Exercício elevaram-se a 190 mil contos, menos 18 mil contos que o valor registado em dezembro de 2017.

O quadro que se segue mostra a composição dos Custos Operativos, bem como a sua respetiva evolução:

Quadro 17 - Evolução dos Custos Operativos

(mil contos)

RUBRICAS	2017	2018	Variação Absoluta	Variação Relativa
Custos com Pessoal	**1.288**	**2.575**	**1.287**	**99,9%**
Remunerações	861	838	-23	-2,7%
Encargos Sociais Obrigatórios	403	1.713	1.309	324,5%
Pensões de Reforma e Sobrevivência	269	1.578	1.309	486,7%
Encargos Sociais Facultativos e Outros	23	24	1	5,5%
Gastos Gerais Administrativos	**638**	**640**	**2**	**0,2%**
Amortizações	**208**	**190**	**-18**	**-8,5%**
TOTAL CUSTOS OPERATIVOS	**2.134**	**3.405**	**1.271**	**59,6%**

10.3. ANÁLISE DE RÁCIOS

As Rendibilidades do Ativo (ROA) e dos Capitais Próprios (ROE) atingiram -0,12% e -2,11%, respetivamente, contra 0,27% e 4,39% em 2017, consequência direta da diminuição significativa do Resultado Líquido do Exercício, já explicado anteriormente.

O rácio de eficiência – *Cost-to-Income* – que relaciona os Custos Operativos com o Produto Bancário evoluiu desfavoravelmente para 107% em 2018 (77% em 2017), refletindo o aumento ocorrido no

Custos de Estrutura. Expurgando o efeito Fundo de Pensões, o *Cost-to-Income* seria de 57,4% em 2018 (67,3% em 2017).

O rácio Gastos com Pessoal/Produto Bancário piorou, passando de 46,5% para 80,9%.

Nos indicadores de Risco importa salientar o comportamento do rácio de Crédito em Incumprimento/Crédito Total que atingiu 11,7%, em 2018, contra 14,6% em 2017, em consequência da diminuição da carteira em incumprimento, e do rácio de cobertura pela Imparidades sobre Crédito Vencido que atingiu um patamar confortável de 75,2% em 2018.

O rácio de transformação medido pelo Crédito a Clientes relativamente aos Recursos de Clientes continua muito baixo e diminuiu para 47,2% (50,3% de 2017), devido à diminuição da carteira de crédito e ao aumento dos depósitos.

10.4. RÁCIOS PRUDENCIAIS

Em termos prudenciais o BCA apresenta uma boa performance e solidez, com Fundos Próprios de 4,4 milhões de contos. De realçar que os Fundos Próprios foram afetados negativamente pelos reforços necessários para cobrir as responsabilidades com o Sistema Privativo de Segurança Social. Apesar disto o rácio de Cobertura de Imobilizado continua elevado, sendo de 202,39% em 2018 (215,12% em 2017).

O Rácio de Solvabilidade, de acordo com o normativo do Banco de Cabo Verde, atingiu 15,18%, acima do mínimo dos 12% legalmente exigidos aos bancos comerciais cabo-verdianos.

O rácio que relaciona os Títulos de Dívida Pública com os Depósitos atingiu 15,93%, valor superior ao exigido pelo BCV, que determina que as aplicações em Títulos de Dívida Pública das Instituições Financeiras não podem ser inferiores a 5% do total das suas responsabilidades por Depósitos.

Quanto ao montante global dos créditos, cujos riscos estão sujeitos a Limites de Concentração, o BCA detém, em termos absolutos, 2,8 milhões de contos, valor também inferior ao estipulado pelo BCV, cujo limite agregado não pode ultrapassar oito vezes os seus Fundos Próprios, ou seja 35,7 milhões de contos. O limite máximo de concentração a uma entidade em dezembro é de 723,6 mil contos, valor inferior aos 25% (1.109 mil contos) dos Fundos Próprios exigidos pelo Banco Central.

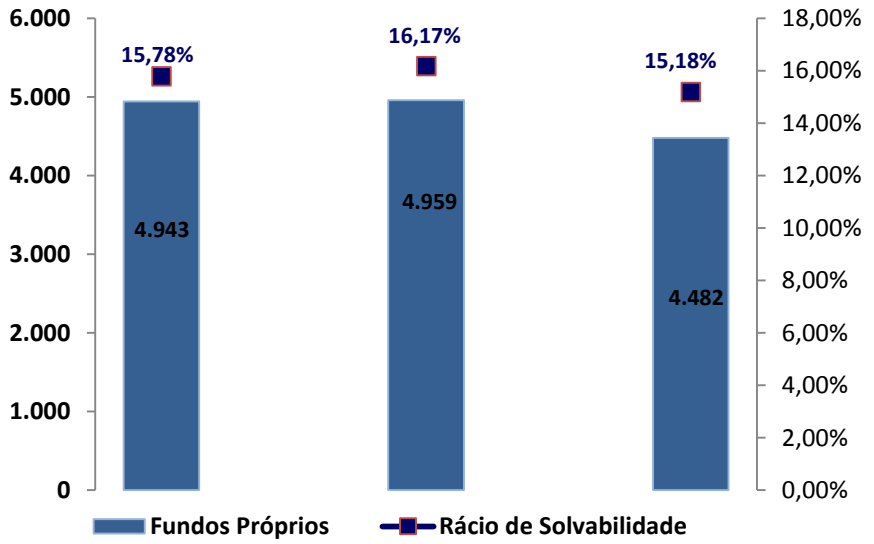
O quadro seguinte mostra a evolução dos Rácios Prudenciais nos três últimos anos:

Quadro 18- Evolução dos Rácios Prudenciais

contos

Rácios	Unidade	2016	2017	2018
Fundos Próprios	contos	4.942.827	4.959.499	4.482.375
Cobertura de Imobilizado	%	204,80%	215,12%	202,39%
Rácio de Solvabilidade	%	15,78%	16,17%	15,18%

Gráfico 1 - Evolução dos Rácios Prudenciais



11. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para o Resultado Líquido apurado no exercício, no valor de -112.025.284$00 (Cento e Doze Milhões, Vinte e Cinco Mil, Duzentos e Oitenta e Quatro Escudos negativos), o Conselho de Administração deliberou propor aos acionistas a seguinte aplicação de resultados:

Resultado Líquido	**-112.025.284**
Outras Reservas e Resultados Transitados	-112.025.284

12. BANCOS CORRESPONDENTES

Portugal

Caixa Geral de Depósitos SA – Lisboa

Banco Português de Investimento SA – Porto

Banco Santander Totta SA – Lisboa

Holanda

ING Bank NV – Amesterdão

Luxemburgo

Bank Internacional à Luxembourg SA– Luxemburgo

Reino Unido

Lloyds Bank PLC – Londres

Austria

Bank of Austria Creditanstald – Viena

Suécia

Nordea Bank AB (publ) – Estocolmo

Noruega

DnB NOR Bank ASA – Oslo

Estados Unidos da América

Bank of América – New York

França

Caixa Geral de Depósitos SA – Paris

Itália

Intesa Sanpaolo SPI – Milão

UniCrédito Italiano SPA – Milão

Bélgica

IngBelgium SA/NV – Bruxelas

China

BNU-banco National Ultramarino – Macau

Suíça

UBS Swiss Bank Corporation AG – Zurique

Espanha

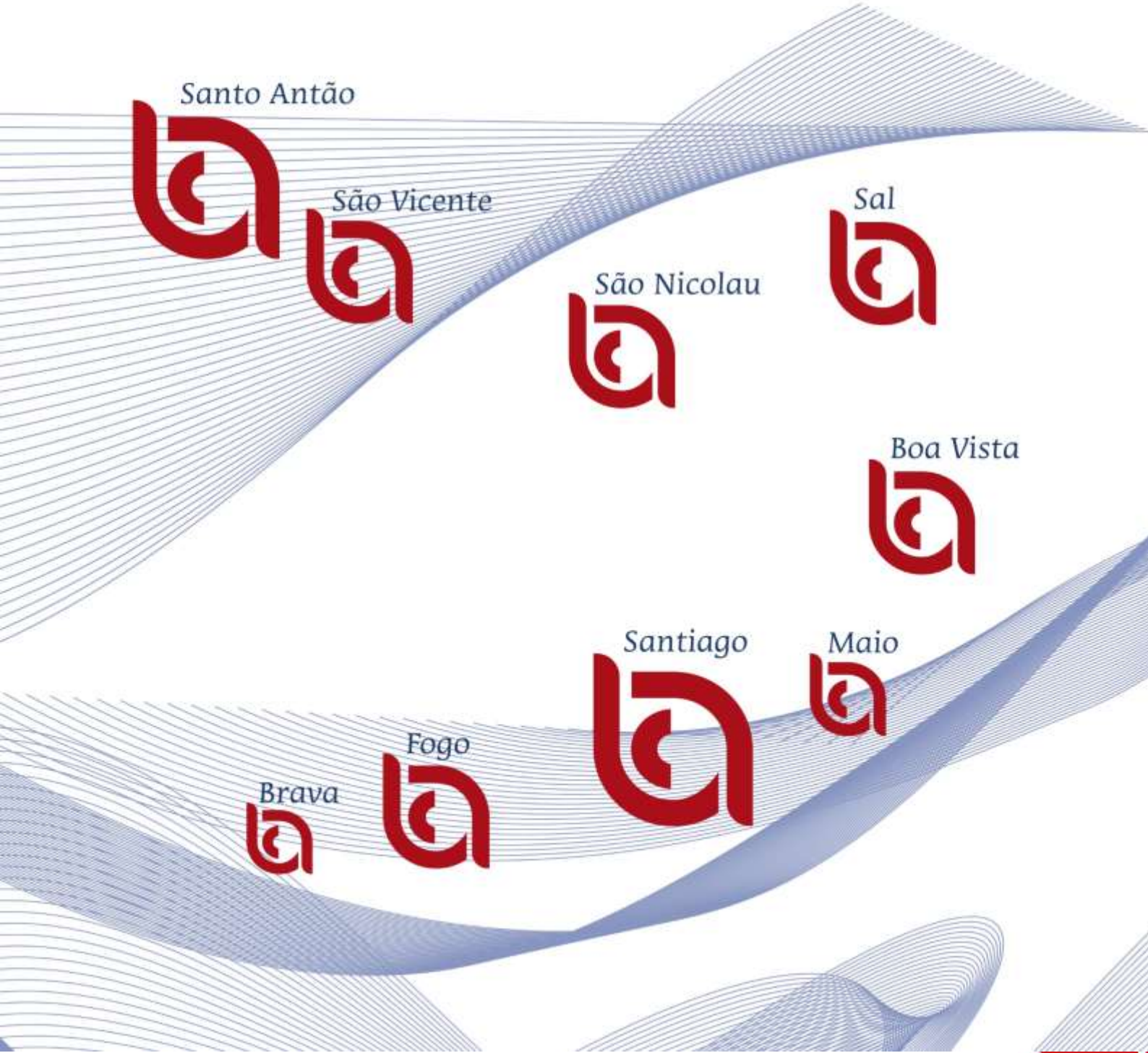
Banco Sabadell SA TSB – Sabadell

Japão

Bank of Tokyo Mitsubishi UFJ Ltd – Tokyo

Anexos

BCA
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO



13. ANEXOS

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Balanço a 31/12/2018

Rubricas	Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Valor Liquido
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	8.636.935.210		8.636.935.210
Disponibilidades em Out. Instituições Crédito	3.078.332.004		3.078.332.004
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6.572.956.583		6.572.956.583
Aplicações em instituições de crédito	17.591.980.439		17.591.980.439
Créditos a clientes	52.528.225.009	3.266.674.058	49.261.550.951
Propriedades de investimento	1.529.000	103.600	1.425.400
Outros activos tangíveis	4.081.733.662	2.150.028.401	1.931.705.261
Activos intangíveis	377.977.866	305.611.093	72.366.773
Investimentos em filiais excl.Consol. Assoc. e Empreend.Conjuntos	358.688.596		358.688.596
Activos por Impostos Correntes	34.185.812		34.185.812
Activos por impostos diferidos	80.497.937		80.497.937
Outros Activos	3.802.295.224	255.840.978	3.546.454.246
Total de Activos	**97.145.337.342**	**5.978.258.130**	**91.167.079.212**
			dez-18
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito			372.172.026
Recursos de Clientes e outros empréstimos			77.952.967.000
Provisões Para Beneficios aos empregados e Outros			7.042.007.628
Passivos por impostos correntes			25.525.922
Passivos por impostos diferidos			188.419.068
Outros Passivos Subordinados			0
Outros passivos			405.940.948
Total do Passivo			**85.987.032.593**
Capital			
Capital			1.318.522.814
Reservas de reavaliação			73.806.299
Outras reservas e resultados transitados			3.899.742.791
Resultado do exercício			-112.025.284
Total de Capital			**5.180.046.620**
Total do Passivo + Capital			**91.167.079.212**

A Responsável da Contabilidade
Maria de Fátima N.Évora

A Diretora Financeira e Internacional
Amélia Figueiredo

O Presidente do C.A
Francisco Costa

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Demonstração Resultados a 31/12/2018

Descritivo	Valor
Juros e Rendimentos Similares	3.563.071.129
Juros e Encargos Similares	1.052.557.951
Margem financeira	**2.510.513.178**
Rendimentos de Instrumentos de Capital	37.014.605
Rendimentos com Serviços e Comissões	461.916.655
Encargos com Serviços e Comissões	61.018.357
Resultados de Activos Financeiros ao Justo Valor atravéz Outro Rendimento Integral	0
Resultados de Reavaliação Cambial	162.284.329
Resultados de Alienação de Outros Activos	17.861.667
Outros Resultados de Exploração	53.079.694
Produto Bancário	**3.181.651.771**
Custos com Pessoal	2.575.184.465
Gastos Gerais Administrativos	639.509.114
Amortizações do Exercício	190.249.653
Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	-26.553.221
Imparidade Out. Activos Financeiros Líquida Reversões/Recuperações	-48.496.890
Imparidade Outros Activos Líquida de Reversões e Recuperações	30.695.046
Resultados Filiais excluidas Consolidação, Associadas Empreend. Conjunto	56.390.686
Resultados antes Impostos	**-122.545.709**
Impostos	-10.520.425
Correntes	-10.520.425
Diferidos	
Resultados Líquido	**-112.025.284**

A Responsável da Contabilidade — Maria de Fátima N.Évora

A Diretora Financeira e Internacional — Amélia Figueiredo

O Presidente do C.A — Francisco Costa

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Cost to Income - Custo Operativo / Produto Bancário

Produto Bancário

CVE

Rúbricas	2017	2018	Variação Relativa	Variação Absoluta
Margem Financeira	2.027.063.099	2.510.513.178	23,8%	483.450.079
+ Margem Complementar	742.020.057	671.138.593	-9,6%	-70.881.464
= Produto Bancário	**2.769.083.156**	**3.181.651.771**	**14,9%**	**412.568.615**

Custo Operativo

CVE

Rúbricas	2017	2018	Variação Relativa	Variação Absoluta
Custo Administrativo	1.925.645.233	3.214.693.578	66,9%	1.289.048.345
Amortizações	207.884.457	190.249.653	-8,5%	-17.634.804
= Custo Operativo	**2.133.529.690**	**3.404.943.231**	**59,6%**	**1.271.413.541**

Cost-to- Income

Rúbricas	2017	2018
Cost to Income - c/Fundo Pensões	77,0%	107,0%
Cost to Income - s/Fundo Pensões	67,3%	57,4%

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Rácios de Estrutura

CVE

Rúbricas	2017		2018	
	Valores	%	Valores	%
1-Crédito Curto Prazo/Crédito Clientes	2.669.813.364 / 37.819.432.130	**7,1%**	2.336.648.726 / 36.709.942.911	**6,4%**
2-Crédito M.L. Prazo/Crédito Clientes	35.023.362.433 / 37.819.432.130	**92,6%**	34.247.037.852 / 36.709.942.911	**93,3%**
3-Crédito e obrigações Vencidos/Crédito Clientes	5.524.597.303 / 37.819.432.130	**14,6%**	4.393.056.794 / 36.709.942.911	**12,0%**
4-Imparidade Crédito Vencido/Crédito Vencido	4.059.166.562 / 5.398.340.970	**75,2%**	3.209.193.015 / 4.266.800.461	**75,2%**
5-Crédito Clientes/Depósitos	37.819.432.130 / 75.177.903.745	**50,3%**	36.709.942.911 / 77.502.972.995	**47,4%**
6-Crédito Clientes/Depósito a Prazo	37.819.432.130 / 41.795.355.305	**90,5%**	36.709.942.911 / 40.558.820.108	**90,5%**
7-Crédito Normal/Depósito a Prazo	32.294.834.827 / 41.795.355.305	**77,3%**	32.316.886.117 / 40.558.820.108	**79,7%**
8-Crédito Curto Prazo/Depósito Prazo	2.669.813.364 / 41.795.355.305	**6,4%**	2.336.648.726 / 40.558.820.108	**5,8%**
9-Crédito M.L. Prazo/Depósito Prazo	35.023.362.433 / 41.795.355.305	**83,8%**	34.247.037.852 / 40.558.820.108	**84,4%**
10-Depósito Ordem/Depósitos Totais	33.382.548.440 / 75.177.903.745	**44,4%**	36.944.152.887 / 77.502.972.995	**47,7%**
11-Depósito a Prazo/Depósitos Totais	41.795.355.305 / 75.177.903.745	**55,6%**	40.558.820.108 / 77.502.972.995	**52,3%**

Rácios de Avaliação de Desempenho

CVE

Rúbricas	2017		2018	
	Valores	%	Valores	%
1-R0E=Resultado Líquido/Capitais Próprios	235.224.495 / 5.442.326.163	**4,3%**	-112.025.284 / 5.180.046.620	**-2,2%**
2-ROA=Resultado Líquido/Activo Médio	235.224.495 / 86.812.694.494	**0,3%**	-112.025.284 / 90.136.424.699	**-0,12%**
3-ML = Resultado Líquido/Proveitos	235.224.495 / 5.955.627.357	**3,9%**	-112.025.284 / 7.038.054.678	**-1,6%**
4-RA = Proveitos/Activo	5.955.627.357 / 89.105.770.184	**6,7%**	7.038.054.678 / 91.167.079.212	**7,7%**
6-MF=(Proveito Juros-Custos Juros)/Activo	2.027.063.099 / 89.105.770.184	**2,3%**	2.510.513.178 / 91.167.079.212	**2,8%**

ROE = Rentabilidade dos Capitais Próprios
ROA = Rentabilidade dos Activos
ML = Margem de Lucro
RA = Rotação dos Activos
MF = Margem Financeira

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Rácios de Medição de Liquidez

CVE

Rúbricas	2017		2018	
	Valores	%	Valores	%
1-Depósitos Totais/Activo	75.177.903.745	84,4%	77.502.972.995	85,0%
	89.105.770.184		91.167.079.212	
2-Crédito Clientes / Activo	37.819.432.130	42,4%	36.709.942.911	40,3%
	89.105.770.184		91.167.079.212	
3-Crédito Curto Prazo / Activo	2.669.813.364	3,0%	2.336.648.726	2,6%
	89.105.770.184		91.167.079.212	
4-Crédito M.Longo Prazo / Activo	35.023.362.433	39,3%	34.247.037.852	37,6%
	89.105.770.184		91.167.079.212	
5-Crédito Clientes / Depósitos Totais	37.819.432.130	50,3%	36.709.942.911	47,4%
	75.177.903.745		77.502.972.995	

Indicadores de Produtividade

Rúbricas	2017		2018	
	Valores	Contos	Valores	Contos
1-Cr. e Depósitos / Nº de Empregados Activo	112.997.336	245.646	114.212.916	252.126
	460		453	
2-Produto Bancário / Nº de Empregados Activo	2.769.083	6.020	3.181.652	7.024
	460		453	
3-Crédito e Depósitos / Nº de Balcões	112.997.336	3.323.451	114.212.916	3.359.203
	34		34	

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Principais Indicadores

Principais Indicadores	Unidade	2017	2018
1. ROE	%	4,4%	-2,2%
2. ROA	%	0,3%	-0,1%
3. Cost/income sem Fundo Pensões	%	67,3%	57,4%
4. Volume do Crédito Vencido	Contos	5.524.597	4.393.057
5. Rácio de Solvabilidade	%	16,17%	15,18%
6. TIER 1 (Fundos Próprios de Base / Activo Ponderado)	%	17,50%	17,20%
7. Conversão de Depósitos em Créditos	%	50,31%	47,37%
8. Produtividade por Empregado (Resultado Liquido/Nº Empregados)	Contos	511	-247
8.1. Volume de Negócios (Crédito+ Depósitos) / Nº empregados	Contos	245.646	252.126
8.2. Produto Bancário / Nº empregados	Contos	6.020	7.024
9. Cobertura do Imobilizado	%	215,12%	202,39%
10. Fundos Próprios	Contos	4.959.499	4.482.375

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2018

Presidente **Prof. Doutor António José de Castro Guerra** (até 4 julho 2018)

Presidente **Dr. Francisco Pinto Machado Costa** (a partir de 5 julho 2018)

Administrador **Dr. Francisco Pinto Machado Costa** (até 4 julho 2018)

Administrador **Dr. Filipe Lamego** (a partir de 26 fevereiro 2018)

Administrador **Dr. David Hopffer Cordeiro Almada**

Administrador **Dra. Carla Maria Moniz Brigham Gomes**

Administrador **Dr. José Rui Cruz Lopes Gomes**

Administrador **Dr. Manuel José Dias Esteves**

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2018

EXMOS. SENHORES ACCIONISTAS
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

I- RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da legislação em vigor, dos normativos do Banco de Cabo Verde (BCV) e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal (CF) apresenta o seu Relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida no decurso do exercício findo em 31.12.18, bem como o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão, as Contas e a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Comercial do Atlântico, S.A (BCA).

O exercício findo em 31.12.2018 foi caracterizado por instabilidade na governação corporativa do Banco. Com efeito, o Prof Doutor António Castro Guerra, Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, adoeceu gravemente em meados de janeiro, tendo vindo a renunciar à função em Julho de 2018, ficando a exercer funções executivas apenas dois Administradores durante quase todo o ano.

A Assembleia Geral Ordinária, realizada em 09.05, acabou suspensa e posteriormente encerrada, sem que tenham sido eleitos os novos órgãos sociais (o Mandato dos anteriores terminou em 31.12.2017).

No final do ano foi revelada a intenção do acionista de controlo, em alienar a sua posição no BCA.

Também nessa altura se ficou a saber da existência de negociações com o INPS para venda do designado Fundo de Pensões do BCA.

Durante o ano de 2018, e seguindo um Plano de Atividades similar ao do ano anterior, o CF acompanhou regularmente a atividade do Banco, verificando com a extensão julgada necessária, os valores patrimoniais, os registos

contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e os estatutos da sociedade.

No período, o CF efetuou cinco reuniões formais, e efetuou 17 reuniões de trabalho com Direções para cumprir o Plano de Atividades 2018, conforme lista em Anexo. O PCF participou ainda em quatro reuniões do Conselho de Administração, a convite do seu Presidente. Participou também na Assembleia Geral de 09.05.2018, onde fez apresentação do Parecer do Conselho fiscal sobre as Contas Auditadas 2017.

O Conselho tomou conhecimento, analisou e emitiu Parecer, sobre o Relatório sobre Sistema de Controlo Interno 2017, elaborado pelo BCA nos termos do artigo 29º da Lei de Bases do Sistema Financeiro, do artigo 4º, número 1,alínea f) da Lei das Atividades e das Instituições Financeiras e do artigo 24º do Aviso nº 4/2017 do BCV, e do Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, Órgão de Supervisão do acionista maioritário. Acompanhou também o progresso do Sistema de Controlo Interno e de gestão de Riscos do BCA.

Em 30.11.2018, o Conselho Fiscal emitiu o seu Parecer sobre o Orçamento 2019, apresentado pela gestão do banco, nos termos da alínea d) do artº 18 dos estatutos.

O CF procedeu também ao follow-up trimestral dos mapas de deficiências do Sistema de Controlo Interno, com especial enfoque nas áreas de maior risco, e à evolução dos planos para a mitigação dos riscos.

A evolução das principais métricas de gestão de risco, contidas nos RAS mensais (Risk Appetite Statement), facultados pela DGR, foram também alvo de análise. Deu-se particular atenção à evolução dos NPL e NPE.

O Conselho reuniu-se periodicamente com os diversos órgãos de estrutura do BCA, o GFC e as direções, DAI, DFI, DCC, DSI, DSL e DGR, tendo apreciado a suficiência das políticas e processos em vigor nas matérias de Governação Corporativa e Controlo Interno.

No âmbito dessas reuniões o Conselho Fiscal desenvolveu, entre outras, as seguintes ações

- Análise de saldos (1) Contas de regularização, (2) devedores e outras aplicações e (3) outras despesas com encargos diferidos;

- Reconciliação de Contas de Bancos Correspondentes;

-Inspeção à casa Forte da Tesouraria Central;

-Análise e justificação de saldos das Contas "outras operações a regularizar";

-Análise e comentários sobre o documento elaborado pelos Auditores Externos, EY, datado de 06.12.2018, relativos aos trabalhos de auditoria efetuados com reporte a 30 de Setembro de 2018; informação sobre o processo de fecho de contas 2018;

- Grau de cumprimento do ponto 3 do artº 12 do Regulamento de Funcionamento da Função de Gestão de Risco (RFFGR), nomeadamente o reporte anual (2017) e quanto ao nível de execução dos planos de gestão de risco e deficiências de controlo; 2. Cumprimento dos artigos 21,22 e 23 do RFFGR.

Do mesmo modo, apreciou os balancetes mensais, tendo dado atenção à análise de eventuais variações, materialmente relevantes de saldos de contas.

Através das informações prestadas no decurso dos Conselhos de Administração, o CF foi apreciando a evolução do negócio, e a execução orçamental em cada trimestre.

Os membros do Conselho Fiscal foram chamados a participar numa iniciativa destinada a fazer a Avaliação externa da Função Auditoria Interna do BCA, iniciativa conduzida pela empresa de Consultadoria Baker Tilly.

Nos termos do regulamento da AGMVM nº 1/2016 e dos Avisos nº 6 e 7/2017 (e seu anexo I), o CF emitiu o seu parecer sobre o Relatório de Governo Societário (RGS) aprovado pela Conselho de Administração em 27.05.2019.

O RGS foi elaborado pelo BCA , nos termos do quadro legal em vigor, nomeadamente o artº131 do Código do Mercado de Valores Mobiliários, o artº33 da Lei nº 61/VIII2014, o nº 4 do Aviso 4/2014, o artº5 do Regulamento 1/2009 da AGMVM, o Código de Governo dos Emitentes de Valores Mobiliários

3

admitidos à negociação e dos já citados regulamento nº1/2016 da AGMVM e os Avisos nº 6 e 7 /2017.

Para ter uma opinião fundamentada sobre o estado do Governo da Sociedade, e sua adequação ao quadro legal mencionado, o Conselho Fiscal para além das já mencionadas reuniões periódicas com os diversos Departamentos, em particular as Funções de Controlo, efetuou as seguintes diligências:

- Tomou conhecimento dos regulamentos internos aplicáveis.
- Colocou as questões que entendeu pertinentes nas reuniões do Conselho de Administração (CA), ou em contactos diretos com o PCE.
- Analisou o disposto no RGS e confrontou-o com o Anexo I do Regulamento1/2016 e o Anexo I do Aviso nº 7/2017.

No âmbito do acompanhamento da Função Gestão de Risco, o CF testemunhou os grandes avanços registados, com um progressivo alinhamento estratégico com as melhores práticas do mercado, e um completo sistema de informação de risco.

No âmbito da Função Auditoria Interna foram apreciados o Plano de Atividades Plurianual da Função de Auditoria, e seu Relatório de Atividades 2017.

O Conselho Fiscal deu um Parecer sobre o Plano de Atividades 2019 do GFC, e participou na revisão do normativo do Sistema de Comunicação de Práticas Irregulares.

O CF reuniu 3 vezes com os Auditores Externos.

Para além do acesso às Atas do Conselho de Administração, os membros do Conselho fiscal apreciaram, aleatoriamente, Atas da Comissão executiva.

Os Serviços do Banco prestaram todos os esclarecimentos e informações que lhes foram solicitadas.

De uma forma geral pode dizer-se que o Plano de Atividades do Conselho Fiscal 2018 foi cumprido, tal como previsto.

II- PARECER SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS

O Conselho Fiscal analisou a Demonstração da Posição Financeira, do Banco Comercial do Atlântico, S.A., reportada a 31 de Dezembro de 2018, que inclui o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respetivos Anexos, os quais, satisfazendo os preceitos legais e estatutários, refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício, apresentando de forma correta a situação financeira do Banco, tal como consta no Relatório de Auditoria, com duas ênfases, devidamente justificadas, relacionadas com as seguintes situações:

(i) A assinatura, em 31 de Dezembro de 2018, de um acordo tripartido entre o Banco, o Estado de Cabo Verde e Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), no âmbito do qual será transferido para o Estado de Cabo Verde os benefícios consagrados no plano de pensões dos colaboradores a partir de 1 de Janeiro de 2019, situação relacionada com o mecanismo de reembolso dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) detidos pelo Banco. Por forma a determinar os encargos com os benefícios consagrados no plano de pensões dos colaboradores foi efetuado, com referência aquela data um estudo atuarial, tendo sido utilizada uma taxa de desconto acordada de 4%. Nessa mesma data, os referidos encargos ascendem a 5.591.345 milhares de escudos de Cabo Verde tendo o banco reconhecido em resultados o montante de 162 milhares de escudos de Cabo Verde, como resultado da aplicação da taxa de desconto acordada com o Estado de Cabo Verde e o INPS.

(ii) O facto de o Banco ter sido alvo de duas ações judiciais, interpostas por uma colaboradora do Banco e pelo Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Financeiras de Cabo Verde, com vista a declarar a nulidade das alterações introduzidas ao seu Estatuto de Pessoal em matéria de benefícios relativos a reforma, a 17 de Janeiro de 2019 foi proferida decisão não passível de recurso, condenando o Banco à materialização

daquela responsabilidade, resultando um acréscimo de responsabilidades do Fundo de Pensões, por contrapartida de resultados do Banco no montante de 1.142.309 de escudos de Cabo Verde, com referência a 31 de Dezembro de 2018.

Os critérios valorimétricos adotados na preparação das contas correspondem à correta avaliação do património social.

O Conselho Fiscal procedeu também à apreciação do Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração do Banco, bem como a sua proposta de Aplicação de Resultados. O Relatório que espelha, com propriedade, a atividade desenvolvida na prossecução da estratégia definida permite que se destaque o seguinte:

II.1 - INDICADORES DE GESTÃO

Em termos da Demonstração dos Resultados, o Resultado líquido do Banco foi de -112 mil contos (valor negativo), apresentando, relativamente ao período homólogo cujo Resultado Líquido positivo foi de 235 mil contos Cve, uma elevada variação negativa de -147,6%, influenciado pelo elevado aumento verificado nos Custos Operativos (59,6%), Despesas com Pessoal, dada a necessidade de reforço de um valor excecional no Fundo do sistema privativo de segurança social dos trabalhadores, por virtude de sentença judicial .

Quadro I-Indicadores de performance

Indicadores	2016	2017	2018	Var 18/17 (%)
Margem Financeira	1 978	2 027	2 510	+23,8
Produto Bancário	2 566	2 769	3 182	+14,9
Resultado Líquido	344	235	-112	-147,0

Unidade: Mil contos Cve

O valor da Margem Financeira de 2.511 mil contos Cve, registou um aumento de 23,8% (483 mil contos Cve), através de um ligeiro aumento de 2,7% nos juros recebidos destacam-se os juros recebidos do Estado por dívidas reconhecidas, em 78,9 mil contos Cve e de uma significativa redução de juros pagos (-27%), em contrapartida a Margem Complementar (671 mil contos Cve) desceu 9,6% com destaque para a redução ocorrida nos "Outros Resultados de Exploração". Desta forma, o Produto Bancário no valor de 3.182 mil contos Cve, assumiu um aumento de 14,9%.

Quadro II - Indicadores de rentabilidade, eficiência e solvabilidade

Indicadores	2016	2017	2018
ROA	0,4%	0,3%	-0,12%
ROE	6,8%	4,4%	-2,2%
Cost/Income com Fundo Pensões	81,6%	77,0%	107,0%
Cost/Income sem Fundo Pensões	70,8%	67,3%	57,4%
Solvabilidade	15,78%	16,17%	15,18%

Unidade: Mil contos Cve

Ou seja, apesar do excecional resultado negativo, a solvabilidade mantem-se muito acima do mínimo legal.

Verificou-se também uma melhoria da situação patrimonial do Banco, traduzida nas taxas de crescimento das seguintes rubricas:

- Activo total 2,4%
- Crédito Total Liquido 6,7%
- Recursos de clientes 2,8%

Carteira de Crédito

A carteira de crédito global atingiu o valor de 52.528 mil contos Cve, registando uma imparidade no valor de 3.267 mil contos Cve, sendo o respetivo valor líquido de 49.262 mil contos Cve, o que representa um aumento de 3.041 mil contos

7

Cve, cujo contributo se deve, em parte, ao crescimento da carteira de Títulos da Dívida Pública de Cabo Verde.

O crédito concedido - novas operações, no valor de 8.794 mil contos Cve, registou um aumento de 4,1% à custa de uma diminuição no segmento empresas de 8,6% e de um aumento de 20,1% no segmento particulares.

A carteira de crédito Vivo, sem os créditos titulados às empresas, ascendeu a 32.317 mil contos Cve, o que representa um pequeno acréscimo de 0,1% comparativamente ao ano anterior, registando uma redução de 6,4% no segmento empresas, devido à diminuição de novas operações e amortizações normais e antecipadas, compensada por um aumento de 4,9% no segmento particulares.

O crédito e juros vencidos no valor de 4.393 mil contos Cve, apresentam uma redução significativa de, aproximadamente, 21%, reduzindo o seu montante de forma proporcional no segmento empresas e particulares (70% e 30%).

Regista-se o facto do valor acumulado da imparidade representar uma taxa de cobertura de 75,2%.

Recursos

A carteira de recursos de Clientes, incluindo juros a pagar, representa um valor total de 77.953 mil contos Cve e apresenta uma evolução positiva de 2,8%, o que se traduz num peso de 85,5% do valor do Activo.

O montante dos depósitos de emigrantes, 37.403 mil contos Cve, onde se verificou uma variação positiva de 14%, representa 48,3% do valor total de depósitos.

Provisões Para Riscos e Encargos

O valor acumulado das provisões registou um acréscimo de 32,6%, situando-se em 7.042 mil contos Cve, por força do aumento anormal do valor de encargos com o Fundo de Pensões de Reforma e Sobrevivência de 1.605 mil contos Cve.

II.2 - GESTÃO DO RISCO, AUDITORIA E CONTROLO INTERNO

Gestão do Risco

O papel da Função Gestão de Risco (FGR) é o de assegurar que o sistema do banco é adequado e eficaz, garantindo que todos os riscos materiais decorrentes da atividade desenvolvida são devidamente identificados, avaliados, acompanhados e controlados, bem como o de aconselhar e apresentar informação completa e pertinente aos órgãos de administração e fiscalização sobre os riscos relevantes associados à atividade desenvolvida numa base individual e consolidada.

Neste contexto, de modo a garantir a efetividade da FGR, o BCA implementou um conjunto de ações, nomeadamente:

- Nomeação do Chief Risk Officer (CRO), adicionalmente ao Responsável Local da FGR do BCA;
- Revisão da Estrutura do BCA, com a separação da função da análise de risco de crédito para a tomada de risco, da função de controlo de risco;
- Implementação da Declaração de Apetência pelo Risco e determinação das métricas a acompanhar;
- Implementação de todas as políticas corporativas e adaptação de normas corporativas, abrangendo os diversos riscos;
- Promoção da capacitação dos técnicos da área de risco, quer com formação interna, quer dirigida pelo IFB e/ou formação "on-the-job" na CGD/DGR.

O BCA procedeu à implementação da norma IFRS 9, a qual culminou com a passagem a produção, em Julho 2018, da ferramenta informática de suporte ao cálculo das perdas por imparidade da carteira de crédito do Banco, denominado LIVE (Loan Impairment Valuation Engine), sendo que, desde daquela data, todo o processo de cálculo é assegurado pelos técnicos da DGR.

Em complemento, todo o processo de imparidade foi documentado e divulgado em Ordem de Serviço.

9

Também em 2018, o BCA decidiu afetar ao Gabinete de Recuperação Créditos (GRE) a responsabilidade de acompanhar os processos de recuperação pela via judicial. O Gabinete de Recuperação de Crédito tem conseguido recuperar operações nas quais tem intervenção, com reestruturações, praticamente sem reincidências e complementadas com propostas de dações em pagamento que permitem de um modo geral recuperar o capital, o que conduziu a uma redução expressiva no crédito vencido em 2018.

No 1º trimestre de 2018 iniciou-se o processo de implementação da Política de Acompanhamento e Recuperação de Crédito (PARC), o que culminou com a aprovação definitiva do normativo, pelo Conselho de Administração do BCA, no último trimestre de 2018, que tem por objetivo definir e harmonizar, as práticas de acompanhamento, reestruturação e recuperação de crédito.

Risco Compliance

A gestão do Risco Compliance é da responsabilidade de todos os Órgãos de estrutura, sob a coordenação do Gabinete de Suporte à Função Compliance (GFC). Esta unidade é também responsável pela salvaguarda da boa execução dos procedimentos em matéria de prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como da prevenção de crimes de abuso de mercado e prevenção da corrupção e infrações conexas.

Para salvaguarda da boa execução dos procedimentos em matéria de prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo, em 2018 avançou-se no sentido de uma maior implementação da ferramenta informática de controlo bem como a revisão e reforço dos procedimentos de prevenção.

Auditoria e Controlo Interno

As atividades da Direção de Auditoria Interna (DAI), durante o ano de 2018, além da execução das ações de auditoria e inspeção de rotina a agências, gabinetes empresas, órgãos de estrutura dos serviços centrais e processos, centraram-se essencialmente em (i) consolidação das ações com vista a implementação cabal da função de auditoria, (ii) reforço do capítulo organizacional e (iii) acções de auditoria de acompanhamento/à distância.

Face às novas exigências decorrentes da implementação da função de auditoria, a Direção fez uma aposta importante na formação e no reforço de competências de todos os seus colaboradores. Entretanto, a maior ênfase vai para a criação da Comissão de Auditoria e Compliance, cuja implementação irá concorrer para garantir a total independência da função de auditoria.

II.3 – Tecnologia e Inovação

No âmbito do incremento da segurança, é de realçar a conclusão do PCN, vertente Disaster Recovery, conjunto de procedimentos que foram postos em prática com sucesso.

Contudo, o mais importante projeto do ano foi a migração do Core Bancário. O Banco passou da versão Banka 2.03 para a versão 3G. Este processo apesar de comportar elevado risco foi devidamente acompanhado e conduzido sem sobressaltos.

Saliente-se um conjunto de medidas, algumas ainda em curso, que estiverem alinhadas com a política implementada de contenção de custos:

- Implementação parcial da telefonia VOIP.
- Maximização da infraestrutura partilhável.
- Potenciação do projeto arquivo digital, visando a redução de papeis, e consequente impressão.
- Implementação do conceito de servidores Virtuais.

II.4 – Governação Corporativa

No âmbito da Governação Corporativa há a salientar:

- A criação do Gabinete de Risco de Crédito, por spin off da DGR;

- O desenvolvimento do Gabinete de Recuperação de Crédito GRE;

11

- A criação da Comissão de Auditoria e Compliance e a designação do seu Presidente, m Administrador não executivo;

-A designação de um Administrador independente, como Coordenador dos Não Executivos.

PARECER E PROPOSTAS

Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação de contas e fiscalização do Banco.

Neste contexto, e com base na informação prestada pelo Órgão de Gestão do BCA, o Conselho Fiscal é de parecer que as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão, bem como a Proposta de Aplicação de Resultados, estão de acordo com as práticas contabilísticas e as disposições estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Em conformidade com o exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral de Acionistas:

a) Aprove o Relatório e Contas referentes ao exercício de 2018 apresentado pelo Conselho de Administração;
b) Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados;
c) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade, e delas tire as necessárias conclusões.

Conselho Fiscal deseja manifestar ao Conselho de Administração, e aos Serviços do Banco, o seu maior apreço pela prestimosa colaboração. Do mesmo modo agradece-se ainda ao Auditor Externo o apoio que prestou.

Cidade da Praia, 28 de Maio de 2019

12

Conselho Fiscal

António José do Nascimento Ribeiro
Presidente

Maria de Fátima de Melo Sanchas
Vogal

Em tempo- O Vogal José Vaz Fernandes Benoliel não assinou por ausência motivada por doença.

Anexo- Mapa discriminativo das 17 reuniões efetuadas com estruturas do BCA.

13

REUNIÕES DO CONSELHO FISCAL COM AS DIREÇÕES DO BCA - ANO 2018

DATA	DIREÇÃO	PRESENÇAS	ASSUNTO
26/fev/18	DFI/DCC	Fátima Évora	Análise e comentários ao documento "Conclusões Preliminares de Auditoria", produzido pela Ernest & Young, refente a contas 2017
27/fev/18	DFI/DCC	Fátima Évora	Análise dos saldos de (1) contas de regularização, (2) devedores e outras aplicações e (3) outras despesas com encargo diferido
27/fev/18	DFI/DCC	Irina Rodrigues	Reconciliação de Contas de Bancos Correspondentes
27/fev/18	DFI /DAI	Amélia Figueiredo, Emanuel Miranda	Inspeção à Casa Forte da Tesouraria Central
08/05/2018	GFC	Mónica Sanches	1. Regulamento de funcionamento da Função, OS 56/17; 2. Análise sistemática da situação do projecto Filtering e Profiling; 3. Evolução da situação dos alertas KYC e KYT, gerados pela aplicação; 4. Plano de actividades 2018; 5. Relatório de Atividades 2017; 6. Relatório de registo de incumprimento (anual); 7. Capacitação da Função (recursos humanos e formação) 8. Avaliação/rating da Função, feita pelo GFC/CGD.
08/05/2018	DFI	Amélia Figueiredo	Análise e comentários sobre as Contas do 1º. Trimestre de 2018
08/05/2018	DGR	Luís Santos, Alcides Canoto	1. Regulamento de funcionamento da FGR, O.S. 24/2017; 2. Relatório de Atividades de 2017; 3. Avaliação do desenvolvimento e alinhamento corporativo da Função; 4. Capacitação da Função (recursos e formação, tecnologia, Normas); 5. Desenvolvimento da IFRS9; 6. Último Relatório Integrado Risco disponível; 7. Plano anual 2018; 8. Risco Cambial – Posição e exposição; 9. Principais indicadores da carteira de crédito.
08/05/2018	DAI	Emanuel Miranda	Análise e comentários ao Relatório de Controlo Interno 2018
08/05/2018	DSI	Luís Barbosa	Ponto de situação sobre Deficiências de controlo interno, conforme reporte no Relatório de Controlo Interno 2018
15/10/2018	DFI	Fátima Évora	Análise e justificação de saldos das contas "Outras Operações a Regularizar"
15/10/2018	DGR	Filomena Figueiredo	Ponto de situação sobre a evolução da função de risco ao longo do ano corrente
15/10/2018	GFC	Mónica Sanches	Ponto de situação sobre a evolução da função de "compliance" ao longo do ano corrente
15/10/2018	DAI	Emanuel Miranda	Ponto de situação sobre a evolução da função de Auditoria ao longo do ano corrente
10/12/2018	GFC	Mónica Sanches	Apresentação da atividade desenvolvida durante o quarto trimestre de 2018
10/12/2018	DFI	Amélia Figueiredo	1. Análise e comentários sobre o documento elaborado pelos Auditores Externos, Ernest & Young, datado de 06 de dezembro último, relativo aos trabalhos de auditoria efetuados com reporte a 30 de setembro de 2018; 2. Informação sobre o processo de fecho de contas 2018
10/12/2018	DGR	Filomena Figueiredo (videoconferência), Luís Santos	1. Grau de cumprimento do ponto 3 do artº 12 do Regulamento de Funcionamento da Função Geral de Risco (RFFGR), nomeadamente o reporte anual (2017) e quanto ao nível de execução dos planos de gestão de risco e deficiências de controlo; 2. Cumprimentos dos artigos 21, 22 e 23 do RFFGR.
10/12/2018	DAI	Emanuel Miranda	Regulamento de Funcionamento da DAI - Relatório Anual de Actividades, bem como o Relatório Anual sobre as Questões de Auditoria com uma síntese das principais deficiências identificadas e das recomendações efectuadas

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Building a better working world

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Comercial do Atlântico, S.A. ("o Banco"), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 91.167.079 de milhares de escudos de Cabo Verde e um total de capital próprio de 5.180.047 milhares de escudos de Cabo Verde, incluindo um resultado líquido negativo de 112.025 de milhares de escudos de Cabo Verde), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Banco Comercial do Atlântico, S.A. em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor bancário estabelecidos pelo Banco de Cabo Verde.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para as seguintes situações:

- Conforme divulgado nas notas 5 e 38 do anexo às demonstrações financeiras, foi assinado, a 31 de dezembro de 2018, um acordo tripartido entre o Banco, o Estado de Cabo Verde e Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), no âmbito do qual será transferido para o Estado Cabo Verdiano os benefícios consagrados no plano de pensões dos colaboradores a partir de 1 de janeiro de 2019. Esta transferência enquadra-se no mecanismo de reembolso dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) detidos pelo Banco. Por forma a determinar os encargos com os benefícios consagrados no o plano de pensões dos colaboradores foi efetuado, com referência a 31 de dezembro de 2018 um estudo atuarial, tendo sido utilizada uma taxa de desconto acordada de 4%. Em 31 de dezembro de 2018, os referidos encargos ascendem a 5.591.345 milhares de escudos de Cabo Verde tendo o banco reconhecido em resultados o montante de 162 milhares de escudos de Cabo Verde, como resultado da aplicação da taxa de desconto acordada com o Estado de Cabo Verde e o INPS;

Sociedade Anónima - Capital Social 1.335.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 763 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número
A member firm of Ernst & Young Global Limited

- Conforme divulgado nas notas 29 e 38 do anexo às demonstrações financeiras, no decurso das duas ações judiciais, interpostas por uma colaboradora do Banco e pelo Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Financeiras de Cabo Verde, com vista a declarar a nulidade das alterações introduzidas pelo Banco ao Estatuto de Pessoal dos queixosos em matéria de benefícios relativos a reforma, a 17 de janeiro de 2019 foi proferida decisão não passível de recurso, condenando o Banco à materialização daquela responsabilidade, resultando um acréscimo de responsabilidades do Fundo de pensões, por contrapartida de resultados do Banco no montante de 1.142.309 de escudos de Cabo Verde, com referência a 31 de dezembro de 2018.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Imparidade para Crédito a clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
▸ A conta do balanço crédito a clientes inclui imparidade acumulada que ascende a 3.266.674 milhares de escudos cabo-verdianos ("mCVE"), reconhecendo-se um impacto de 48.497 mCVE nos resultados do ano registados na linha de imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações. O valor bruto do crédito a clientes é de 52.528.225 mCVE, pelo que a imparidade acumulada representa 6,2% do valor do crédito. O detalhe da imparidade e as políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras (nota 2.2, nota 16 e nota 35). ▸ A imparidade para o crédito a clientes representa a melhor estimativa do órgão de gestão do Banco da perda esperada da carteira de crédito a clientes com referência a 31 de dezembro de 2018. Para o cálculo desta estimativa, o órgão de gestão do Banco estabeleceu pressupostos, recorreu a modelos matemáticos para calcular parâmetros, interpretou conceitos e concebeu um modelo de cálculo da perda esperada. Para exposições relevantes, recorreu a julgamentos de especialistas na avaliação de risco de crédito do Banco. ▸ Adicionalmente, desde 1 de janeiro de 2018, por via da aplicação pela primeira vez da Norma Internacional de Relato 9 – Instrumentos financeiros, a imparidade passou a refletir a perda esperada (perda incorrida em 2017). Esta norma	Efetuámos a identificação e avaliação do risco de auditoria que conduziu à definição da abordagem de auditoria para responder ao risco de distorção material. Esta abordagem incluiu (i) uma resposta global com efeito na forma como a auditoria foi conduzida e (ii) uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos adicionais que incluíram testes aos controlos e procedimentos substantivos, nomeadamente: ▸ Realizámos testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo da imparidade para o crédito a clientes, comparando-o com o período homólogo e com as expetativas formadas, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas na carteira de crédito e alterações dos pressupostos e metodologias de imparidade; ▸ Com o apoio de especialistas em risco internos, avaliámos a razoabilidade dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade, destacando-se os seguintes procedimentos realizados: i) entendimento da metodologia formalizada e aprovada pelo órgão de gestão e comparação com a efetivamente utilizada; ii) avaliação das alterações aos modelos para determinar parâmetros para refletir a perda esperada; iii) análise das alterações realizadas durante o exercício de 2018 aos parâmetros de risco (PD, LGD e EAD); iv) numa base de amostragem, comparação dos dados utilizados no apuramento dos parâmetros de risco com informação de fonte; v) inquirições aos especialistas

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
introduz dois conceitos novos: o "aumento significativo do risco de crédito" e "previsões de condições económicas futuras". Os impactos da transição estão divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras (nota 16). ▸ Para além da complexidade dos modelos descritos, a sua utilização requer o tratamento de um volume significativo de dados que nem sempre estão disponíveis nos sistemas centrais do Banco, como sejam a informação do risco de crédito no momento da concessão, a data e o valor do primeiro incumprimento, o valor das recuperações históricas dos créditos em incumprimento. Para ultrapassar limitações que possam existir em alguns dados, por vezes o órgão de gestão recorre a expedientes práticos que aumentam os julgamentos aplicados. ▸ A utilização de abordagens, modelos ou pressupostos alternativos podem ter um impacto material no valor da imparidade estimada. ▸ Em face do grau de subjetividade e complexidade que a estimativa de imparidade envolve e a materialidade do seu valor, consideramos este tema como matéria relevante de auditoria.	do Banco responsáveis pelos modelos, e inspeção dos relatórios da auditoria interna e reguladores. ▸ Obtivemos o entendimento e avaliámos o desenho do modelo de cálculo da perda esperada, testámos o cálculo, comparámos a informação usada no modelo, através das reconciliações preparadas pelo Banco, com a informação de fonte, avaliámos os pressupostos usados para suprir lacunas nos dados, comparámos os parâmetros usados com os resultados dos modelos de estimação, comparámos os resultados com os valores nas demonstrações financeiras; ▸ Análise das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.

2. Valorização dos imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
▸ A rubrica de outros ativos, tal como descrito no Anexo às Demonstrações Financeiras, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, apresenta um montante de 1.387.999 mCVE e de 979.494 mCVE, respetivamente, correspondente ao valor líquido de imparidade de ativos recebidos em dação por recuperação de crédito. ▸ Periodicamente, o banco solicita a entidades independentes e registadas no Banco Central de Cabo Verde avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de crédito. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.	A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu os seguintes procedimentos: ▸ Realização de procedimentos de detalhe específicos para identificar imóveis com indícios de imparidade e apurar os montantes correspondentes; ▸ Realização de testes de detalhe com o objetivo de aferir sobre a propriedade dos ativos adquiridos em recuperação de crédito; ▸ Análise dos pressupostos e julgamentos subjacentes às avaliações preparadas por avaliadores independentes dos ativos adquiridos em recuperação de crédito; ▸ Inspeção dos valores apresentados nas demonstrações financeiras para testar a sua concordância com os registos contabilísticos e às

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
▸ Considerámos como matéria relevante de auditoria o processo de apuramento das perdas por imparidade dos ativos adquiridos em recuperação de crédito, uma vez que é baseado em metodologias que requerem a utilização de pressupostos e julgamentos, os quais poderão não se concretizar no futuro e consequentemente originar perdas diferentes das estimadas.	divulgações, para testar a sua plenitude face aos normativos existentes.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o sector bancário;
- elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria; e
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proíbir a sua divulgação pública.

Lisboa, 24 de Maio de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



António Filipe Dias da Fonseca Brás - ROC nº 1661
Registado na CMVM com o nº 20161271

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Notas	2018 Activo bruto	2018 Imparidade e amortizações	2018 Activo líquido	2017 Activo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	8.636.935	-	8.636.935	6.325.076
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	3.078.332	-	3.078.332	603.216
Activos financeiros disponíveis para venda	5	-	-	-	6.534.515
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5	6.572.957	-	6.572.957	-
Aplicações em instituições de crédito	6	17.591.980	-	17.591.980	23.586.202
Crédito a clientes	7	52.528.225	3.266.674	49.261.551	46.180.615
Propriedades de investimento	8	1.529	104	1.425	1.425
Outros activos tangíveis	9	4.081.734	2.150.028	1.931.705	2.050.005
Activos intangíveis	10	377.978	305.611	72.367	62.153
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11	358.689	-	358.689	320.973
Activos por impostos correntes	12	34.186	-	34.186	14.185
Activos por impostos diferidos	12	80.498	-	80.498	3.245
Outros activos	13	3.802.295	255.841	3.546.454	3.424.160
Total de activos		97.145.337	5.978.258	91.167.079	89.105.770

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2018	2017
Recursos de outras instituições de crédito	14	372.172	1.553.009
Recursos de clientes e outros empréstimos	15	77.952.967	75.861.912
Provisões	16	7.042.008	5.309.464
Passivos por impostos correntes	12	25.526	67.004
Passivos por impostos diferidos	12	188.419	205.591
Outros passivos subordinados	17	-	-
Outros passivos	18	405.941	666.464
Total do passivo		85.987.033	83.663.444
Capital	19	1.318.523	1.318.648
Reservas de Justo Valor	20	73.806	13.172
Outras reservas	20	3.770.861	5.050.159
Resultado Transitados	20	128.882	(1.174.877)
Resultado do exercício	20	(112.025)	235.224
Total do capital próprio		5.180.047	5.442.326
Total do passivo e do capital próprio		91.167.079	89.105.770

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2018	2017
Juros e rendimentos similares	21	3.563.071	3.468.943
Juros e encargos similares	22	(1.052.558)	(1.441.880)
MARGEM FINANCEIRA		2.510.513	2.027.063
Rendimentos de instrumentos de capital	23	37.015	11.523
Rendimentos com serviços e comissões	24	461.917	464.338
Encargos com serviços e comissões	24	(61.018)	(54.962)
Resultados de activos financeiros disponiveis para venda		-	-
Resultados de reavaliação cambial	25	162.284	109.544
Resultados de alienação de outros ativos	26	17.862	(7.723)
Outros resultados de exploração	27	53.080	219.301
PRODUTO BANCÁRIO		3.181.652	2.769.083
Custos com pessoal	28	(2.575.184)	(1.287.672)
Gastos gerais administrativos	30	(639.509)	(637.973)
Depreciações e amortizações do exercício	9 e 10	(190.250)	(207.884)
Provisões líquidas de reposições e anulações	16	26.553	64.358
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	16	48.497	(423.141)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	16	(30.695)	(31.345)
Resultados em empresas associadas e filiais mensuradas através do MEP	11	56.391	46.580
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		(122.546)	292.006
Impostos			
Correntes	12	(10.520)	(56.781)
Diferidos	12		-
		(10.520)	(56.781)
Resultado do Exercício		**(112.025)**	**235.224**
Número médio de acções ordinárias emitidas	31	1.324.765	1.324.765
Resultado por Acção	31	-0,08	0,18

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

				Outras reservas e resultados transitados					
	Notas	Capital	Reservas de justo valor	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total Reservas e Resultados Transitados	Resultado do exercício	Total do capital próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	19,20	1.318.648	10.074	815.078	3.965.274	(1.174.876)	3.605.476	344.159	5.278.357
Distribuição do resultado do exercício de 2016:									
Incorporação em reservas				34.416	223.704		258.120	(258.120)	-
Distribuição de Dividendos							-	(86.039)	(86.039)
Outros movimentos					4.443		4.443		4.443
Rendimento integral do exercício							-		-
Alterações de justo valor, líquidas de imposto			3.098				-		3.098
Remensurações relativas a planos de benefícios definidos					7.245		7.245		7.245
Resultado líquido do exercício							-	235.224	235.224
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	19,20	1.318.648	13.172	849.494	4.200.666	(1.174.876)	3.875.284	235.224	5.442.326
Distribuição do resultado do exercício de 2017:									
Incorporação em reservas				23.522	152.896		176.418	(176.418)	0
Distribuição de Dividendos							-	(58.806)	(58.806)
Aquisição de acções próprias		(125)					(125)		(250)
Rendimento integral do exercício							-		-
Alterações de justo valor, líquidas de imposto			23.233				23.233		46.467
Remensurações relativas a planos de benefícios definidos			100.828		(344.266)		(243.438)		(142.611)
Transição para a IFRS9						128.882	128.882		128.882
Transferência entre rúbricas			(63.426)		(1.111.450)	1.174.876	-		(63.426)
Resultado líquido do exercício							-	(112.025)	(112.025)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	19,20	1.318.523	73.807	873.016	2.897.846	128.882	3.899.745	(112.026)	5.180.047

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2018	2017
Outros rendimentos integrais			
Rubricas que não serão reclassificadas para a demonstração de resultados:			
Remensurações relativas a planos de benefícios definidos (Nota 2.3)			
Variação ocorrida no exercício	29	344.266	9.723
Efeito fiscal	12	100.828	(2.479)
Rubricas que poderão ser reclassificadas para a demonstração de resultados:			
Alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			
Variação no exercício	20	1.369	1.231
Efeito fiscal	12	(428)	(314)
Outros rendimentos integrais		446.034	8.161
Resultado do exercício		(112.025)	235.224
Total do rendimento integral do exercício		334.009	243.385

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimento de juros e comissões		3.851.778	3.928.568
Pagamento de juros e comissões		(1.310.752)	(1.611.474)
Recuperação de crédito e juros vencidos		225.822	100.886
Resultados cambiais		565.255	(1.026.791)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores		(1.581.009)	(1.597.204)
Pagamentos de pensões e assistência médica		(233.277)	(220.543)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional			
Pagamentos de impostos sobre o rendimento		(50.959)	824.460
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais		1.466.858	397.902
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:			
Aplicações em instituições de crédito		5.970.544	(5.448.880)
Créditos sobre clientes		375.116	135.537
Títulos de dívida pública		(3.339.151)	(1.088.675)
Outros ativos		(684.850)	315.396
		2.321.658	(6.086.622)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:			
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito		(1.181.321)	987.787
Recursos de clientes		2.288.865	3.273.751
Outros passivos		(214.874)	282.671
		892.670	4.544.208
Caixa líquida das atividades operacionais		4.681.185	(1.144.511)
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
(Aumentos) diminuições nos ativos de investimento:			
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			
Ativos intangíveis		(25.278)	(19.112)
Outros ativos tangíveis		142.989	(423.361)
Dividendos recebidos		46.884	203.318
Caixa líquida das atividades de investimento		164.596	(239.155)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Dividendos distribuídos		(58.806)	(86.040)
Outros passivos subordinados		-	(98.952)
Caixa líquida das atividades de financiamento		(58.806)	(184.992)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes		4.786.974	(1.568.658)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3	6.928.292	8.496.951
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3	11.715.267	6.928.292

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Comercial do Atlântico, S.A. (Banco) é um banco comercial, constituído por destaque de parte do património do Banco de Cabo Verde, nos termos do Decreto-Lei nº 43/93, de 16 de julho. No âmbito do processo de privatização das instituições de crédito e sociedades financeiras com capitais públicos, e conforme a resolução nº 46/99, de 27 de setembro do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e pelo Banco Interatlântico, S.A.R.L. passou a deter a maioria do capital social do Banco. A partir de dezembro de 2005, as ações do Banco passaram a ser cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

O Banco tem por objeto o exercício da atividade bancária, incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essas atividades e permitidas por lei.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, dispondo de uma rede de 34 agências para a realização das suas operações.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de maio 2019, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

2.2. Políticas contabilísticas

a) Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que este opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais do Banco e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em escudos de Cabo Verde, salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional e de apresentação do Banco.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As transações em moedas diferentes do escudo de Cabo Verde são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por valores não monetários, tal como ações, classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, cujas variações de justo valor são registadas em capital próprio.

As alterações de justo valor de instrumentos de capital próprio em moeda estrangeira

classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são distinguidas entre variações cambiais resultantes de alterações no custo amortizado do instrumento e outras alterações ao valor contabilístico do instrumento. As diferenças de câmbio relativas a alterações no custo amortizado são reconhecidas em resultados, enquanto outras diferenças ao nível do valor contabilístico são reconhecidas em outros rendimentos integrais.

Nos exercícios de 2017 e 2016, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o câmbio médio de divisas face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2018	2017
1 USD	96,268	92,543

c) Ativos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 24 de julho de 2014 a Norma Internacional de Relato Financeiro IFRS 9 - "Instrumentos financeiros" que veio substituir a IAS 39 - "Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração", para exercícios económicos iniciados em, ou após, 1 de janeiro de 2018.
Os requisitos da norma foram aplicados retrospetivamente, mediante ajustamento dos valores de balanço a 1 de janeiro de 2018.
O BCA aplicou a exceção que permite a não reexpressão da informação financeira comparativa de períodos anteriores. Adicionalmente, o enquadramento do modelo de negócio, assim como a designação e/ou revogação prévia de certos ativos financeiros em classes de mensuração ao justo valor por contrapartida de resultados, ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral (por instrumentos de capital que não de negociação), foi realizada por referência nos factos e circunstâncias existentes à data da aplicação inicial da mesma.

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor acrescido de custos diretamente atribuíveis à transação. O Banco não tem ativos de "trading" ou outros ativos registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os ativos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na IFRS 9:

a) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros ativos". Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde uma vez que foram adquiridos em mercado primário pelo Banco essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário ativo.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes ativos financeiros são desreconhecidos do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco, relativamente aos respetivos fluxos de caixa contratuais expirarem, (ii) o Banco transferir (substancialmente) todos os riscos e benefícios associados à detenção destes instrumentos financeiros, ou (iii) apesar do banco ter retido uma parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os ativos financeiros foi transferido.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Crédito vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados na rubrica "Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações". Assim, o abate de créditos só ocorre após (i) ter sido exigido o vencimento da totalidade do crédito; (ii) terem sido desenvolvidos os esforços de cobrança considerados adequados; e (iii) as expectativas de recuperação de crédito sejam muito reduzidas, conduzindo a um cenário extremo de imparidade total.

b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros não classificados na categoria de "Empréstimos e contas a receber", que são designados no momento inicial enquanto ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, ou que o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado:

- Ações de empresas;
- Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Um ativo financeiro é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI) se cumprir, simultaneamente, com as características seguintes e não for designado ao FVTPL por opção (utilização da Fair Value Option):

- o ativo financeiro é detido num modelo de negócio em que o objetivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse ativo

financeiro (HTC and Sell – Held to collect and Sell); e os fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transações e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida da rubrica "Reservas de justo valor".

a) Instrumentos de dívida

Na alienação ou caso seja determinada imparidade, os ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral" ou "Imparidade de outros ativos financeiros" da demonstração de resultados, respetivamente. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efetiva em margem financeira, incluindo o prémio ou desconto, quando aplicável.

b) Instrumentos de capital

No âmbito da IFRS 9, não é reconhecida imparidade em instrumentos de capital registados ao justo valor através de outro rendimento integral, sendo os respetivos ganhos/perdas acumuladas na reserva de justo valor transferidos para Resultados transitados no momento da alienação.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital que não seja detido para negociação, o Banco pode irrevogavelmente designá-lo ao FVOCI. Esta designação é efetuada numa base casuística, investimento a investimento. Esta opção está disponível para os instrumentos financeiros que cumpram a definição de capital prevista na IAS 32, não podendo ser utilizada para os instrumentos financeiros cuja classificação como instrumento de capital na esfera do emitente seja efetuada ao abrigo das exceções previstas nos parágrafos 16A e 16D da IAS 32.

Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

Os rendimentos a receber dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira são refletidos no Balanço na rubrica "Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral".

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados na categoria de "Ativos ao justo valor através de outro rendimento integral" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;

- Relativamente aos títulos de rendimento variável não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados modelos e técnicas internas de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

c) Transferências entre categorias

O Banco procede à transferência de ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral "para a categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes ativos financeiros até à sua maturidade.

d) Compensação de Instrumentos Financeiros

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe o direito legal executável de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal executável não pode ser contingente de eventos futuros, e deve ser executável no decurso normal da atividade do BCA, assim como em caso de default, falência ou insolvência do Grupo ou da contraparte.

e) Imparidade de ativos financeiros

Ativos financeiros ao custo amortizado

O Banco efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base coletiva quanto aos ativos disponíveis cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;

- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;

- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;

- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O Banco efetua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 20.000 ou empresas que apresentem incumprimento há mais de 180 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não foram objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Estes ativos encontram-se em imparidade quando i) se verifica evidência objetiva de imparidade que resulta de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros, e ii) quando esse evento (ou eventos) produza impactos ao nível dos fluxos de caixa futuros destes instrumentos, os quais podem ser razoavelmente estimados.

Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Crédito ao consumo
- Crédito a pequenos negócios
- Crédito ao Setor Público
- Crédito a empresas do Grupo
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade foram igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações", sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Conforme referido na Nota 2.2. c), os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas diretamente em capital próprio, na rubrica "Reservas de justo valor".

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pelo Banco uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis ao justo valor através de outro rendimento integral.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica "Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações".

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em "Reservas de justo valor". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício. As perdas por imparidade em instrumentos de dívida são reversíveis por resultados do período, sempre que o justo valor destes instrumentos aumente no futuro, e desde que esse aumento se deva a eventos que ocorram após os eventos que levaram ao reconhecimento das perdas por imparidade.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem ser revertidas.

As perdas por imparidade registadas pelo Banco são revertidas por contrapartida de resultados do exercício, em períodos futuros, quando as estimativas de perdas estimadas se reduzirem, ou mesmo quando se deixem de verificar.

f) Passivos financeiros

O Banco classifica os seus instrumentos financeiros enquanto passivos financeiros quanto existe uma obrigação contratual para que a sua liquidação seja realizada mediante a entrega de dinheiro, ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em "Outros passivos".

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro são registadas na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira do Banco.

Os passivos financeiros são valorizados subsequentemente pelo custo amortizado sendo os juros, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

Caso o Banco recompre dívida emitida, a mesma é desreconhecida do Balanço sendo o diferencial entre o valor contabilístico do mesmo e o valor de recompra reconhecido em resultados do período.

g) Ativos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, e que não seja possível a sua venda imediata, são registados pelo valor de arrematação quando os respetivos processos judiciais se encontram concluídos, na rubrica "Outros ativos".

Estes ativos não são amortizados. Periodicamente, são efetuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade. Na determinação da imparidade, o Banco considera ainda a antiguidade dos imóveis em carteira. Quando o valor contabilístico dos ativos não correntes corresponde ao justo valor menos custos de venda, o nível de justo valor da hierarquia da IFRS 13 corresponde maioritariamente ao nível 3.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo os ganhos ou perdas registados na rubrica "Outros resultados de exploração".

h) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento são inicialmente reconhecidas ao custo de aquisição, sendo incluídos na sua valorização os custos de transação diretamente relacionados e incorridos com a sua aquisição. As propriedades de investimento não são depreciadas, sendo subsequentemente valorizadas ao justo valor, determinado periodicamente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são refletidas em resultados, na rubrica "Outros resultados de exploração".

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica é integralmente composta por terrenos.

i) Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível

para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento:	
Mobiliário e material de escritório	8
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8
Material de transporte	3 a 5
Equipamento de segurança	8
Outro equipamento	5

Para os bens adquiridos a partir de 2015 as taxas aplicadas são as constantes da tabela fixada pelo Boletim Oficial nº 52 de 28 Agosto 2015, nomeadamente:

	Anos de vida útil
Imóveis Serviço próprio	33
Material Transporte	3 e 7
Equipamento Informático	3
Equipamento Segurança	3 e 10

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em regra, ao longo de um período de 10 anos. Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedades de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando constituam montantes significativos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – "Imparidade de ativos". Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso, calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no final da vida útil definida, e o justo valor menos custos estimados de venda), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo, até ao limite de valor que o ativo teria, caso nunca lhe tivessem sido imputadas perdas de imparidade.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas. As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os seus ativos tangíveis.

j) Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com desenvolvimento interno, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase ou a probabilidade de fluírem benefícios económicos para a entidade.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

k) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas controladas ("filiais/subsidiárias"). Subsidiárias são todas as entidades (incluído as entidades estruturadas) sobre as quais o Banco tem controlo. O Banco controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividade relevantes da entidade. A rubrica inclui ainda empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto ou, se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência direta na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes ativos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efetiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas/subsidiárias.

Quando a quota-parte das perdas atribuíveis ao Banco é equivalente, ou excede o valor da participação financeira nas filiais e associadas, este reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades.

Os ganhos e perdas não realizados entre o Banco e as suas filiais e associadas são eliminados na proporção do interesse do Banco nestas entidades. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação dê evidência adicional de uma imparidade sobre o ativo transferido.

As políticas contabilísticas das filiais e das associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as do Banco.

l) Impostos sobre lucros

Em 31 de dezembro de 2018, o Banco está sujeito ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco estava sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), sendo a taxa agregada de imposto 25,5%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, com base nas regras fiscais em vigor.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor. Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos ao reconhecimento inicial de goodwil e de diferenças temporárias que não resultem de concentrações de atividades empresariais, e que não tenham sido originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem ao registo de responsabilidades com benefícios dos empregados e à valorização de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

m) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser mensurado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido, ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Banco divulga tal facto como passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para o pagamento da mesma seja considerada remota. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo o Banco a entidades terceiras, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efetuadas pela Gestão, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

O Banco reconhece uma provisão para contratos onerosos, na data em que, para o contrato em curso, se determine que o custo de satisfazer a obrigação assumida excede os benefícios económicos estimados. Esta análise é efetuada contrato a contrato de acordo com a informação prestada pelos responsáveis dos projetos.

O Banco reconhece uma provisão, sempre que tenha assumido a obrigação de restituir locais arrendados a terceiros, nos quais efetuou obras ou implantou ativos, de acordo com as condições em que estes se encontravam à data do início do contrato de arrendamento. A provisão é calculada com base na estimativa dos custos a suportar com o desmantelamento, e o período em que se estima a sua realização, considerando o prazo de arrendamento negociado.

Os reforços e reversões de provisões relacionados com processos judiciais são registados nas rubricas "Provisões líquidas de reposições e anulações".

n) Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efetue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respetivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

o) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – "Benefícios dos empregados". Os principais benefícios concedidos pelo Banco incluem pensões de reforma e sobrevivência e encargos com saúde.

i) Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

As responsabilidades com pensões de reforma do Banco são regulamentadas, ainda em regime transitório, pelo Estatuto de Pessoal do Banco de Cabo Verde, de 1 de dezembro de 1990, com as alterações introduzidas em 2013 (Nota 29). Nos termos deste Estatuto, o Banco assume a responsabilidade pelo pagamento de pensões de reforma aos empregados que reúnam as condições previstas neste documento.

De acordo com o regime aplicável, o Banco e os empregados contribuem com uma percentagem de 11% e 6%, respetivamente, da massa salarial (excluindo subsídios de férias e de Natal). É ainda da responsabilidade do Banco a dotação dos montantes adicionais necessários para a cobertura integral das responsabilidades.

O Banco não tem responsabilidades com os empregados que passaram ao quadro efetivo a partir de julho de 1998, dado que estes se encontram abrangidos pelo regime geral de Segurança Social, nos termos dos contratos de trabalho celebrados.

O Banco assumiu ainda o compromisso de suportar uma parte dos encargos com saúde dos seus funcionários, para os empregados que passaram ao quadro efetivo até junho de 1998. Para este efeito, o Banco e os seus funcionários contribuem mensalmente com montantes correspondentes a 4% e 2%, respetivamente, da massa salarial.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde ao valor atual das responsabilidades. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método "*Unit Credit Projected*", e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 29). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade (ou, na sua ausência, títulos de dívida pública), denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Em 2013, na sequência da entrada em vigor da revisão da norma IAS 19 – Benefícios dos empregados, o Banco passou a reconhecer os ganhos e perdas atuariais diretamente no capital próprio.

Para a cobertura das responsabilidades com pensões, o Banco dispõe de uma provisão para pensões e encargos similares, registada na rubrica "Provisões para encargos com benefícios a empregados – pensões de reforma", do passivo.

As responsabilidades definidas com base na avaliação atuarial dos encargos estimados com as despesas de saúde são registadas na rubrica "Provisões para encargos com benefícios a empregados – assistência médica" (Nota 16).

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros é refletido pelo valor líquido em "Custos com pessoal".

O Banco reconhece através de rendimentos e custos o efeito de cortes ("curtailments") ocorridos nos planos de benefícios definidos, o qual incorpora qualquer alteração resultante no valor presente da obrigação de benefícios definidos.

O Banco considera a existência de um curtailment sempre que:

a) esteja demonstravelmente comprometido a fazer uma redução material no número de empregados cobertos por um plano; ou
b) altere os termos de um plano de benefícios definidos de forma tal que um elemento material do serviço futuro dos empregados correntes deixará de se qualificar para benefícios, ou se qualificará apenas para benefícios reduzidos.

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em custos.

Os ganhos e perdas gerados pela liquidação de um plano de benefícios definidos são reconhecidos em resultados do exercício quando a liquidação ocorrer.

Os gastos por responsabilidades passadas, resultantes da implementação de um novo plano, ou por acréscimos de benefícios atribuídos, são reconhecidos de imediato nos resultados do Banco.

ii) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

O Banco não regista qualquer provisão para subsídio de férias dos seus empregados, dado o direito a estes benefícios ser adquirido no ano em que são usufruídos/recebidos pelos empregados.

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos quando o Banco cessa o emprego antes da data normal de reforma, ou quando um empregado aceita a cessação de emprego em troca destes benefícios. O Banco reconhece a responsabilidade com benefícios de cessação de emprego na mais antiga das seguintes datas: na qual o Banco deixa de poder retirar a oferta dos benefícios, ou na qual o Banco reconhece os gastos de uma reestruturação, no âmbito do registo das provisões. Os benefícios devidos a mais de 12 meses, após o final do período de reporte, são descontados para o seu valor presente.

p) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efetiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas, sendo registadas na rubrica "Juros e rendimentos similares – Comissões recebidas associadas ao custo amortizado".

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período, sendo as restantes reconhecidas em rendimentos no momento do seu recebimento.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como rendimento ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

q) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

r) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito", correspondendo a instrumentos financeiros imediatamente mobilizáveis, ou com maturidades iguais ou inferior a 3 meses, e com risco de variação de justo valor reduzido.

s) Capital Próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

No caso de aumento de capital, o prémio de emissão corresponde à diferença entre o valor de subscrição e o valor nominal.

As prestações suplementares de capital são reconhecidas no Capital Próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento nas rubricas de capital próprio.

t) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade, no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelo acionista.

u) Segmentos Operacionais

O Banco prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

-Corporate Finance - inclui a atividade relacionada com a gestão títulos de Dívida Pública, obrigações de empresas nacionais, instrumentos de capital e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

-Negociação e vendas – compreende a atividade relacionada com a gestão de aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito.

-Pagamento e liquidação – inclui a atividade relacionada com operações de crédito e débito.

-Banca comercial – inclui a atividade de captação de recursos junto de empresas. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, descontos de letras, bem como o crédito ao setor público.

-Banca de retalho – compreende a atividade bancária junto dos particulares. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito à habitação, e também os depósitos captados junto de particulares.

-Outros – Restantes atividades não enquadráveis em qualquer das categorias

anteriores.

v) Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. e). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação especifica efetuada pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação. A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia implicar o reconhecimento de perdas de imparidade, que não as que se encontram atualmente contabilizadas.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia, apresentada, na Nota 7 permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela IFRS9.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) b), as menos-valias resultantes da valorização destes ativos são reconhecidas por contrapartida das "Reservas de reavaliação". Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital valorizados ao custo histórico, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise especifica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IFRS9 (ver Nota 2.2. d). A imparidade em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral é apresentada na Nota 5.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a IFRS 9, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.2. c), em conformidade com a IFRS 13 – Justo Valor. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço (ver Nota 5).

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.2. o), as responsabilidades do Banco por benefícios pós-emprego e outros benefícios concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis (ver Nota 29).

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2015 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC), o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à dedutibilidade de custos com imparidade para crédito e benefícios dos empregados, considerando que para efeitos fiscais seriam aceites as imparidades calculadas nos termos previstos na IFRS9, e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Conforme referido na Nota 12, em 31 de dezembro de 2017 deixaram de existir contingências não provisionadas relativas a correções efetuadas pelas Autoridades Fiscais ao lucro tributável de anos anteriores. Por via da assinatura de um Protocolo a 09 de agosto de 2017 entre o Ministério das Finanças e o BCA, foi reconhecido pelo Estado ao BCA, com referência ao período 2005-2014 e, complementarmente, em resultado do apuramento definitivo da matéria coletável para os anos 2009 a 2014, o direito ao ressarcimento dos Impostos Efetivamente Pagos e Não Devidos, no valor de CVE 1.073.423.609, bem como o direito à Devolução de duas Garantias Bancárias no valor de CVE 233.044.734.

Os impostos diferidos ativos são desreconhecidas na medida em que se prevê a existência de resultados tributáveis futuros. Tantos os impostos diferidos ativos como os impostos diferidos passivos são calculados com base na legislação fiscal Cabo-Verdiana – alterações na interpretação que a Gestão realiza sobre esta legislação podem influenciar os impostos diferidos reconhecidos nas contas do Banco.

w) Resultados por ação – básico e diluídos

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se

numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Caixa		
. Moeda nacional	569.409	635.634
. Moeda estrangeira	575.727	444.466
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde		
. Moeda nacional	7.491.799	5.243.987
. Moeda estrangeira		990
	8.636.935	6.325.076

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 15% da média das responsabilidades efetivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes. A partir de 2014, foi fixada uma percentagem mínima diária de 20% do montante de reservas mínimas que as instituições financeiras devem manter nas contas de depósito à ordem.

Nos exercícios de 2018 e 2017, estes depósitos não foram remunerados. A partir de 01 de janeiro de 2018 estas disponibilidades passaram a corresponder a 13% da média das responsabilidades efetivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2018	2017
Depósitos à ordem		
Em instituições de crédito no país		
. Caixa Económica de Cabo Verde	-	
Em instituições de crédito no estrangeiro		
. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	2.787.081	211.358
. Novo Banco, S. A		13.602
. Unicredito Italiano SpA	15.281	35.109
. Citibank		
. Outras	148.579	198.683
	2.950.941	458.752
Cheques a cobrar:		
Sobre o país	71.450	109.541
Sobre o estrangeiro	55.941	31.131
	127.391	140.672
Outras disponibilidades		3.791
	3.078.332	603.216

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do mês seguinte.

5. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira		
. Justo valor	6.433.170	6.433.170
. Rendimentos a receber	45.495	27.107
	6.478.665	6.460.277
Instrumentos de capital	94.292	85.079
Imparidade (Nota 16)	-	(10.841)
	6.572.957	6.534.515

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os instrumentos financeiros classificados na categoria de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral apresentam a seguinte composição:

			2018			2017		
Título	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço (Líquido)	Reserva de justo valor (Nota 20)	Imparidade (Nota 17)	Valor de balanço (Líquido)	Reserva de justo valor (Nota 21)	Imparidade (Nota 17)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor								
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	88,88%	8.433.170	8.476.685	-	-	8.460.277	0	-
Visa International Service Association	n.d.	1.313	22.834	21.511	-	18.893	17.680	-
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico								
APromotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R	11,11%	50.000	50.000	-	-	39.159	-	(10.841)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	0,05%	10.133	14.382	4.249	-	10.133	-	-
Fundo G.A.R.I.	3,16%	4.203	4.203	-	-	4.203	-	-
SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L.	0,03%	1.750	2.884	1.134	-	1.750	-	-
		66.086	71.469	5.382		55.244	-	(10.841)
		8.600.569	8.572.957	26.893	-	8.534.514	17.680	(10.841)

Os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) foram emitidos na sequência da Lei nº 64/V/98, que aprovou a criação do "International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund" (Fundo). Nos termos deste diploma, o Fundo é gerido pelo Banco de Portugal e constitui um património autónomo sendo, como tal, a única entidade a responder pelas dívidas, encargos e responsabilidades resultantes da sua existência, do seu funcionamento e da sua organização.

A política de investimentos do Fundo é definida por um representante do Governo de Cabo Verde, em conjunto com a entidade gestora, com o objetivo de valorização dos seus ativos e sendo pautada por critérios de segurança e de rentabilidade.

Os TCMF resultaram da conversão de Obrigações do Tesouro de Cabo Verde que se encontravam vencidas e estão registados pelo valor nominal dos títulos entregues.

De acordo com a Lei nº 70/V/98, de 17 de agosto, as principais características destes títulos são as seguintes:

- Os TCMF são títulos de crédito perpétuos emitidos pelo Estado de Cabo Verde, através do Tesouro, e incorporam o direito ao recebimento de 90% do resultado líquido anual do Fundo. Neste sentido, o Banco regista em cada exercício o proveito relativo aos rendimentos a receber de TCMF, na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" (Nota 23);

- O Estado obriga-se a adquirir os TCMF num período máximo de vinte anos a contar da data de aprovação da Lei, em termos e condições a definir pelo Governo;

- Durante os primeiros três anos de existência, os TCMF só podiam ser transacionados entre instituições de crédito devidamente autorizadas a exercer a sua atividade em Cabo Verde. Entre o quarto e o sétimo ano, cada instituição de crédito poderia anualmente transmitir 25% do total da carteira de TCMF que detinha ao fim do terceiro ano. A partir do oitavo ano, os TCMF podiam ser transacionados sem restrições. Nessa medida o artigo 19º da Lei 70/V/98 de 17 de agosto refere, no seu Ponto1, que o Estado se obriga a adquirir os TCMF num período máximo de 20 anos a contar da data da aprovação desta Lei, tendo o referido prazo expirado a 24 de agosto de 2018.

  Assim, e conforme detalhado na Nota 38 o BCA assinou com o Ministério das Finanças e com o Instituto Nacional de Previdência Social um acordo tripartido e uma Adenda em 17 de abril de 2019 no sentido de solucionar esta questão.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Aplicações de crédito no país:		
No Banco de Cabo Verde:		
- Títulos de regularização monetária		-
- Títulos de intervenção monetária	1.496.000	1.100.000
- Aplicações a muito curto prazo	14.800.000	16.800.000
	16.296.000	17.900.000
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo		
- Caixa Geral de Depósitos, S.A.	529.474	323.901
- Novo Banco, S.A.		-
Depósitos a prazo		
- Caixa Geral de Depósitos	722.010	5.336.030
- Novo Banco, S.A		-
Contas caução		
- Outras instituições de crédito no exterior	44.217	23.998
	1.295.701	5.683.928
Juros a receber	6.493	6.342
Proveitos diferidos	(6.214)	(4.068)
	17.591.980	23.586.202

7. CRÉDITOS A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Crédito interno a curto prazo:		
. Descontos comerciais		
. Créditos em conta corrente	1.409.341	1.831.041
. Descobertos em depósitos à ordem	68.849	92.380
. Cartões de crédito	143.725	132.393
Crédito interno a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	28.659.019	28.068.857
Crédito externo a curto prazo:		
. Descontos comerciais		
. Créditos em conta corrente	-	-
. Descobertos em depósitos à ordem	810	1.362
. Cartões de crédito	5.736	7.031
Crédito externo a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	286.577	280.374
. Créditos em conta corrente	33.209	63.426
Outros créditos e valores a receber (titulados)	3.426.500	3.459.568
Crédito ao pessoal	1.709.619	1.817.970
	35.743.386	35.754.403
Juros a receber	123.163	134.155
Comissões e outros proveitos diferidos	(227.708)	(243.659)
Custos diferidos	1.715	1.866
Crédito e juros vencidos	4.393.057	5.524.597
	40.033.612	41.171.362
Imparidade de crédito a clientes (Nota 16)	(3.266.674)	(4.116.648)
	36.766.938	37.054.714
Títulos da Dívida Pública		
Valor Nominal	12.343.250	9.004.099
Juros a receber	151.362	121.802
	12.494.613	9.125.901
	49.261.551	46.180.615

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Outros créditos e valores a receber (titulados)" reflete o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de "Empréstimos e contas a receber" (Nota 2.2. c) i) a)). Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Titulo	2018	2017	Maturidade
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	-	-	14/06/2017
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	1.458.220	1.458.220	14/06/2027
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche E	982.727	982.727	15/12/2025
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D	318.976	318.976	27/07/2020
Câmara Municipal da Praia	257.078	278.502	23/07/2030
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche C	178.731	178.731	06/01/2019
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	149.253	149.253	25/08/2027
Câmara Municipal do Sal	81.515	93.160	15/07/2025
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	66.569	66.569	18/02/2017
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	59.687	59.687	31/07/2024
	3.552.756	3.585.824	

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Eletricidade e Águas, S.A.R.L. e IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. têm aval do Estado de Cabo Verde.

Em 31 de dezembro de 2018, as obrigações emitidas pela Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda. encontram-se em incumprimento com o pagamento de cupões de juros desde agosto de 2013.

Em 2016 foi renegociada a reestruturação do empréstimo obrigacionista da Cabo Verde Fast Ferry, SA (CVFF), com maturidade para 2024, com redução significativa das taxas de juros, tendo liquidado os cupões 14º, 16º e 17º e 19º, mas estando em dívida o cupão 15º e 18º.

Relativamente à emitente SOGEI, foi apresentado um projeto da conversão das obrigações em unidades de participação de um Fundo de investimento Fechado a criar, o que se encontra ainda em discussão.

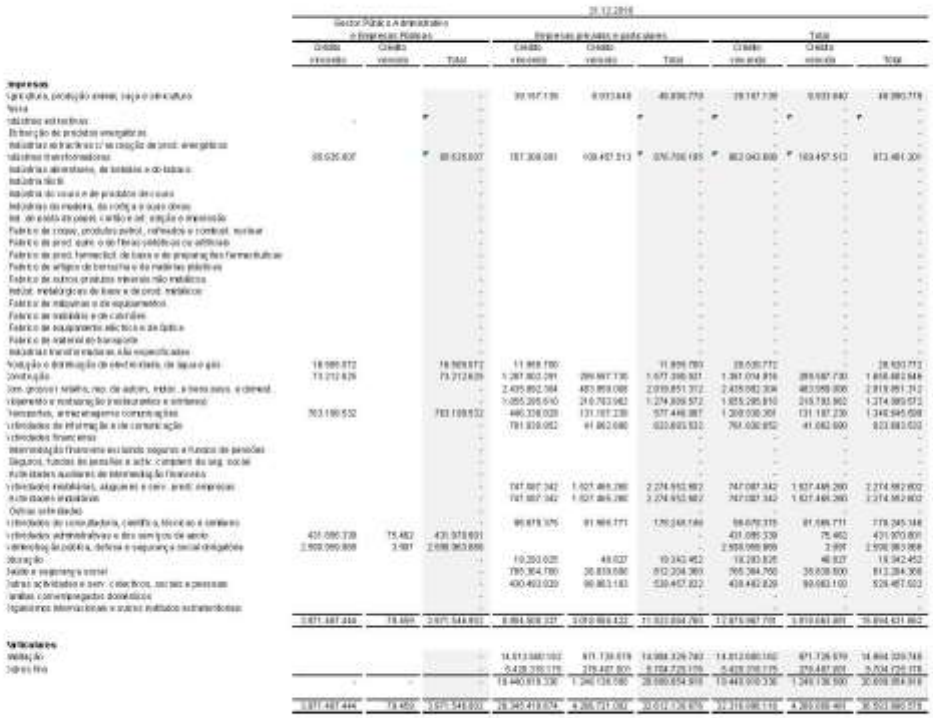
Os empréstimos aos colaboradores em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são remunerados a taxas de juro reduzidas.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as obrigações com aval do Estado de Cabo Verde ascendem a mCve. 2.938.653 e 2.938.653, respetivamente. O crédito vivo com Aval do Estado ascende em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a mCVe 309.791 161.070 e os com carta conforto do Estado ascende a mCve 7.409 e 248.884 e mCve, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o crédito bruto concedido a clientes, incluindo crédito e juros vencidos e excluindo "Outros créditos e valores a receber – titulados", dívida Pública, juros corridos, comissão e custos diferidos, apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)



BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	31.12.2017								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura			-	33.972.735	380.525	34.353.261	33.972.735	380.525	34.353.261
Pesca			-	13.169.769	8.006.336	21.176.105	13.169.769	8.006.336	21.176.105
Indústrias extractivas	-		-	47.075.284	3.151.993	50.227.277	47.075.284	3.151.993	50.227.277
Extracção de produtos energéticos			-	-	-	-	-	-	-
Indústrias extractivas (excepção de prod. energéticos			-	47.075.284	3.151.993	50.227.277	47.075.284	3.151.993	50.227.277
Indústrias transformadoras	74.891.283		74.891.283	758.441.948	106.241.348	864.683.196	825.333.191	106.241.348	1.089.574.480
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco			-	334.784.331	113.846.940	448.631.271	334.784.331	113.846.940	448.631.271
Indústria têxtil			-	16.225.162	1.419.824	17.644.986	16.225.162	1.419.824	17.644.986
Indústria do couro e dos produtos de couro			-	-	-	-	-	-	-
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras			-	32.995.909	37.491.310	70.387.219	32.995.909	37.491.310	70.387.219
Ind. da pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	74.891.283		74.891.283			-	74.891.283	-	74.891.283
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combust. nucleares			-			-	-	-	-
Fabrico de prod. quím. e de fibras sintéticas ou artificiais			-			-	-	-	-
Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas			-			-	-	-	-
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas			-	28.194.852		28.194.852	28.194.852	-	28.194.852
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos			-	28.693.749		28.693.749	28.693.749	-	28.693.749
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos			-	1.924.882	3.815.747	5.740.629	1.924.882	3.815.747	5.740.629
Fabrico de máquinas e de equipamentos			-	-	-	-	-	-	-
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica			-	797.091	1.423.658	2.220.749	797.091	1.423.658	2.220.749
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica			-	-	-	-	-	-	-
Fabrico de material de transporte			-	-	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras não especificadas			-	312.966.983	15.275.878	328.242.860	312.966.983	15.275.878	328.242.860
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	33.307.346		33.307.346	25.094.481	-	25.094.481	58.381.827	-	58.381.827
Construção			-	1.578.775.858	345.637.182	1.924.413.039	1.578.775.858	345.637.182	1.924.413.039
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domést.			-	2.621.735.428	683.364.690	3.305.100.118	2.621.735.428	683.364.690	3.305.100.118
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)			-	2.113.001.559	227.300.909	2.340.302.467	2.113.001.559	227.300.909	2.340.302.467
Transportes, armazenagem e comunicações	21.282.183		21.282.183	616.061.910	225.172.939	841.234.849	637.344.093	225.172.939	862.517.032
Actividades de informação e de comunicação			-	428.200.455	51.107.597	479.308.052	428.200.455	51.107.597	479.308.052
Actividades financeiras			-	12.124.877		12.124.877	12.124.877	-	12.124.877
Intermediação financeira (excepto seguros e fundos de pensões			-			-	-	-	-
Seguros, fundos de pensões e act. complem. de seg. social			-	12.124.877		12.124.877	12.124.877	-	12.124.877
Actividades auxiliares de intermediação financeira			-			-	-	-	-
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas			-	788.680.194	1.951.270.216	2.739.950.409	788.680.194	1.951.270.216	2.739.950.409
Actividades imobiliárias			-	788.680.194	1.951.270.216	2.739.950.409	788.680.194	1.951.270.216	2.739.950.409
Outras actividades			-			-	-	-	-
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares			-	125.580.697	63.626.825	209.268.522	125.580.697	63.626.825	284.280.522
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	628.877.721		628.877.721			-	628.877.721	-	628.877.721
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2.592.375.022	149.000	2.592.525.040	2.280.573		2.280.573	2.592.755.595	149.000	2.592.905.613
Educação			-	13.083.811	79.863	13.178.813	13.083.811	79.863	13.178.813
Saúde e segurança social			-	548.390.228	49.842.884	598.238.111	548.390.228	49.842.884	598.238.111
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais			-	661.708.185	97.325.821	959.034.728	861.709.105	97.325.821	959.034.728
Famílias com empregados domésticos			-			-	-	-	-
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais			-			-	-	-	-
	2.940.944.498	149.000	2.941.094.183	10.413.162.479	2.000.708.430	14.219.082.910	13.754.106.976	2.806.920.048	17.561.945.622
Particulares									
Habitação			-	13.456.273.037	1.137.973.854	14.594.246.891	13.456.273.037	1.137.973.854	14.594.246.891
Outros fins			-	5.084.454.915	453.429.068	5.537.883.983	5.084.454.915	453.429.068	5.537.883.983
	-	-	-	18.540.727.952	1.591.402.922	20.132.130.774	18.540.727.952	1.591.402.922	20.132.130.774
	2.940.944.498	149.000	2.941.094.183	28.953.890.332	3.592.111.351	34.351.081.684	32.294.834.927	4.398.360.970	37.693.175.797

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Segmento	Esposição Total 31.12.2018	Dias de atraso <90		Sub-total	Dias de atraso <=90*	Dias de atraso >90 dias	Imparidade Total 31.12.2018	Dias de atraso<30	Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso >90 dias
		Baixo risco de crédito	Aumento Significativo risco de crédito								
Construção e CRE	4.768.709.661	2.117.333.528	708.133.903	2.825.467.431	500.445.754	1.943.242.230	1.618.130.492	389.887.088	820.544	294.185.759	1.227.422.860
Consumo e outros part.	5.966.773.701	5.569.236.622	138.620.315	5.707.856.937	51.457.126	258.916.764	185.992.585	48.947.112	954.097	10.441.179	136.081.701
Empresas (exc. Const e CRE)	11.170.324.443	8.983.777.552	1.224.926.932	10.208.704.483	869.752.208	961.619.960	823.020.720	263.765.213	29.129.447	168.352.883	529.045.613
Habitação	14.767.312.440	13.509.396.227	333.423.754	13.842.819.981	136.010.198	924.492.459	603.435.668	106.649.920	2.902.470	15.645.929	493.883.277
Total	**36.673.120.246**	**30.179.743.929**	**2.405.104.903**	**32.584.848.832**	**1.557.665.286**	**4.088.271.414**	**3.230.579.464**	**809.249.334**	**33.806.558**	**488.625.750**	**2.386.433.451**

Ano de produção	Empresas (exc. Const e CRE)			Construção e CRE			Habitação			Consumo e outros part.		
	Número de operações	Montante	Imparidade Constituida	Número de operações	Montante	Imparidade Constituida	Número de operações	Montante	Imparidade Constituida	Número de operações	Montante	Imparidade Constituida
2009 e anteriores	246	599.321.660	94.154.620	73	1.488.509.195	991.704.633	2266	4.876.616.985	239.815.980	12502	282.207.240	46.808.796
2010	54	498.351.671	185.224.751	12	497.910.195	236.329.645	409	1.477.679.459	101.806.796	1365	69.503.612	25.008.434
2011	73	867.457.760	106.529.424	15	82.061.351	36.012.364	384	1.530.087.768	92.512.397	1580	70.874.529	7.688.535
2012	66	1.108.299.639	178.704.138	18	171.639.079	45.617.436	255	1.137.529.310	82.248.822	1353	114.838.255	23.844.502
2013	58	341.030.377	55.972.936	13	41.640.018	9.673.931	190	885.379.849	45.331.327	1418	117.277.327	15.086.847
2014	70	372.856.824	58.168.295	20	200.623.430	31.970.809	182	715.440.287	13.356.935	1556	161.425.801	7.714.753
2015	161	954.937.219	14.068.423	36	399.718.976	133.635.883	168	702.757.000	10.636.913	2219	392.169.685	16.628.606
2016	234	1.401.430.645	53.167.911	47	860.198.784	9.807.242	252	758.158.762	9.957.727	3306	777.999.743	13.224.361
2017	308	1.561.704.257	15.505.086	58	383.216.745	7.367.477	216	902.913.098	6.737.955	4591	1.564.661.309	15.067.555
2018	420	3.464.047.641	71.593.910	77	644.078.640	74.325.694	432	1.780.749.922	11.095.085	4473	2.415.816.199	15.085.854
Total	**1.690**	**11.169.437.692**	**833.089.493**	**369**	**4.769.596.412**	**1.576.445.114**	**4.754**	**14.767.312.440**	**613.499.936**	**34.363**	**5.966.773.701**	**186.158.243**

Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento e setor (continuação)

Segmento	Empresas (exc. Const e CRE)		Construção e CRE		Habitação		Consumo e outros part.		Total	
31.12.2018	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação										
Colectiva	9.685.235.789	288.503.035	2.221.854.281	69.149.644	14.685.713.889	560.292.203	5.922.708.262	175.717.065	32.515.512.220	1.093.661.947
Individual	1.484.201.904	544.586.458	2.547.742.131	1.507.295.470	81.598.551	53.207.733	44.065.439	10.441.179	4.157.608.026	2.115.530.839
Total	11.169.437.692	833.089.493	4.769.596.412	1.576.445.114	14.767.312.440	613.499.936	5.966.773.701	186.158.243	36.673.120.246	3.209.192.786

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e colectivamente, por segmento e setor (continuação)

Sector

	G-Comércio por grosso e a retalho		F-Construção		R-Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas		I-Atividades de alojamento e restauração		Q-Serviços de saúde humana e atividades de ação social		C-Indústrias transformadoras		P-Educação		H-Transportes e armazenagem	
31.12.2018	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação																
Colectiva	1.997.652.469	130.818.606	916.268.940	22.436.800	46.374.563	3.767.745	1.070.798.538	32.032.660	813.534.741	24.997.619	860.001.280	29.774.534	46.935.383	3.089.403	1.247.986.751	27.161.743
Individual	955.348.061	296.474.977	743.046.814	372.227.361	0		196.614.316	60.172.849	0		267.447.616	113.259.333	0		121.320.382	95.497.998
Total	2.953.000.530	427.293.582	1.659.315.753	394.664.161	46.374.563	3.767.745	1.267.412.854	92.205.509	813.534.741	24.997.619	1.127.448.896	143.033.868	46.935.383	3.089.403	1.369.307.133	122.659.741

Continua abaixo...

A-Agricultura, silvicultura e pesca		J-Informação e comunicação		E-Abastecimento de água		L-Atividades imobiliárias		O-Administração pública e defesa, segurança social obrigatória		S-Outros serviços		B - Industrias Extractivas		D - Eletrecidade, Gas, Vapor, Água quente e fria e ar frio	
Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
72.344.830	2.878.290	787.990.612	21.252.666	9.591.430	62.717	759.648.807	22.560.100	2.596.255.288	2.860	79.452.864	1.533.105	38.840.471	277.484	19.435.427	274.835
0		56.605.962	20.297.882	0		1.525.017.198	1.033.974.626	0		77.529.210	11.473.169	0		0	
72.344.830	2.878.290	844.596.574	41.550.547	9.591.430	62.717	2.284.666.005	1.056.534.726	2.596.255.288	2.860	156.982.073	13.006.275	38.840.471	277.484	19.435.427	274.835

Continua abaixo...

K - Atividades financeiras e de seguros		M - Atividades de consultoria, cientificas, técnicas e similares		N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio		Total Não Particular	
Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
20.933.278	191.396	250.118.668	27.385.860	272.925.729	7.154.256	11.907.090.069	357.652.679
0		24.499.809	16.012.316	64.514.668	32.491.417	4.031.944.035	2.051.881.928
20.933.278	191.396	274.618.477	43.398.176	337.440.397	39.645.673	15.939.034.105	2.409.534.607

Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada

	31.12.2018											
	Exposição com baixo risco de crédito			Exposição com aumento significativo de risco de c			Exposições em situação de imparidade			Total		
Medida	Número de operaçoes	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	7	27.459.027	130.930	2	122.707.590	1.293.191	39	274.912.415	87.972.963	48	425.079.032	89.397.083
Periodo de carência	0	-	-	17	14.754.534	11.702	0	-	-	17	14.754.534	11.702
Redução da taxa de juro	6	23.655.945	6.159.083	2	2.704.704	152.213	7	201.592.494	71.180.999	15	227.953.142	77.492.296
Outros	20	138.384.397	421.420	18	72.871.563	1.546.406	125	1.249.691.622	661.674.886	163	1.460.947.583	663.642.712
Total	**33**	**189.499.369**	**6.711.434**	**39**	**213.038.391**	**3.003.512**	**171**	**1.726.196.532**	**820.828.847**	**243**	**2.128.734.292**	**830.543.793**

Movimentos de entradas e saidas na carteira de crédito reestruturado

	31.12.2018
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	2.009.127.136
Créditos reestruturados no periodo	625.626.671
Juros corridos da carteira reestruturada	3.208.945
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	-255.901.399
Créditos reclassificados de reestruturado para "normal"	-253.327.062
Outros	-
Saldo Final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	**2.128.734.292**

31.12.2018	**Empresas (exc. Const e CRE)**				**Construção e CRE**				**Habitação**			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
Justo valor	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
0,5 MCVE	17	202.122.658	72	1.843.006.475	5	16.889.898	7	78.536.002	800	1.429.012.687	11	16.918.049
>= 0,5 MCVE e < 1 MCVE	10	6.585.827	22	16.048.752	1	52.271	6	2.232.361	53	92.286.833	3	1.604.344
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	206	462.811.696	51	82.957.103	37	55.714.204	20	36.613.872	1217	2.631.443.970	19	41.759.929
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	130	463.111.437	11	53.661.750	24	72.036.685	5	42.495.645	1561	5.392.020.115	2	11.966.533
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	148	689.254.186	8	93.119.414	31	126.763.958	1	11.469.998	732	3.418.774.131	2	15.024.908
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	123	1.218.098.239	0	-	39	618.488.717	-	-	206	1.355.515.468	-	-
>= 50 MCVE	75	2.928.582.318	2	12.381.846	35	3.422.202.811	-	-	16	206.174.624	-	-
Total	709	5.970.566.362	166	2.101.175.340	172	4.312.148.542	39	171.347.877	4.585	14.525.227.828	37	87.273.762

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Rácio de Cobertura pela garantia de operações dos segmentos de Empresas (exc. Const e CRE), construção, cre e OAE e Ha

		Empresas não-financeiras				
		31.12.2018				
	Segmento / Rácio	Número de imóveis	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	exposições em situação de imparidade	imparidade
	Empresas (exc. Const e CRE)					
Sem colateral associado	Sem colateral associado	-	3.085.204.241	15.697.302	48.794.447	81.475.111
1	>= 150%	552	2.664.771.796	357.170.358	192.077.005	311.601.346
2	<= 150% e > 125%	48	433.524.908	24.321.724	144.486.860	68.492.617
3	<= 125% e > 100%	41	456.734.297	353.193.066	84.819.047	110.117.410
4	< 100%	60	2.435.531.261	170.052.261	375.059.126	260.403.009
	Construção e CRE					
Sem colateral associado	Sem colateral associado	-	253.837.815	88.671	31.951.340	28.736.648
1	>= 150%	135	1.367.305.253	59.048.157	1.028.675.328	611.021.734
2	<= 150% e > 125%	4	30.029.198	845.242	10.907.299	4.266.831
3	<= 125% e > 100%	14	90.919.173	4.912.717	333.809.548	267.721.556
4	< 100%	19	303.359.514	10.088.531	1.343.618.427	664.698.306
	Habitação					
Sem colateral associado	Sem colateral associado	-	143.761.920	0	11.048.930	10.009.999
1	>= 150%	2.626	6.491.619.093	192.225.376	564.945.418	240.651.828
2	<= 150% e > 125%	434	2.007.377.065	37.934.901	94.017.864	51.647.730
3	<= 125% e > 100%	468	2.193.636.972	50.089.253	180.149.282	109.858.306
4	< 100%	1.055	2.415.706.310	66.131.354	318.668.703	201.332.072

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica é composta por terrenos detidos pelo Banco, reclassificados de "Outros ativos tangíveis" na transição para as NIRF.

9 OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros ativos tangíveis" nos exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018							
	Saldo em 31.12.2017							
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Transfe-rências	Reclassi-ficações	Amortiza-ções do exercício	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2018
Imóveis de serviço próprio								
Terrenos	75.034	-	-	-	-	-	-	75.034
Edifícios	2.292.915	(700.893)	-	-	-	(44.538)	-	1.547.484
Obras em imóveis arrendados	408.732	(330.791)	-	-	-	(24.750)	-	53.191
Equipamento								
Mobiliário e material de escritório	262.539	(210.040)	907	-	-	(14.288)	(5)	39.134
Máquinas e ferramentas	45.783	(40.224)	2.924	-	-	(2.224)	-	6.258
Equipamento informático	227.636	(194.186)	2.715	4.827	-	(26.416)	(30)	14.546
Instalações interiores	183.632	(159.386)	1.618	-	-	(10.019)	-	15.834
Material de transporte	206.604	(134.834)	38.925	-	-	(15.589)	(7.199)	87.905
Equipamento de segurança	173.194	(95.617)	5.973	2.711	-	(28.142)	-	58.120
Outro equipamento	147.554	(119.295)	2.975	7.214	-	(9.242)	-	29.207
Activos tangíveis em curso	11.657	-	3.500	(10.161)	-	-	-	4.996
	4.035.281	(1.985.277)	59.534	4.590	-	(175.186)	(7.234)	1.931.705

	2017							
	Saldo em 31.12.2016							
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Transfe-rências	Reclassi-ficações	Amortiza-ções do exercício	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2017
Imóveis de serviço próprio								
Terrenos	75.034	-	-	-	-	-	-	75.034
Edifícios	2.283.840	(684.962)	1.223	45.422	-	(43.602)	-	1.592.022
Obras em imóveis arrendados	408.732	(302.759)	-	-	-	(28.032)	-	77.941
Equipamento								
Mobiliário e material de escritório	245.754	(192.974)	7.860	3.275	4.247	(15.639)	(24)	52.499
Máquinas e ferramentas	46.516	(41.364)	2.858	-	-	(2.461)	(1)	5.559
Equipamento informático	256.797	(183.896)	5.973	4.206	(3.937)	(44.402)	(1.288)	33.450
Instalações interiores	175.631	(150.167)	2.585	6.561	-	(10.349)	(25)	24.236
Material de transporte	199.124	(127.756)	23.050	-	-	(20.599)	(2.050)	71.770
Equipamento de segurança	140.342	(74.339)	9.152	23.176	510	(21.264)	-	77.577
Outro equipamento	136.428	(116.009)	8.545	8.776	(310)	(9.274)	103	28.260
Activos tangíveis em curso	91.758	-	25.831	(91.940)	(2.517)	-	(11.276)	11.857
	4.060.056	(1.884.216)	86.877	(525)	(2.007)	(195.621)	(14.561)	2.050.005

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos tangíveis em curso referem-se essencialmente a obras em curso em agências do Banco e à aquisição de equipamento informático que ainda não tinha entrado em funcionamento no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Banco tem registada imparidade para imóveis de serviço próprio no montante de mCve. 37.671 (Nota 16).

10. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos "Ativos intangíveis" nos exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018						
	Saldo em 31.12.2017						
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transfe-rências	Reclassi-ficações	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2018
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	316.837	(290.534)	23.803	15.412	-	(15.064)	50.454
Outros activos intangíveis	13	(13)	-	-	-	-	-
Activos intangíveis em curso	35.850	-	6.065	(20.002)	-	-	21.913
	352.700	(290.547)	29.868	(4.590)	-	(15.064)	72.367

	2017						
	Saldo em 31.12.2016						
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transfe-rências	Reclassi-ficações	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2017
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	303.816	(280.595)	8.350	6.981	-	(12.249)	26.303
Outros activos intangíveis	13	(13)	-	525	(510)	(15)	-
Activos intangíveis em curso	29.760	-	13.072	(6.981)	-	-	35.850
	333.589	(280.608)	21.421	525	(510)	(12.264)	62.153

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018						
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Data	Activo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
Garantia - Companhia de Seguros de CaboVerde, S.A.R.L.	25%	100.000	270.715	31/12/2018	2.982.689	145.855	1.210.835
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L	10%	10.000	87.974	31/12/2018	1.380.821	217.438	889.623
CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.		-	-				
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.			-				
		110.000	358.689				

	2017						
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Data	Activo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
Garantia - Companhia de Seguros de CaboVerde, S.A.R.L.	25%	100.000	243.121	31/12/2017	2.904.326	121.943	1.189.886
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L	10%	10.000	77.852	31/12/2017	1.436.795	198.500	775.826
CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	15%	15.000	-	31/12/2017			
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	100%	30.000	-				
		155.000	320.973				

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.

Em 30 de abril de 2014, o Banco vendeu 20.000 ações, representativas de 10% do capital social da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. (Garantia), pelo montante de mCve. 123.497, passando a deter uma percentagem de participação no capital de 25%, tendo a operação gerado uma mais-valia de mCve. 66.884.

Em 8 de maio de 2014, a Garantia vendeu à Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) 89.504 ações representativas de 6,576% do capital social do Banco, pelo montante de mCve 313.635, reduzindo a sua participação no Banco de 12,5% para 5,76%. A operação gerou uma redução do valor de balanço no montante de mCve. 22.376, a qual foi registada por contrapartida de Capital Próprio. Adicionalmente, a venda dessa participação originou uma mais valia nas contas da Garantia que foi registada pelo Banco por contrapartida de Capital Próprio na proporção da sua participação na Garantia ascendendo a cerca de mCve. 56.000.

A participação cruzada é tomada em consideração na determinação do valor do investimento do Banco na Garantia.

SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.

O Banco classificou a participação na SISP como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de direção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na atividade da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.

A 04 de Agosto de 2017 a Sociedade Promoleasing foi dissolvida, passando a totalidade do seu ativo e responsabilidades para o BCA, que passou a oferecer diretamente o Produto Leasing aos seus clientes.

CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.

O BCA alienou em 17 outubro de 2017 as 14.758 ações que detinha na Sociedade pelo valor de mCVE 11.305.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2018 e 2017 e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras do Banco pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Garantia	SISP	CVGARANTE	Promoleasing	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	203.179	61.118	12.383	31.896	308.577
Movimentos registados directamente por contrapartida de capital próprio	9.203	(1.733)		487	7.957
Resultados em associadas referente a exercícios anteriores	28.796	16.831	(916)	314	45.025
Resultados em associadas no exercício	(15.992)	(8.603)			
Dividendos recebidos					(24.595)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	225.186	67.613	11.467	32.697	336.964
Movimentos registados directamente por contrapartida de capital próprio			(11.467)	(32.697)	(44.164)
Resultados em associadas referente a exercícios anteriores	5.964				5.964
Resultados em associadas no exercício	29.247	19.950			49.197
Dividendos recebidos	(17.278)	(9.709)			(26.987)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	243.121	77.852	-	-	320.974
Movimentos registados directamente por contrapartida de capital próprio	9.582	0			9.582
Resultados em associadas referente a exercícios anteriores	-	-			-
Resultados em associadas no exercício	36.304	20.087			56.390
Dividendos recebidos	(18.291)	(9.966)			(28.257)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	270.715	87.974	-	-	358.689

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTOS DIFERIDOS

O Banco encontra-se sujeito ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC).
No exercício de 2018 a Taxa de Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR) fixou-se em 25% e a uma taxa de incêndio em 2% o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.
Com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2019, a partir de janeiro 2019 a taxa do IUR alterou de 25% para22%, sendo que considerando que a taxa de incêndio se mantém em 2%, a taxa agregada de imposto em 2019 fixou-se em 22,4%.

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento e ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 eram os seguintes:

	2018	2017
Activos por impostos correntes		
IUR a recuperar de 2018	4.788	
IUR a recuperar de 2017		14.185
	4.788	14.185
Pagamento por contas		
. Exercício de 2018	29.398	
	34.186	**14.185**
Passivos por impostos correntes	(25.526)	67.004
Activos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	80.498	3.245
Passivos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	(188.419)	(205.591)
	(107.921)	(202.346)

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2018			
		Variação em		
	Saldo em 31.12.2017	Capital Próprio	Resultados	Saldo em 31.12.2018
Ajustamentos de conversão para as NIRF	-	-	-	-
Movimentos efectuados por reservas				
Desvios actuariais de responsabilidades com saúde e assistência médica	(196.452)	100.827	-	(95.625) -
Valorização de investimentos em associadas	(9.283)	(2.443)	-	(11.726)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(4.508)	(3.959)	-	(8.468)
	(210.244)	94.425	-	(115.819)

Banco Comercial Atlântico, S.A.
Nota 12 a)

	Saldo em 31.12.2016	Capital Próprio	Resultados	Saldo em 31.12.2017
Ajustamentos de conversão para as NIRF				
Movimentos efectuados por reservas				
Desvios actuariais de responsabilidades com saúde e assistência médica	(193.973)	(2.479)	-	(196.452)
Valorização de investimentos em associadas	(7.762)	(1.521)		(9.283)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(3.448)	(1.060)		(4.508) -
	(205.183)	(5.061)		(210.244)

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de janeiro de 2008 com efeitos no capital próprio, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorreram para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos.

A reconciliação entre a taxa de nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2018 e 2017 pode ser demonstrada como se segue:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2018		2017	
Resultado antes de impostos		(122.546)		292.006
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,50%	-	25,50%	74.462
Benefícios fiscais:				
. Rendimentos dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	7,38%	(9.047)	-0,87%	(2.555)
. Valias realizadas com a alienação de partes de capital				
. Rendimento de obrigações admitidas à cotação	33,25%	(40.750)	-14,18%	(41.404)
. Donativos	0,21%	(252)	-0,26%	(770)
. Dividendos	12,08%	(14.781)	-4,30%	(12.545)
. Outros	18,67%	(22.877)	-0,15%	(447)
Encargos não aceites fiscalmente	-14,83%	18.172	13,45%	39.267
Prejuizo fiscal/ (Dedução de prejuizo fiscal)			0,00%	
Imposto sobre o lucro do exercício	82,24%	-	19,18%	56.006
Impostos Das Obrigações Com Benefícios	0,00%	-	0,00%	
Tributaçao Autónoma	-0,08%	99	0,25%	773
Imposto a pagar	82,16%	99	19,44%	56.781

Com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2015 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC), o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à dedutibilidade de custos com imparidade para crédito e benefícios dos empregados, considerando que para efeitos fiscais seriam aceites as imparidades calculadas nos termos previstos na IFRS9, e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Nos termos da legislação que estava em vigor até 31 de dezembro de 2014, o Banco beneficiava de isenções relativas aos seguintes rendimentos:

- rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira;
- dividendos recebidos; e
- rendimento de obrigações, que não sejam de dívida pública, admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde, durante três anos a contar da sua entrada em funcionamento efetivo. Estes rendimentos, dependendo do ano de emissão, beneficiam ainda de taxas reduzidas de imposto.

Por este motivo a carga fiscal apresentada pelo Banco até ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi inferior à taxa normal de tributação.

Com a entrada em vigor do Código do IRPC no exercício de 2015, o Banco deixou de beneficiar de isenções sobre alguns rendimentos, com exceção do Títulos Consolidados de Mobilização Financeira, cujos rendimentos continuaram a ser isentos, por estes títulos terem sido obtidos antes de 31 de dezembro de 2014.

O Código do IRPC prevê que os prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores apurados no âmbito do IUR podiam ser deduzidos nos três exercícios seguintes, nos termos do regime.

	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Correcção pensões e saúde		-	-	-		-
Outras correcções		-	-	-		-
		-	-			-
Activos por impostos correntes						
- IUR a recuperar				14.185		14.185
- Retenções na fonte do exercício				-	4.788	4.788
				14.185	4.788	18.973
Garantias prestadas	-	-	-	-		-
Crédito de imposto	-	-	-	-		-
				14.185	4.788	18.973

Em 8 de março de 2017 o Banco recebeu uma comunicação da Direção Nacional da Receita do Estado (DNRE) onde é referido que, considerando a existência de fundamentos na lei fiscal que suportam a pretensão do BCA de dedutibilidade dos custos com pensões e saúde incorridos e apresentados no período acima, concede ao BCA o direito à dedução dos mesmos. Saliente-se que esta comunicação vem reforçar a decisão do Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Sotavento de 4 novembro de 2016, ao considerar a impugnação do BCA totalmente procedente por provada, anulando o ato de fixação da matéria coletável de 2013 e correspondente liquidação, conforme acima referido.

Entretanto, a 09 de agosto de 2017 foi assinado um Acordo entre o Ministério das Finanças e o BCA, no qual foi reconhecida a dívida relativamente aos Impostos efetivamente pagos pelo BCA e Não Devidos ou Garantidos, relativos às contribuições extraordinárias para o Sistema Privativo de Pensões do BCA, com referência ao período 2005-2014, totalizando o valor de CVE 1.073.423.609, a qual deverá ser amortizado no prazo de 07 anos, contados a partir de 01.01.2018 e à taxa de juros de 3,5% ao ano. No âmbito do mesmo Acordo foram feitas também a devolução ao BCA de duas Garantia Bancárias no valor de CVE 233.044.734.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

13. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Outros activos		
Bens arrematados	1.601.570	1.138.726
Património artístico	10.923	10.923
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	950	742
Devedores e outras aplicações		
Devedores diversos		
. Estado	1.007.502	1.151.009
. Outras entidades	59.893	215.967
Bonificações a receber		
. Do Estado	1.049.744	1.093.248
. De outras entidades	4.411	3.473
Adiantamentos a fornecedores de activos fixos	10.659	13.776
Despesas com encargo diferido		
. Seguros	36.975	38.046
. Outros	19.667	18.640
	3.802.295	3.684.551
Imparidade de outros activos (Nota 16):		
. Imóveis recebidos em dação	(213.571)	(159.232)
. Outros activos	(42.270)	(101.159)
	(255.841)	(260.391)
	3.546.454	3.424.160

As bonificações a receber do Estado de Cabo Verde são relativas a crédito e depósitos, sendo calculadas ao abrigo da legislação em vigor em Cabo Verde. Os saldos registados correspondem aos montantes reclamados pelo Banco desde o início de 2000. O reembolso destes montantes foi alvo de negociações com a Direção Geral do Tesouro, que já confirmou a totalidade dos saldos em dívida até a 31 de dezembro de 2016, no montante global de mCve 1.093.248. A 09 de agosto de 2017 foi assinado um Acordo entre o Ministério das Finanças e o BCA, no qual foi referido que o valor de CVE 1.093.247.797 deverá ser amortizado no prazo de 12 anos, contados a partir de 01.01.2018 e à taxa de juros de 4,375% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os imóveis recebidos em dação apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Banco:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Ano de aquisição	2018 Valor bruto	2018 Imparidade	2018 Valor líquido	2017 Valor bruto	2017 Imparidade	2017 Valor líquido
anterior a 2012	36.625	(36.625)	-	36.471	(36.293)	178
2012	26.937	(13.411)	13.525	-	-	-
2013	40.467	(10.062)	30.405	26.909	(13.411)	13.497
2014	900.584	(94.205)	806.378	40.378	(10.062)	30.316
2015	21.759	(6.703)	15.056	963.551	(96.066)	867.485
2016	28.352	-	28.352	21.685	(3.400)	18.285
2017	546.846	(52.564)	494.282	49.733	-	49.733
	1.601.570	(213.571)	1.387.999	1.138.726	(159.232)	979.494

No exercício de 2018 o movimento ocorrido nos imóveis recuperados pode ser apresentado como se segue:

	Saldo em 31.12.2017 Valor bruto	Saldo em 31.12.2017 Imparidades	Recuperações	Alienações	Transferencias	Perdas por imparidade	Saldo em 31.12.2018 Valor bruto	Saldo em 31.12.2018 Imparidade
Terrenos	882.656	(104.725)	46.974	-	-		929.630	(104.725)
Edifícios habitacionais	188.552	(68.492)	54.766	(30.676)	-		190.642	(68.492)
Outros Edifícios	69.518	13.985	449.638	(57.856)	-		461.298	13.985
Viaturas	-	-	-	-	-		-	-
	1.138.726	(159.232)	551.378	(88.532)	-	-	1.601.570	(159.232)

O valor contabilístico bruto destes imóveis em 31 de dezembro de 2018 e 2017 ascende a mCve 1.601.570 e mCve 1.138.726, respetivamente.

No exercício de 2018, as menos-valias líquidas obtidas na alienação de imóveis obtidos por recuperação de crédito ascenderam a mCVE 18.319 (mais-valias de Cve. 478) (Nota 26).

Detalhe do justo valor e valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e por antiguidade

Ativo	31.12.2018 Número de imóveis	Justo Valor do ativo	Valor contabilístico
Terreno			
Urbano	18	1.212.725.136	893.376.760
Rural	2	26.253.000	33.172.343
Edifícios em desenvolvimento			
Comerciais	0	-	-
Habitação	1	418.099.905	204.962.000
Outros	0	-	-
Edifícios construídos			
Comerciais	2	73.688.200	8.000.000
Habitação	31	418.265.477	220.609.221
Outros	12	468.971.397	241.449.728
Total	**66**	**2.618.003.115**	**1.601.570.052**

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Detalhe do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e por imparidade (*continuação*)

Tempo decorrido desde a dação / execução	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	Total
Terreno					
Urbano	31.487.394	-	764.041.159	-	795.528.553
Rural	12.939.183	-	-	10.148.455	23.087.638
Edifícios em desenvolvimento					
Comerciais	-	-	-	-	-
Habitação	204.962.000	-	-	-	204.962.000
Outros	-	-	-	-	-
Edifícios construídos					
Comerciais	8.000.000	-	-	-	8.000.000
Habitação	77.543.791	27.351.683	87.798.809	3.376.685	196.070.968
Outros	159.349.878	1.000.000	-	-	160.349.878
Total	**494.282.246**	**28.351.683**	**851.839.968**	**13.525.140**	**1.387.999.036**

Detalhe do justo valor dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e por antiguidade (*continuação*)

Tempo decorrido desde a dação / execução	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	Total
Terreno					
Urbano	7.000.001	-	1.200.587.635	5.137.500	1.212.725.136
Rural	13.553.000	-	-	12.700.000	26.253.000
Edifícios em desenvolvimento					
Comerciais	-	-	-	-	-
Habitação	418.099.905	-	-	-	418.099.905
Outros	-	-	-	-	-
Edifícios construídos					
Comerciais	41.636.200	-	32.052.000	-	73.688.200
Habitação	111.494.810	66.765.188	231.542.591	8.462.888	418.265.477
Outros	393.338.200	6.841.000	-	68.792.197	468.971.397
Total	**985.122.116**	**73.606.188**	**1.464.182.226**	**95.092.585**	**2.618.003.115**

14 RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Depósitos à ordem		
. De instituições de crédito no país	149.809	1.219.257
. De instituições de crédito no estrangeiro	20.649	34.808
Depósitos a prazo		
. De instituições de crédito no País	85.170	85.170
Empréstimos		
. De Organismos Financeiros Internacionais	115.544	213.258
Juros a pagar	1.000	516
	372.172	1.553.009

Em 9 de dezembro de 2009, o Banco, o Banco Interatlântico e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma 2ª linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 10.000.000 Euros, para apoio a projetos de desenvolvimento dos municípios de caráter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 30 de junho de 2014, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,68%. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Banco tinha esta linha utilizada em 1.047.872,53 e 1.934.052,35 Euros (mCve. 115.544 e 213.258, respetivamente), registados na rubrica "Empréstimos de Organismos Financeiros Internacionais"

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Depósitos de poupança		
. De emigrantes	3.316.290	3.130.621
. De residentes	1.154.833	1.144.747
	4.471.124	4.275.368
Outros depósitos à vista		
Depósitos à ordem		
. De residentes	23.304.592	21.189.901
. De emigrantes	10.415.805	9.136.270
. De não residentes	3.046.398	2.909.494
	36.766.795	33.235.665
Depósitos obrigatórios	177.358	146.884
	36.944.153	33.382.548
Outros depósitos a prazo		
Depósitos a prazo		
. De emigrantes	23.671.379	24.726.466
. De residentes	11.037.999	11.289.112
. De não residentes	1.378.319	1.504.409
	36.087.696	37.519.987
Outros recursos:		
Titulo cedidos com acordo de recompra:		
. Obrigações do Tesouro (Nota 7)		100
Cheques e ordens a pagar	16.334	52.439
	77.519.307	75.230.442
Juros a pagar	433.660	631.470
	77.952.967	75.861.912

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os depósitos à ordem não são remunerados, com exceção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

16. PROVISÕES E IMPARIDADES

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	2018								
	Saldos em 31.12.2017	Transição para a IFRS9 Com impactos em capitais próprios	Dotações liquidas em resultados	Custos com pessoal (Nota 28)	Utilizações	Transferência	Outros (Nota 29)	Saldos em 31.12.2018	Recuperações de créditos abatidos
Imparidade									
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	4.116.648	(129.882)	58.891	-	(707.442)	(4.541)		3.266.674	89.388
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	10.841		-	-		(10.841)	-	-	
Imparidade de activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral (Nota 5)						10.841		10.841	
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 10)	37.671		-	-	-		-	37.671	
Imparidade de outros activos (Nota 14)	260.391		8.652	-	(11.203)		-	255.841	
	4.425.551	(129.882)	67.543	-	(778.645)	(4.541)	-	3.571.027	
Provisões									
Provisões para encargos com benefícios a empregados (Nota 29)									
Pensões de reforma	5.016.680		-	1.635.080	(230.074)		342.579	6.723.654	
Assistência médica	236.407		(12.553)	19.213	(27.712)		34.736	250.090	
	5.253.087		(12.553)	1.824.281	(258.386)		377.316	6.983.744	
Processos Judiciais	1.970		1.881	-	-		(47)	3.803	
Extrapatrimoniais	54.408		(26.553)	-	-	4.541		32.396	
Contingências fiscais	-		-	-	-		-	-	
Riscos Bancários Gerais	-		22.182	-	(96)		-	22.086	
	5.309.464		(37.226)	1.824.281	(258.386)	4.541	377.268	7.042.008	
	9.735.015	(129.882)	28.317	1.824.281	(1.037.031)		377.268	10.613.035	

	2017						
	Saldos em 31.12.2016	Dotações liquidas em resultados	Custos com pessoal (Nota 28)	Utilizações	Outros (Nota 29)	Saldos em 31.12.2017	Recuperações de créditos abatidos
Imparidade							
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	3.819.549	460.584		(109.078)	(54.408)	4.116.648	37.444
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	10.841	-	-	-	-	10.841	
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 9)	37.671	-	-	-	-	37.671	
Imparidade de outros activos (Nota 13)	246.463	16.710	-	(812)	(1.970)	260.391	
	4.114.524	477.295	-	(109.891)	(56.377)	4.425.551	
Provisões							
Provisões para encargos com benefícios a empregados: (Nota 29)							
Pensões de reforma	4.908.721	-	319.773	(220.114)	8.300	5.016.680	
Assistência médica	260.671	-	9.703	(23.956)	(10.011)	236.407	
	5.169.392	-	329.476	(244.070)	(1.711)	5.253.087	
Processos Judiciais	-	-	-	-	1.970	1.970	
Provisões para Crédito por Assinatura	-	-	-	-	54.408	54.408	
Contingências fiscais	49.723	(49.723)	-	-	-	0	
	5.219.115	(49.723)	329.476	(244.070)	54.667	5.309.464	
	9.333.639	427.572	329.476	(353.961)	(1.710)	9.735.015	

17. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Durante o exercício de 2010, o Banco emitiu 500.000 obrigações subordinadas com um valor nominal de 1.000 Escudos de Cabo Verde cada. Nos termos das condições definidas na emissão, o empréstimo tem um prazo de 7 anos e vence juros a uma taxa de juro nominal crescente a começar em 5,75% para o 1.º e 2.º cupão até 6,25% para o 7.º cupão. O reembolso do capital foi realizado de forma parcial em prestações semestrais de mCve. 50.000 a partir do 5.º semestre (inclusive). Existia a opção de reembolso antecipado dois anos após a data de emissão, e a partir dessa data de seis em seis meses, mediante o pagamento de um prémio de 0,5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.

A obrigação foi completamente amortizada a 21.12.2017, como tinha sido previsto.

18. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Credores		
Recursos - conta activa	141.243	144.600
Recursos - conta caução	5.149	2.242
Outras exigibilidades		
Retenção de impostos na fonte	44.334	52.068
Previdência social	17.658	17.026
Outros	(23.036)	(37.512)
Encargos a pagar		
Gastos com pessoal		
. Prémios de produtividade	-	24.602
. Férias não gozadas	2.634	2.500
Gastos gerais administrativos	11.867	13.432
Outros	27.649	49.427
Receitas com rendimento diferido		
Anuidades de cartões	28.733	23.445
Comissões de abertura de créditos em conta corrente	12.065	14.400
De garantias prestadas	4.167	4.948
Outros		8
Operações passivas a regularizar	4.759	5.869
Outras contas de regularização	128.722	349.410
	405.941	666.464

A rubrica "Outras contas de regularização" inclui as compensações interbancárias efetuadas no último dia do ano de 2018, que são regularizadas no mês seguinte.

19. CAPITAL

O capital do Banco em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está representado por 1.324.765 de ações com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a estrutura acionista do Banco é a seguinte:

	2018		2017	
Entidade	Número de acções	%	Número de acções	%
Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Banco Interatlântico, S.A.R.L.	697.446	52,65%	697.446	52,65%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	89.504	6,76%	89.504	6,76%
Estado de Cabo Verde ("Golden Share")	-	-	-	-
INPS- Instituto Nacional de Previdência Social	166.078	12,54%	166.078	12,54%
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	76.322	5,76%	76.322	5,76%
Outros accionistas	295.415	22,30%	295.415	22,30%
	1.324.765	100,0%	1.324.765	100,0%

O capital social do Banco é representado por 1.324.765 (um milhão, trezentos e vinte e quatro mil e setecentos e sessenta e cinco) ações, nominativas e ao portador, com o valor nominal de 1.000$00 (mil escudos) cada, distribuído da seguinte forma: a) 525.000 (quinhentos e vinte e cinco mil) ações nominativas; b) 799.765 (setecentos e noventa e nove mil e setecentos e sessenta e cinco) ações ao portador.

20. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCICIO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de reservas, resultados transitados e resultado do exercício têm a seguinte composição:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2018	2017
Reservas de justo valor		
. Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
- De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)		17.680
- De activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
Instrumentos de Capital (Nota 5)	26.893	
Ajustamento risco de crédito de ativos financeiros ao justo valor através	10.841	
através outro rendimento integral IFRS 9 (nota 5)		
Outros		
	37.734	17.680
. Reservas por impostos diferidos		
- Por diferenças temporárias resultantes da valorização		
ao justo valor (Nota 12)	(8.468)	(4.508)
	29.267	13.172
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	873.016	849.493
. Outras reservas:		
. Desvios actuariais de responsabilidades com pensões e assistência médica (Nota 30)	426.137	770.403
. Reservas por impostos diferidos - por desvios actuariais (Nota 12)	(95.625)	(196.452)
. Outras reservas	2.611.873	3.626.716
	2.942.385	4.200.667
. Resultados transitados	128.882	(1.174.877)
	3.973.549	3.888.455
Resultado do exercício	(112.025)	235.224
	3.861.524	4.123.678

Reserva legal

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 62/VIII de 23 de abril, Artº 42), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

21. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	2.495.664	2.532.765
. Crédito ao exterior	30.023	29.027
. Crédito ao pessoal	57.394	57.514
. Crédito vencido	13.513	15.518
Juros de outros créditos e valores a receber (titulados)	641.375	606.244
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	126.434	63.442
Juros de aplicações no Banco de Cabo Verde		
. Títulos de intervenção monetária	25.034	11.217
. Títulos de regularização monetária	209	358
. Títulos do Tesouro		-
. Aplicações a muito curto prazo	13.745	22.194
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	24.306	13.391
Outros juros e rendimentos similares	48	23
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	135.326	117.250
	3.563.071	3.468.943

22. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Juros de depósitos à ordem		
. Banco de Cabo Verde		
Juros de operações de venda com acordo de recompra		
. Obrigações do Tesouro	5	6
Juros de depósitos de poupança		
. De emigrantes	87.437	111.256
. De residentes - Poupança Jovem	39.269	52.794
Juros de depósitos a prazo		
. De emigrantes	649.057	925.421
. De residentes	249.941	311.100
. De não residentes	21.034	30.584
. De outras instituições de crédito no país	1.688	711
. De outras instituições de crédito no estrangeiro	2.830	5.054
Outros juros e encargos similares	1.146	4.489
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	150	466
	1.052.558	1.441.880

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

23. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	35.477	10.018
Dividendos:		
. Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	1.299	1.299
. SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L.	194	152
. Visa International Service Association	45	54
	37.015	11.523

24. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2018	2017
Rendimentos com serviços e comissões		
Ordens de pagamento recebidas	95.447	108.988
Garantias e avales prestados	36.993	47.859
Comissões por ordens de pagamento emitidas	65.435	78.985
Anuidades da rede de ATM's (Vint4 e Visa)	55.725	87.353
Comissões Western Union	29.745	26.988
Cobrança de valores	17.272	15.280
Créditos documentários	2.888	6.162
Outros	158.411	92.723
	461.917	464.338
Encargos com serviços e comissões		
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A.R.L.	(1.137)	(7.273)
Visa International Service Association	(35.167)	(29.670)
Comissões de correspondentes	(23.857)	(17.956)
Outros	(858)	(62)
	(61.019)	(54.962)

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

25. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018			2017		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	125.003	(5.644)	119.360	89.249	(6.893)	82.357
Resultados em notas e moedas	52.823	(9.898)	42.924	42.331	(15.143)	27.187
	177.826	(15.542)	162.284	131.580	(22.036)	109.544

26. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Ganhos e perdas na alienação de imóveis recebidos em dação (Nota 13)	18.319	(9.816)
Ganhos e perdas na alienação de outros activos tangíveis (Nota 13)	(458)	2.092
	17.862	(7.723)

27. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2018	2017
Outros rendimentos de exploração		
Prestação de serviços diversos		
. Taxa de serviço	45	62
. Outros	11.216	15.522
Reembolso de despesas		
. Correios	1.729	1.627
. Outros	51.621	33.364
Outros	32.267	208.776
	96.878	259.352
Outros gastos de exploração		
Outros impostos	(16.029)	(30.269)
Quotizações e donativos	(481)	(527)
Prejuízos por extravio, roubo ou falsificação de valores	(20.990)	(547)
Multas e outras penalidades legais	(9)	(10)
Outros	(6.289)	(8.697)
	(43.798)	(40.050)
	53.080	219.301

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

28. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Remunerações de colaboradores	838.273	836.037
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	149	28.916
Prémios de produtividade		-
Encargos sociais		
. Pensões de reforma (Nota 29)	1.605.068	298.281
. Assistência médica	24.739	25.383
. Previdência social	80.201	72.996
. Outros	2.760	3.316
Outros custos com pessoal	23.994	22.743
	2.575.184	1.287.672

A rubrica "Encargos sociais – Assistência médica" inclui as despesas de saúde incorridas pelo Banco com os seus colaboradores no ativo e o custo relacionado com responsabilidades com saúde com colaboradores na idade da reforma (Nota 29).

Nos exercícios de 2018 e 2017, o Banco dispunha do seguinte quadro de colaboradores e administradores:

	2018	2017
Administradores	6	7
Directores	10	10
Chefias	95	94
Técnicos	211	217
Administrativos	72	74
Pessoal auxiliar	63	65
	457	467
Efectivos	368	379
A prazo	83	81
	451	**460**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os números apresentados acima incluem 83 e 81 colaboradores com contrato de trabalho a termo certo, respetivamente.

29. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

29.1 Pensões de reforma

O Banco assumiu a responsabilidade de conceder aos seus empregados pensões de reforma, as quais são determinadas com base no salário em vigor à data da reforma (Nota 2.2 O). Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados de pessoal no ativo foram efetuadas avaliações atuariais pela Fidelidade Companhia de Seguros, S.A., com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017. As hipóteses e bases técnicas utilizadas nestes estudos foram as seguintes:

	2018	2017
Método actuarial	Project Unit Credit	Project Unit Credit
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de desconto	4,00%	5,00%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,50%
Taxa de crescimento das pensões	0,5%	0,5%
Idade de reforma	58 anos ou 35 anos de serviço	62 anos ou 39 anos de serviço

No exercício de 2018 o Banco alterou a taxa de desconto utilizada no estudo atuarial de 2017 passando para 4%.

A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões do Banco para os exercícios de 2017 e 2016 e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2018		2017	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de Crescimento dos Salários	2,00%	1,43%	2,50%	2,24%
Taxa de Crescimento das Pensões	0,50%	-0,68%	0,50%	-2,16%

Em novembro de 2013, o Conselho de Administração do Banco decidiu alterar o plano de pensões dos colaboradores em vigor no Banco, tendo em vista a sua sustentabilidade, introduzindo novas regras para apuramento dos benefícios com reforma:
- Alteração da idade da reforma de 58 ou 35 anos de serviço para 62 ou 39 anos de serviço, considerando-se um período de transição para os participantes que até 31 dezembro 2017 atinjam os 58 anos de idade;
- Salário Pensionável igual ao salário base acrescido das Diuturnidades;
- Valor da reforma calculado com base na média do Salário Pensionável dos últimos 5 anos;
- Valor da reforma igual a 90% da média do Salário Pensionável dos últimos 5 anos.

Com referência a 31 de dezembro de 2013, o impacto das alterações no plano de pensões resultou numa redução das responsabilidades de mCve. 914.405 então refletida nos resultados desse exercício.

Em 17 janeiro de 2019, o Tribunal da Relação de Sotavento julgou improcedente o recurso interposto pelo BCA concernente à reclamação dos Trabalhadores na sequência da alteração das condições de passagem à situação de reforma dos beneficiários do Sistema Privativo de Segurança Social;

Esta decisão do Tribunal e seu respetivo cumprimento determinaram que o BCA tivesse

que registar, com referência à data de 31.12.18, uma contribuição adicional para este sistema, no montante de CVE 1.577.607.575.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as responsabilidades com serviços passados do Banco de acordo com os estudos atuariais efetuados, ascendiam a:

	2018		2017	
	Número de pessoas	Responsa-bilidades	Número de pessoas	Responsa-bilidades
Activos e ex-funcionários	159	3.438.313	168	2.096.932
Reformados e pré-reformados	197	3.124.084	191	2.752.296
Pensionistas	25	167.912	25	163.048
Fundo de reestruturação	2	3.346	2	4.403
Total	383	6.733.655	386	5.016.680

Nos estudos atuariais não são considerados os trabalhadores com contrato de trabalho a termo certo e os trabalhadores inscritos no Instituto Nacional de Previdência Social, dado o Banco não ter responsabilidades com pensões de reforma destes empregados.

O movimento no valor das responsabilidades com pensões de reforma durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2016	**4.908.721**
Contribuições dos empregados	16.536
Custo registado pelo Banco (Nota 28)	298.281
Pensões pagas	(219.363)
Desvios actuariais	12.505
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	**5.016.680**
Contribuições dos empregados	16.220
Custo registado pelo Banco (Nota 28)	1.605.068
Pensões pagas	(230.674)
Desvios actuariais	326.359
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	**6.733.654**

No exercício de 2018 os desvios atuariais podem ser decompostos da seguinte forma:

Alteração de Pressupostos atuariais	
Alteração taxa de desconto	
Alteração da taxa de crescimento de pensões	554.541
Diferença entre os pressupostos e os valores realizados	
Crescimento de pensões/salarios	-66.136
Outros	

29.2 Assistência médica

Para determinação das responsabilidades com saúde pós-emprego, o Banco obteve avaliações atuariais efetuadas por uma entidade especializada com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017. As hipóteses e bases técnicas utilizadas neste estudo foram as seguintes:

	2018	2017
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Taxa técnica	4,00%	5,00%
Taxa de crescimento dos salários	2,0%	2,5%
Taxa de inflação das despesas médicas	1,3%	3,0%

Conforme referido na Nota 29, em novembro de 2013, o Conselho de Administração do Banco decidiu alterar o plano de pensões dos colaboradores em vigor no Banco, tendo em vista a sua sustentabilidade, introduzindo novas regras para apuramento dos benefícios com reforma, essa medida produziu igualmente efeitos no plano de assistência médica.
Então o impacto das alterações no plano de assistência médica decorrente da alteração da idade da reforma de 58 ou 35 anos de serviço para 62 ou 39 anos de serviço, resultou numa redução das responsabilidades de mCve. 28.513 em a 31 de dezembro de 2014.

Saliente-se que no que respeita ao plano de assistência médica do Banco a transferência e ajustamentos ocorridos em 2018 não são aplicáveis, assim com base nas avaliações atuariais referidas, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as responsabilidades com saúde relativas a despesas com assistência médica a conceder aos empregados do Banco e aos membros dos seus respetivos agregados familiares após a idade de reforma ascendem a mCve. 250.090 e mCve. 236.107, respetivamente (Nota 16).

O movimento no valor das responsabilidades com saúde, durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2016	**260.671**
Contribuições dos empregados	12.217
Custo registado pelo Banco	9.703
Impacto da alteração do plano de assistência médica (Nota 17)	
Despesas médicas pagas	(23.956)
Desvios actuariais	(22.228)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	**236.407**
Contribuições dos empregados	16.829
Custo registado pelo Banco	6.659
Impacto da alteração do plano de assistência médica (Nota 17)	
Despesas médicas pagas	(27.712)
Desvios actuariais	17.907
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	**250.090**

29.3 Desvios atuariais

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios atuariais diferidos nos exercícios de 2018 e 2017 pode ser demonstrado como se segue:

	Pensões	Saúde	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	(924.023)	163.346	(760.681)
Desvios actuariais no ano	12.505	(22.228)	(9.723)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	(911.518)	141.118	(770.403)
Desvios actuariais no ano	326.359	17.907	344.266
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	(585.159)	159.025	(426.137)

Os desvios atuariais acumulados em 31 de dezembro de 2018 encontram-se deduzidos na rubrica de "Outras reservas e resultados transitados".

30. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Encargos com a SISP	94.105	93.763
Conservação e reparação	107.529	109.860
Água, gás e electricidade	73.422	70.484
Comunicações e despesas de expedição	43.044	45.547
Publicidade e edição de publicações	10.185	23.582
Segurança e vigilância	28.933	35.287
Transporte de valores	37.036	40.980
Consultores e auditores externos	52.556	33.983
Rendas e alugueres	26.075	25.645
Impressos e material de consumo corrente	24.280	27.506
Combustíveis	6.996	7.287
Seguros	6.618	8.847
Transportes	5.002	7.621
Formação de pessoal	6.388	9.499
Assistência técnica	3.993	3.516
Ajudas de custo	2.140	4.337
Despesas de alojamento	2.309	3.708
Despesas de representação	629	1.585
Serviços de Limpeza	12.249	11.432
Condominio	14.124	9.324
Encargos com Promoleasing		2.444
MSCC(Medit Smart Cards Compan)	28.168	28.133
Avaliadores Externos	12.431	9.600
Publicações	883	970
Judiciais e Contencioso	24.702	4.000
Avenças e Honorarios	4.332	4.399
Manutenção Periodica Cotação	3.171	2.436
Outros	8.207	12.200
	639.509	637.973

31. RESULTADOS POR AÇÃO

Resultados por ação básicos

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício/período.

	(milhares de escudos)	
	31.12.2018	31.12.2017
Resultado do Exercício	(112.025)	235.224
Número médio de acções orinárias emitidas	1.324.765	1.324.765
Resultado por Acção	-0,08	0,18

Resultado por ação diluídos

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de ações ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco.

Os resultados por ação diluídos não diferem dos resultados por ação básicos.

32. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2018	2017
Passivos eventuais		
. Garantias e avales	2.250.950	2.593.235
. Créditos documentários abertos	122.306	78.366
	2.373.256	2.671.601
Depósito e guarda de valores	19.139.497	14.622.016
	21.512.754	17.293.616

33. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Conselho de Administração prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte, os quais são efetuados de modo consistente com os critérios da IFRS 8 e são apresentados de forma voluntária:

- Corporate Finance - inclui a atividade relacionada com a gestão títulos de Dívida Pública, obrigações de empresas nacionais, instrumentos de capital e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.
- Negociação e vendas – compreende a atividade relacionada com a gestão de aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito.
- Pagamento e liquidação – inclui a atividade relacionada com operações de crédito e débito.
- Banca comercial – inclui a atividade de captação de recursos junto de empresas. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, descontos de letras, bem como o crédito ao setor público.
- Banca de retalho – compreende a atividade bancária junto dos particulares. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito à habitação, e também os depósitos captados junto de particulares.
- Outros – Restantes atividades não enquadráveis em qualquer das categorias anteriores.

Com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2018						
	Corporate Finance	Negociação e vendas	Pagamento e liquidação	Banca comercial	Banca de retalho	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	841.375	63.343	-	1.125.123	1.735.251	-	3.563.071
Juros e encargos similares	-	(5.133)	-	(209.405)	(838.019)	-	(1.052.558)
MARGEM FINANCEIRA	841.375	58.210	-	915.718	897.232	-	2.510.513
Rendimentos de instrumentos de capital	37.015	-	-	-	-	-	37.015
Rendimentos com serviços e comissões	-	118.465	109.246	46.823	187.382	-	461.917
Encargos com serviços e comissões	-	(24.994)	(35.167)	-	(857)	-	(61.018)
Resultados de reavaliação cambial	-	162.284	-	-	-	-	162.284
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	17.862	17.862
Outros resultados de exploração	-	-	-	-	-	53.080	53.080
PRODUTO BANCÁRIO	878.390	313.965	74.079	962.540	1.083.737	70.941	3.181.652
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	-	-	-	19.657	28.840	(4.142)	44.355
	878.390	313.965	74.079	982.197	1.112.577	66.800	3.226.007
Outros gastos e rendimentos							(3.338.032)
Resultado do exercício							**(112.026)**
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	8.636.935	-	-	-	-	8.636.935
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	3.078.332	-	-	-	-	3.078.332
Activos financeiros disponíveis para venda	-	6.572.957	-	-	-	-	6.572.957
Aplicações em instituições de crédito	-	17.591.990	-	-	-	-	17.591.990
Crédito a clientes	16.023.607	-	-	13.472.138	19.765.611	-	49.261.551
Recursos de outras instituições de crédito	-	372.172	-	-	-	-	372.172
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	15.584.721	62.068.246	-	77.952.967

	2017						
	Corporate Finance	Negociação e vendas	Pagamento e liquidação	Banca comercial	Banca de retalho	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	606.244	47.183	-	1.208.883	1.606.834	-	3.468.943
Juros e encargos similares		(5.765)	-	(288.869)	(1.169.447)	-	(1.441.880)
MARGEM FINANCEIRA	606.244	41.418	-	942.014	437.387	-	2.027.063
Rendimentos de instrumentos de capital		11.523	-	-	-	-	11.523
Rendimentos com serviços e comissões	-	134.797	63.273	45.663	300.605	-	464.338
Encargos com serviços e comissões	-	(25.229)	(29.670)	-	(62)	-	(54.962)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-
Resultados de reavaliação cambial	-	109.544	-	-	-	-	109.544
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	(7.723)	(7.723)
Outros resultados de exploração	-	-	-	-	-	219.301	219.301
PRODUTO BANCÁRIO	606.244	272.053	33.602	987.677	737.930	211.578	2.769.083
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	-	-	-	(181.652)	(241.489)	33.013	(390.128)
	606.244	272.053	33.602	806.026	396.440	244.591	2.378.955
Outros gastos e rendimentos							(2.143.731)
Resultado do exercício							**235.224**
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	6.325.078	-	-	-	-	6.325.078
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	603.216	-	-	-	-	603.216
Activos financeiros disponíveis para venda	-	6.534.515	-	-	-	-	6.534.515
Aplicações em instituições de crédito	-	23.586.202	-	-	-	-	23.586.202
Crédito a clientes	12.694.122	-	-	14.379.826	19.116.667	-	46.190.615
Recursos de outras instituições de crédito	-	1.553.009	-	-	-	-	1.553.009
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	14.088.346	61.795.567	-	75.883.912

A totalidade da atividade do Banco é desenvolvida na República de Cabo Verde.

34. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco as empresas do Grupo CGD, o INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, empresas associadas, os órgãos de gestão (Conselho

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

de Administração) a Companhia de Seguros Garantia e a SISP.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as demonstrações financeiras do Banco, incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2018						
		Grupo Caixa Geral de Depósitos					
			Banco				
	BNPS	CGD	Interatlântico	Promotora	BNU	CGD Paris	Associadas
Activos:							
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	2.797.081	-	-	2.075	11.105	-
Aplicações em instituições de crédito	-	1.257.332	-	-	-	-	-
Títulos de dívida pública	-	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	50.000	-	-	-
Crédito a clientes	-	-	-	12.226	-	-	7.286
Outros activos	-	115	1.930	160	-	-	3.945
Imparidade	-	-	-	-	-	-	(166)
Passivos:							
Recursos de outras instituições de crédito	-	(19.440)	(1.259)	-	-	-	(213.072)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.397.841)	-	-	(15.354)	-	-	(71.331)
Provisões para Benefícios aos Empregados	-	-	-	-	-	-	(1.421)
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	(6.547)
Capitais Próprios:							
Outras reservas e resultados transitados	-	-	-	10.841	-	-	-
Extrapatrimoniais:							
Garantias recebidas	-	27.693	-	150.000	-	-	29.829
Garantias prestadas	-	-	-	-	-	-	96.268
Rendimentos:							
Juros e rendimentos similares	-	24.300	-	-	-	-	-
Resultados Filiais excluídas Consolidação	-	-	-	-	-	-	56.391
Rendimentos de associadas							
Gastos:							
Juros e encargos similares	-	-	-	-	-	-	(1.688)
Encargos com serviços e comissões	-	(2.460)	-	-	-	-	(1.137)
Gastos gerais administrativos	-	-	-	(14.124)	-	-	(94.105)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	-	-	(168)

	2017						
		Grupo Caixa Geral de Depósitos					
	Estado de		Banco				
	Cabo Verde	CGD	Interatlântico	Promotora	BNU	CGD Paris	Associadas
Activos:							
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito		221.590				10.232	
Aplicações em instituições de crédito		5.656.260					
Títulos de dívida pública							
Activos financeiros disponíveis para venda				50.000			
Crédito a clientes				53.620			12.125
Invest. em filiais excl Consol. Assoc. e Emp Conjuntos							320.973
Outros activos			2.910	650			3.706
Imparidade				(10.841)			(660)
Passivos:							
Recursos de outras instituições de crédito		(27.445)	(2.280)				(177.617)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.145.688)			(405)			(85.241)
Outros passivos				(2.489)			(15.845)
Capitais Próprios:							
Outras reservas e resultados transitados							(20.309)
Extrapatrimoniais:							
Garantias recebidas		42.993		150.000			29.829
Garantias prestadas							92.549
Rendimentos:							
Juros e rendimentos similares		(13.172)					
Juros e Encargos similares							(49.197)
Gastos:							
Juros e encargos similares	(28.516)						(270)
Encargos com serviços e comissões		1.193					7.273
Gastos gerais administrativos				9.334			92.796
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações							1.102

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Órgãos de gestão

Em 2018, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros dos Órgãos de Gestão do Banco ascenderam a mCve. 149 (mCve. 28.916 no exercício de 2017). O valor de 2018 seria de mCve. 24.751, mas foi afetado pela anulação do prémio de eficiência dos órgãos de gestão no montante de mCve. 24.601.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor do crédito concedido a membros dos Órgãos de Gestão do Banco ascendia a mCve. 27.577 e mCve. 79.704, respetivamente.

35. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Banco

As atividades do BCA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco cambial, risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão de risco do Banco é controlada pelo departamento financeiro de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido por escrito os principais princípios de gestão de risco globais, e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de juro, risco de liquidez e risco de crédito.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e as políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado.

Risco cambial

A Direção Financeira e Internacional faz um acompanhamento diário das posições do Banco em moeda estrangeira, tendo sempre como objetivo a eliminação de prejuízos.

O câmbio dos Escudos de Cabo Verde face ao Euro encontra-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde, resultante de um acordo de convertibilidade entre Cabo Verde e Portugal, pelo que não é considerado pelo Banco de Cabo Verde para efeitos de posição cambial.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de risco inerentes à atividade do Banco.

Risco de mercado, liquidez e taxa de juro

O Gabinete de Risco de Mercado e Liquidez é responsável pela implementação de métodos e técnicas para melhorar a qualidade de gestão de riscos inerentes ao balanço do Banco.

Risco de mercado

O setor financeiro em Cabo Verde ainda não possui um mercado de capitais desenvolvido e o

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

mercado *over the counter* é inexistente, pelo que as alternativas de investimento em instrumentos financeiros resumem-se essencialmente a obrigações e ações.

O Banco tem uma carteira de ativos financeiros que possui alguma representatividade do ativo, mas que não foi constituída com o objetivo de negociação, mas sim de investimento.

Risco de liquidez e taxa de juro

O controlo de liquidez é assegurado pela Direção Financeira e Internacional (DFI) que faz o acompanhamento dos saldos junto dos correspondentes e do Banco de Cabo Verde.

A DFI é a responsável por realizar operações nos mercados financeiros, colocação de ativos em moeda estrangeira e as operações necessárias para assegurar o refinanciamento do Banco, ou aplicação dos excedentes de liquidez, tendo uma gestão cuidadosa no sentido de evitar incumprimentos junto do Banco de Cabo Verde.

No setor bancário caboverdiano o Coeficiente de Disponibilidades Mínimas de Caixa era de 13% em 31.12.2018, pelo que em caso de dificuldades os bancos têm uma maior capacidade de responder às suas obrigações junto dos clientes.

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso nº 8/2007, de 19 de novembro, do Banco de Cabo Verde, a DFI calcula os rácios de liquidez para cobertura de responsabilidades exigíveis no prazo de sete, trinta, noventa dias e um ano.

A Direção de Gestão de Risco produz ainda pontualmente análises sobre a taxa de juro e sobre a estrutura de ativos e passivos, nomeadamente a carteira de crédito concedido a clientes com taxa de juro indexada.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2018								
	Prazos residuais contratuais								
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Ativo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	8.636.935								8.636.935
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.078.332								3.078.332
Aplicações em instituições de crédito	15.596.721	1.090.027	761.012	188.882	44.218				17.591.980
Crédito a clientes (valores brutos)	3.763.642	1.455.272	1.276.000	2.334.193	6.457.568	6.876.101	17.264.218	13.101.231	52.528.225
	31.075.630	2.545.300	2.037.012	2.434.155	6.501.786	6.876.101	17.264.218	13.101.231	81.835.473
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(236.093)		(69.214)	(48.990)	(17.875)				(372.172)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(41.708.850)	(7.698.030)	(8.234.594)	(20.321.558)					(77.962.967)
Outros passivos subordinados									-
	(41.944.943)	(7.698.030)	(8.303.748)	(20.370.548)	(17.875)	-	-	-	(78.335.139)
Diferencial	(10.869.313)	(5.142.731)	(6.266.736)	(17.936.348)	6.483.911	6.876.101	17.264.218	13.101.231	3.510.334

	2017								
	Prazos residuais contratuais								
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Ativo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6.325.076								6.325.076
Disponibilidades em outras instituições de crédito	603.216								603.216
Aplicações em instituições de crédito	17.394.656	2.362.627	1.000.096	2.888.624					23.586.202
Crédito a clientes (valores brutos)	1.830.791	1.307.182	1.635.237	2.886.252	7.059.502	8.207.548	15.566.825	11.733.326	50.297.263
	26.053.739	3.669.808	2.635.334	5.775.875	7.059.502	8.207.548	15.566.825	11.733.326	80.811.757
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(1.254.461)	(68.022)	(69.081)	(48.878)	(115.579)				(1.553.008)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(38.224.627)	(6.673.990)	(8.283.061)	(20.952.437)	(1.727.867)				(75.861.912)
Outros passivos subordinados									-
	(39.479.108)	(6.738.952)	(8.352.112)	(21.001.312)	(1.843.436)	-	-	-	(77.414.921)
Diferencial	(13.385.369)	(3.069.144)	(5.716.778)	(15.226.237)	5.216.066	8.207.548	15.566.825	11.733.326	3.396.837

Risco de crédito

O risco de crédito constitui um dos riscos mais relevantes da atividade do Banco e está intimamente associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes, designadamente grandes empresas, pequenas e médias empresas, promotores de pequenos negócios, particulares e instituições financeiras.

A Direção de Gestão de Risco (DGR) analisa o risco de crédito a empresas e particulares cujas responsabilidades acumuladas sejam superiores a mCve. 20.000.

É da competência da DGR emitir pareceres de risco sobre propostas elaboradas pela área comercial, os quais são enviados para apreciação da Comissão Executiva. Adicionalmente, a DGR efetua análises de evolução semestral da carteira de crédito do Banco, das classes de risco, do crédito à habitação, da evolução dos depósitos de clientes, de modo a compreender o seu comportamento.

Risco de crédito

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a exposição máxima a risco de crédito do Banco apresenta a seguinte decomposição:

	2018	2017
Aplicações em instituições de crédito	17.591.980	23.586.202
Crédito a clientes	49.261.551	46.180.615
	66.853.531	69.766.817
Garantias e avales	2.250.950	2.593.235
Créditos documentários abertos	122.306	78.366
	2.373.256	2.671.601
Exposição máxima	69.226.788	72.438.418

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

	2018				
	Classificação de acordo com o Modelo de imparidade				
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Outros saldos	Total
Empresas					
Crédito a empresas					
Vincendo	8.026.230	302.047	2.060.097		10.388.374
Vencido	1.304	12.174	2.430.777		2.444.256
	8.027.534	314.221	4.490.874	-	12.832.629
Garantias e créditos documentários a empresas			-		
Vincendo	2.291.289		60.567		2.351.856
Vencido					
	2.291.289	-	60.567	-	2.351.856
Retalho					
Crédito à habitação					
Vincendo	13.404.124	325.955	927.079		14.657.158
Vencido	5.453	1.162	269.773		276.388
	13.409.577	327.117	1.196.852	-	14.933.546
Crédito ao consumo					
Vincendo	2.197.195	23.621	9.945		2.230.761
Vencido	564	486	4.345		5.396
	2.197.759	24.107	14.290	-	2.236.157
Pequenos negócios					
Vincendo	949.699	9.264	65.509		1.024.473
Vencido	532	107	82.585		83.224
	950.232	9.372	148.093	-	1.107.697
Outros créditos					
Vincendo	2.227.771	53.903	121.453		2.403.126
Vencido	2.216	4.961	46.515		53.693
	2.229.987	58.864	167.969	-	2.456.819
Garantias prestadas					
Vincendo	21.400				21.400
Sector Público					
Vincendo	3.017.393	88.913	-		3.106.307
Vencido	79	-	-		79
	3.017.473	88.913	-	-	3.106.386
Total crédito vincendo	32.135.102	803.703	3.244.650	-	36.183.455
Total crédito vencido	10.149	18.892	2.833.996	-	2.863.036
Total de crédito	**32.145.251**	**822.595**	**6.078.646**	**-**	**39.046.491**

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2017				
	Classificação de acordo com o Modelo de imparidade				
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Outros saldos	Total
Empresas					
Crédito a empresas					
Vincendo	9.025.804.706	1.490.495.965	1.309.100.705		11.825.401.376
Vencido	7.440.701	2.592.443	3.127.529.119		3.137.562.263
	9.033.245.407	1.493.088.408	4.436.629.824	-	14.962.963.639
Garantias e créditos documentários a empresas					
Vincendo	2.649.221.498				2.649.221.498
	2.649.221.498	-	-	-	2.649.221.498
Retalho					
Crédito à habitação					
Vincendo	12.995.868.491	209.278.846	1.108.598.584		14.313.745.920
Vencido	3.656.021	3.164.866	265.829.789		272.650.676
	12.999.524.512	212.443.712	1.374.428.372	-	14.586.396.596
Crédito ao consumo					
Vincendo	1.967.304.497	37.806.334	27.701.338		2.032.812.169
Vencido	526.304	983.149	9.478.781		10.988.234
	1.967.830.801	38.789.483	37.180.119	-	2.043.800.403
Pequenos negócios					
Vincendo	799.621.969	8.325.386	120.901.175		928.848.530
Vencido	384.159	237.567	108.472.821		109.094.547
	800.006.128	8.562.953	229.373.996	-	1.037.943.077
Outros créditos					
Vincendo	2.042.580.968	114.382.169	136.059.755		2.293.022.893
Vencido	32.810.993	1.958.207	137.036.390		171.805.590
	2.075.391.962	116.340.376	273.096.145	-	2.464.828.482
Garantias prestadas					
Vincendo	22.050.000				22.050.000
Sector Público					
Vincendo	2.598.511.499		-		2.598.511.499
Vencido	149.608		-		149.608
	2.598.661.107	-	-	-	2.598.661.107
Total crédito vincendo	32.100.963.627	1.860.288.700	2.702.361.557	-	36.663.613.884
Total crédito vencido	44.967.786	8.936.232	3.648.346.899	-	3.702.250.918
Total de crédito	**32.145.931.414**	**1.869.224.932**	**6.350.708.456**	**-**	**40.365.864.802**

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento"
  - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
  - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;
- "Créditos com incumprimento"
  - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
  - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a

créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco foi reclassificada para esta categoria. Adicionalmente, inclui créditos reestruturados que estivessem classificados na posição "Créditos em default" na data de reestruturação e que ainda não tenham passado pelo período de quarentena.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 7, a rubrica "Crédito vencido" inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

		2018				
		Empresas	Particulares - Habitação	Particulares - Outros	Sector Público	Total
Sem vencido nem imparidade individual		**10.612.015**	**13.919.304**	**5.513.564**	**3.106.386**	**33.151.269**
Com vencido mas sem imparidade individual		**466.406**	**908.867**	**264.151**	**-**	**1.638.424**
	Inferior a 30 dias	27.989	30.106	8.754		66.848
	30 a 90 dias	22.133	31.102	13.389		66.622
	91 a 180 dias	18.539	27.186	6.348		52.072
	181 a 360 dias	397.746	819.674	235.661	-	1.453.081
	superior a 360 dias				-	-
Créditos com imparidade individual		**4.106.065**	**106.175**	**44.359**	**-**	**4.256.598**
	Inferior a 30 dias	1.495.904	56.124	44.359		1.596.387
	30 a 90 dias	142.292	-			142.292
	91 a 180 dias	-	-			-
	181 a 360 dias	82.569	0			82.569
	superior a 360 dias	2.385.300	50.051			2.435.351
Total		**15.184.486**	**14.933.546**	**5.822.075**	**3.106.386**	**39.046.491**

		2017				
		Empresas	Particulares - Habitação	Particulares - Outros	Sector Público	Total
Sem vencido nem imparidade individual		**9.864.186.529**	**13.335.004.140**	**5.069.701.893**	**2.598.661.107**	**30.848.413.669**
Com vencido mas sem imparidade individual		**297.604.708**	**1.048.331.372**	**371.258.532**	**-**	**1.718.195.695**
	Inferior a 30 dias					-
	30 a 90 dias	16.927.188	68.130.435	17.905.504		102.263.126
	91 a 180 dias	21.026.931	46.487.907	16.442.661		86.959.588
	181 a 360 dias	40.375.055	81.251.990	28.683.660		150.312.705
	superior a 360 dias	219.275.527	850.460.850	308.325.709	-	1.378.060.185
Créditos com imparidade individual		**7.470.415.907**	**201.261.084**	**127.580.537**	**-**	**7.799.255.528**
	Inferior a 30 dias	4.094.443.631	132.399.344	112.213.904		4.279.056.880
	30 a 90 dias	58.079.350				58.079.350
	91 a 180 dias					-
	181 a 360 dias	315.194.040				315.194.040
	superior a 360 dias	3.062.696.885	68.861.740	15.366.633		3.146.925.258
Total		**17.612.185.137**	**14.584.396.596**	**5.568.621.963**	**2.598.661.107**	**40.365.864.892**

Justo valor

Os Ativos e Passivos ao justo valor do Banco, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia de justo valor prevista na IFRS 13 – Mensuração pelo Justo Valor:

Valores de cotação de mercado (nível 1)

Nesta categoria são incluídos os Instrumentos Financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais e aqueles em que existem entidades que divulgam habitualmente preços de transações para estes instrumentos negociados em mercados líquidos.

A prioridade nos preços utilizados é dada aos observados nos mercados oficiais, nos casos em que exista mais do que um mercado oficial a opção recai sobre o mercado principal onde estes instrumentos financeiros são transacionados.

O Banco considera como preços de mercado os divulgados por entidades independentes, assumindo como pressuposto que as mesmas atuam no seu próprio interesse económico e que tais preços são representativos do mercado ativo, utilizando sempre que possível preços fornecidos por mais do que uma entidade (para um determinado ativo e/ou passivo).

Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (nível 2)

Nesta categoria são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Banco utiliza como inputs nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida. Adicionalmente, o Banco utiliza ainda como variáveis observáveis em mercado, aquelas que resultam de transações sobre instrumentos semelhantes e que se observam com determinada recorrência no mercado.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)

Neste nível incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

(milhares de escudos)

	Ativos/ passivos registados ao custo amortizado	Justo valor			Justo valor total
		Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não (Nível 3)	
31 de dezembro de 2018					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	8.636.935	0	8.636.935	0	8.636.935
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.078.332	0	3.078.332	0	3.078.332
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6.535.692	0	0	6.535.692	6.535.692
Aplicações em instituições de crédito	17.591.980	0	17.591.980	0	17.591.980
Crédito a clientes	49.210.011	0	0	49.210.011	49.210.011
Investimentos detidos até à maturidade	0	0	0	0	0
Obrigações de emissores públicos	0	0	0	0	0
Obrigações de outros emissores	0	0	0	0	0
Ativos financeiros	**85.052.951**	**0**	**29.307.248**	**55.745.703**	**85.052.951**
Recursos de outras instituições de crédito	372.172	0	372.172	0	372.172
Recursos de clientes	77.952.967	0	77.952.967	0	77.952.967
Outros passivos subordinados	0	0	0	0	0
Passivos financeiros	**78.325.139**	**0**	**78.325.139**	**0**	**78.325.139**

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

(milhares de escudos)

		Justo valor			
	Ativos/ passivos registados ao custo amortizado	Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não (Nível 3)	Justo valor total
31 de dezembro de 2017					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6 325 076	-	6 325 076	-	6 325 076
Disponibilidades em outras instituições de crédito	603 216	-	603 216	-	603 216
Ativos financeiros disponíveis para venda (ações) a)	6 515 522	-	-	6 515 522	6 515 522
Aplicações em instituições de crédito	23 586 202	-	23 586 302	-	23 586 202
Crédito a clientes	46 180 615	-	-	46 180 615	46 180 615
Ativos financeiros	**93 210 632**	**-**	**30 514 495**	**52 696 137**	**93 210 632**
Recursos de outras instituições de crédito	1 553 009	-	1 553 009	-	1 553 009
Recursos de clientes	75 861 912	-	75 861 912	-	75 861 912
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
Passivos financeiros	**77 414 921**	**-**	**77 414 921**	**-**	**77 414 921**

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito, Aplicações em instituições de crédito
Estes ativos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Crédito a clientes
O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.
Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de portfolio. As taxas de desconto utilizadas são as taxas atuais praticadas para empréstimos com características similares.

Recursos de outras instituições de crédito e Recursos de clientes e outros empréstimos
Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Outros passivos subordinados
O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam, é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 "basis points"(bps), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2018					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.759.995	838.555	409.599	(391.473)	(765.956)	(1.468.057)
Total activo sensível	1.759.995	838.555	409.599	(391.473)	(765.956)	(1.468.057)

	2017					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.410.150	672.630	328.725	(314.484)	(615.596)	(1.180.869)
Total activo sensível	1.410.150	672.630	328.725	(314.484)	(615.596)	(1.180.869)

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de ativos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projetada para os exercícios de 2018 e 2017, respetivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projecção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2018	(414.005)	(207.002)	(103.501)	103.501	207.002	414.005
Exercício de 2017	(544.721)	(272.361)	(136.180)	136.180	272.361	544.721

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os ativos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2018 e 2017, respetivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o "spread" médio das operações vivas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adotar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2018				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	8.072.907	459.494	64.376	40.158	8.636.935
Disponibilidades em outras instituições de crédito	71.450	2.895.895	98.084	12.902	3.078.332
Activos financeiros disponíveis para venda (valores brutos)	6.572.957	-	-	-	6.572.957
Aplicações em instituições de crédito	16.289.786	-	1.302.195	-	17.591.980
Títulos de dívida pública	-	-	-	-	-
Crédito a clientes (valores brutos)	51.336.371	1.192.854	-	-	52.529.225
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	358.689	-	-	-	358.689
Outros activos Líquidos	2.005.497	-	-	-	2.005.497
Imparidade acumulada	(3.266.674)	-	-	-	(3.266.674)
	81.439.983	4.548.244	1.464.654	53.060	87.505.941
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	247.511	124.018	643	-	372.172
Recursos de clientes e outros empréstimos	75.061.063	1.422.939	1.458.876	10.089	77.952.967
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
Outros passivos	405.941				405.941
	75.714.515	1.546.957	1.459.519	10.089	78.731.080
Exposição líquida	157.154.497	6.095.201	2.924.173	63.150	166.237.021

	2017				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5.882.088	378.321	45.814	18.929	6.325.152
Disponibilidades em outras instituições de crédito	109.541	354.694	119.464	19.518	603.217
Activos financeiros disponíveis para venda (valores brutos)	6.545.356	-	-	-	6.545.356
Aplicações em instituições de crédito	17.896.932	4.411.972	1.278.298	-	23.586.202
Títulos de dívida pública	-	-	-	-	-
Crédito a clientes (valores brutos)	49.018.707	1.278.555	-	-	50.297.262
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	320.973	-	-	-	320.973
Outros activos (valores brutos)	2.113.583	-	-	-	2.113.583
Imparidade acumulada	(4.116.648)	-	-	-	(4.116.648)
	77.769.533	6.423.542	1.443.576	38.447	85.675.098
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	(1.319.141)	(219.234)	(14.634)		(1.553.009)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(73.274.692)	(1.154.316)	(1.426.783)	(7.121)	(75.861.912)
Outros passivos subordinados	-	-	-		-
Outros passivos	(659.859)	(5.050)	(1.555)		(666.464)
	(75.253.692)	(1.378.600)	(1.441.972)	(7.121)	(78.081.385)
Exposição líquida	2.223.159	5.044.942	1.604	31.326	7.301.031

36. GESTÃO DE CAPITAL

A gestão do capital, no BCA, baseia-se nos seguintes princípios gerais:

- Cumprir as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde, órgão supervisor da atividade bancária no País;
- Gerar uma rentabilidade adequada, com criação de valor para o acionista, proporcionando-lhe uma remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento da atividade, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder às estratégias de crescimento do Banco;

- Assegurar a reputação da Instituição através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua atividade.

A adequação do capital ao perfil de risco do Banco é acompanhada e controlada pela aplicação das leis que regulam o Sistema Financeiro em Cabo Verde, com destaque especial para o Aviso nº4/2007 do Banco de Cabo Verde, que estabelece as bases de cálculo do Rácio de Solvabilidade, tendo incorporado o Risco de Mercado e o Risco Operacional no cálculo desse rácio, para além de ter reformulado os procedimentos para a determinação da contribuição do Risco de Crédito.
De acordo com o Aviso nº4/2007, o Rácio de Solvabilidade é obtido da aplicação da seguinte fórmula:

[FP/(VAPRC+VAPRTC+VEAPRO)]x100

Em que:
FP – Valor dos Fundos Próprios, determinado conforme Aviso nº3/2007.
VAPRC – Valor dos Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito.
VAPRTC – Valor dos Ativos Ponderados pelo Risco de Taxa de Câmbio.
VEAPRO – Valor Equivalente em Ativos Ponderados pelo Risco Operacional.

O Rácio de Solvabilidade é calculado pela Direção Financeira e Internacional (DFI), mais concretamente pela Divisão de Planeamento e Controlo de Gestão (DPG), com o contributo da Divisão Internacional e Liquidez (DIL) no que concerne à determinação do Valor dos Ativos Ponderados pelo Risco de Taxa de Câmbio.

Os procedimentos para a determinação das variáveis que compõem esse Rácio estão definidos no Aviso nº3/2007 (Fundos Próprios) e nos Anexos 1, 2 e 3 do Aviso nº4/2007 (Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito, Ativos Ponderados pelo Risco de Mercado e Ativos Ponderados pelo Risco Operacional).

O Aviso nº3/2007 define as componentes negativas e positivas para o cálculo dos Fundos Próprios, obtidos da soma dos Fundos Próprios de Base com os Fundos Próprios Complementares e respetivos ajustamentos, através de deduções definidas pelo Banco de Cabo Verde.

No quadro seguinte pode-se verificar a composição do Capital Regulamentar do Banco em 31 de dezembro de 2018:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)



No quadro acima se pode constatar que o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório dos dois grandes agregados referidos, nomeadamente os Fundos Próprios de Base e os Fundos Próprios Complementares, excluindo algumas deduções previstas pelo Banco de Cabo Verde.

Os Fundos Próprios de Base correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco, tendo por principais componentes o capital social, as reservas, os resultados transitados, o resultado líquido do exercício e os impactos de transição correspondentes aos encargos com os benefícios dos trabalhadores, resultantes da adoção das Normas Internacionais de Relatos Financeiro (NIRF), mais propriamente do NIC 19 - *Benefícios aos empregados*.

Aliás, a assimilação das referidas normas implicou a adoção de um regime transitório de apuramento dos Fundos Próprios de Base, buscando-se uma mudança harmoniosa das regras contabilísticas anteriores para as recentes, sem grande interferência nas regras prudenciais.

Os Fundos Próprios Complementares são constituídos, essencialmente, pelas Reservas de Reavaliação positivas ou negativas de alguns Ativos, e por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação prévia do Banco de Cabo Verde.

Uma das componentes positivas do valor dos Fundos Próprios é o Capital Social, cujo valor mínimo fixado pelo Governo, sob proposta do Banco de Cabo Verde através da Portaria nº19/2005 de 14 de março, é de 300 milhões de Escudos de cabo Verde. O total dos Fundos Próprios não pode ser, em nenhum momento, inferior ao capital mínimo.

Além de estipular que o valor dos Fundos Próprios deve ser superior ao capital social mínimo exigido por lei, o Aviso nº4/2007 estabelece também que deve ser observado, em permanência, uma relação adequada entre os Fundos Próprios e os elementos do ativo e extrapatrimoniais, ponderados em função dos respetivos riscos. Essa relação é definida pelo Rácio de Solvabilidade, cujo valor mínimo é de 12%.

Conforme podemos verificar no quadro acima, o total dos Fundos Próprios do Banco, em 31 de dezembro de 2018, ascende a 4.472.375 milhares de Escudos de Cabo Verde, valor superior ao capital social mínimo legalmente exigido e suficiente para manter uma relação adequada com os elementos do Ativo e Extrapatrimoniais ponderados em função do risco, traduzindo um rácio de solvabilidade de 15,15%.

Os regulamentos do Banco de Cabo Verde, relativamente à adequação do capital, têm por base o Acordo de Basileia I, mas já estão em implementação, nomeadamente em resposta ao exigido pelo acionista CGD, algumas práticas introduzidas por Basileia II, como por exemplo a implementação de um sistema de autoavaliação e determinação de um nível de capital interno adequado ao perfil de risco.

No entanto, levando em consideração que a Autoridade de Supervisão tem pautado a sua atuação pela adoção das melhores práticas internacionais, é de se esperar, num futuro próximo, a assimilação das principais recomendações de Basileia II, aplicáveis à realidade do País.

37 - IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2018:

Alterações de politicas contabilisticas

Alterações voluntárias de politicas contabilisticas

Com exceção das alterações descritas na nota 2, não ocorreram durante o exercício de 2018 outras modificações voluntárias de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

O BCA adotou, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, as seguintes normas, interpretações, emendas ou alterações, emitidas pelo IASB e endossadas pela União Europeia, com relevância para a sua atividade:

IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" (e emendas subsequentes) – Este normativo, inicialmente publicado pelo IASB em novembro de 2009 e posteriormente republicado em julho de 2014, tem como objetivo a substituição por etapas da IAS 39 – "Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração". Foram introduzidas alterações aos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros, registo de imparidade, aplicação de contabilidade de cobertura (excluindo macro hedging), e desreconhecimento de instrumentos financeiros. Considerando a transversalidade e relevância desta norma para a atividade do Banco e para a

preparação e apresentação das suas demonstrações financeiras, os principais efeitos e impactos patrimoniais resultantes da sua adoção são apresentados em maior detalhe na Nota 2.2 c) acima.

Adicionalmente, o Banco adaptou as divulgações associadas a instrumentos financeiros, de acordo com as emendas e alterações realizadas à IFRS 7 – "Instrumentos financeiros – Divulgações", resultantes da entrada em vigor da IFRS 9 – "Instrumentos financeiros".

IFRS 15 – "Rédito de contratos com clientes" (e emendas posteriores) – Este normativo, publicado pelo IASB em maio de 2014, especifica a forma e temporalidade de registo do rédito, informando igualmente quanto aos requisitos de divulgação a respeitar pelas entidades sujeitas à sua aplicação. A IFRS 15 – "Réditos de contratos com clientes" prevê um modelo de reconhecimento assente em cinco princípios, cuja aplicação deverá ser extensível a todas as relações contratuais estabelecidas com clientes.

"*Annual Improvements to IFRS 2014-2016 Cycle*" - Estas alterações envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com a IFRS 1 - "Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro", procedendo à eliminação de algumas isenções anteriormente previstas e a IAS 28 – "Investimentos em associadas" – Clarificação de que a mensuração de participadas ao justo valor através de resultados é uma escolha que se faz investimento a investimento.

IAS 40 – "Propriedades de investimento" (Emendas) – Estas emendas clarificam que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do ativo.

IFRIC 22 – "Transações em moeda estrangeira e adiantamentos" (Interpretação) – Esta interpretação vem estabelecer a data da transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito.

Com exceção da IFRS 9 – "Instrumentos financeiros", a adoção dos restantes normativos não produziu impactos na situação patrimonial do Banco.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

Em 31 de dezembro de 2018, encontravam-se disponíveis para adoção antecipada as seguintes normas e interpretações emitidas pelo IASB e endossadas pela União Europeia:

IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" (Emendas) – "Pagamentos antecipados com compensações negativas". As alterações visam essencialmente as situações em que o pagamento antecipado corresponde aproximadamente ao valor em dívida de capital mais juro. Isto implica que um pagamento ao justo valor atual ou a um valor que inclua o justo valor da penalização por término antecipado de um instrumento financeiro derivado, cumpre o critério SPPI (*Solely payments of principal and interest*) apenas se outros elementos de alteração ao justo valor, tais como risco de crédito ou liquidez, forem imateriais. As emendas a este normativo são de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019.

IFRS 16 – "Locações" – Estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação de contratos de locação, com o objetivo de garantir informações pertinentes que representem fielmente estas transações. A IFRS 16 introduz alterações significativas na forma de contabilização de contratos de locação na perspetiva do locatário, devendo este reconhecer no seu balanço um ativo pelo direito de uso e um passivo relativo às responsabilidades inerentes aos referidos contratos, exceto quando estes apresentem um prazo inferior a doze meses ou em que o ativo subjacente tenha um valor residual.

Transição

Para efeitos de transição, O Banco irá aplicar a metodologia retrospetiva modificada aplicando com referência a 1 de Janeiro de 2019. O Banco optou também por aplicar o expediente prático permitido pela norma de não reavaliar, à data da transição, se um contrato é, ou contém uma locação, tendo em conta a nova definição, sendo que irá a aplicar a IFRS 16 aos contratos que tenham sido previamente identificados como locações nos termos da IAS 17 – "Locações" e da IFRIC 4 – "Determinar se um Acordo contém uma Locação". O Banco irá igualmente exercer a opção prevista na IFRS 16 de não aplicar a Norma a locações de ativos intangíveis.

Os ajustamentos de transição não terão impacto nos capitais próprios a 1 de Janeiro de 2019.

Genericamente, os prazos da locação coincidirão com os prazos estabelecidos nos respetivos contratos. No caso dos imóveis, a sua determinação terá em conta a probabilidade de exercício das opções de extensão ou antecipação de prazo, tendo em conta as condições de mercado específicas para cada tipo de bem. Dado que irá optar pela aplicação retrospetiva modificada, a taxa de desconto aplicada corresponderá à taxa de financiamento incremental com base nas curvas de taxa de juro calculadas para O Banco a 1 de Janeiro de 2019.

Estratégia de implementação e governance

O Banco iniciou em 2018 um projeto global e multidisciplinar tendo em vista a implementação da IFRS 16 - "Locações". Ao nível dos sistemas informáticos que suportam os contratos de locação foram efetuados os desenvolvimentos necessários ao seu acompanhamento, controlo e tratamento contabilístico de acordo com os requisitos da Norma. Este normativo é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019.

IFRIC 23 – "Incertezas relativas ao tratamento do imposto sobre o rendimento" (Interpretação) – Esta interpretação clarifica os requisitos de aplicação e mensuração da IAS 12 – "Imposto sobre o rendimento" quando existe incerteza quanto aos tratamentos a dar ao imposto sobre o rendimento. Esta interpretação é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2018, encontram-se emitidas pelo IASB as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

"*Annual Improvements to IFRS 2015-2017 Cycle*" – Estas alterações envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IAS 23 – "Custo de empréstimos obtidos": esclarece que na determinação da taxa média ponderada dos custos de empréstimos obtidos devem ser incluídos os custos dos empréstimos obtidos para financiar ativos qualificáveis; IAS 12 – "Impostos sobre o rendimento": refere que o impacto fiscal da distribuição de dividendos deve ser reconhecido na data em que é registada a responsabilidade de pagar; IFRS 3 - "Concentrações de atividades empresariais"; e, IFRS 11 – "Acordos conjuntos": determina a forma de remensuração dos interesses de um investidor caso tenha ou não controlo sobre um negócio que é uma operação conjunta. As alterações a estes normativos são de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019.

IFRS 10 – "Demonstrações financeiras consolidadas" e IAS 28 – "Investimentos em associadas" (Emendas) – As alterações introduzidas ao texto destes normativos visam resolver divergências no tratamento de vendas ou afetação da contribuição de ativos que possam surgir entre o investidor e uma associada ou uma entidade conjuntamente controlada. As emendas a este normativo são de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019.

IFRS 3 – "Concentrações de atividades empresariais" (Emendas) – As alterações introduzidas ao texto deste normativo vieram clarificar os requisitos mínimos para que se considere uma atividade empresarial, pela remoção da avaliação dos participantes de mercado terem capacidade de substituir os elementos em falta, adicionando uma orientação para que se consiga avaliar se um processo adquirido é substantivo, e restringindo as definições de atividade empresarial e de

output pela introdução de um teste opcional de justo valor da atividade empresarial. As emendas a este normativo são de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020.

IAS 1 – "Apresentação de Demonstrações Financeiras" e IAS 8 – "Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (Emendas) - O objetivo desta alteração foi o de tornar consistente a definição de "material" entre todas as normas em vigor e clarificar alguns aspetos relacionados com a sua definição. A nova definição prevê que "uma informação é material se da sua omissão, de um erro ou a da sua ocultação se possa razoavelmente esperar que influencie as decisões que os utilizadores primários das demonstrações financeiras tomam com base nessas demonstrações financeiras, as quais fornecem informação financeira sobre uma determinada entidade que reporta". As emendas a estes normativos são de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020, com aplicação retrospectiva obrigatória.

O Conselho de Administração não antecipa que da adoção das normas e interpretações acima referidas resultem impactos patrimoniais significativos na preparação das demonstrações financeiras do Banco.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Como forma de encontrar um mecanismo adequado para executar o reembolso dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) de que o BCA é titular e simultaneamente de fazer convergir os regimes de proteção social públicos e privados em Cabo Verde, a 31 de dezembro de 2018 foi assinado um acordo entre o Banco, O Estado Cabo Verdiano e o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) com o objetivo de satisfazer as referidas intenções.
Nesta medida a 1 de janeiro de 2019 os TCMF de que o Banco é titular foram substancialmente reembolsados através da transferência para o INPS da responsabilidade com os encargos do Fundo de Pensões do Banco atualizados à taxa de desconto de 4%, com exceção das responsabilidades com os Serviços de Assistência Médico-Social.
Subsequentemente, conforme já aludido na Nota 29, a 17 de janeiro de 2019 foi proferida pelo Tribunal competente, decisão não passível de recurso, mediante a qual o Banco procedeu ao reconhecimento das responsabilidades com os encargos do fundo de pensões fixando o pressuposto da idade de reforma em ser 58 anos de idade ou 35 anos de serviço.
Consequentemente a 31 de dezembro de 2018 as contas do Banco registam em passivo responsabilidades com os encargos do Fundo de Pensões no montante de 6 733 654 001 CVEs.